



Relatório & Contas

2013



ÍNDICE

0•NOTA DO PRESIDENTE	3
1•PRINCIPAIS INDICADORES	5
2•SÍNTESE DO ANO	6
3•CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	11
4•ESTRATÉGIA.....	31
5•EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	34
6•INVESTIMENTOS	39
7•RECURSOS HUMANOS	43
8•ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	51
9•INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	60
10•PERSPETIVAS FUTURAS.....	62
11•PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	65
12• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	66
Balanço individual em 31 de Dezembro de 2013.....	67
Demonstração individual dos resultados por naturezas	68
Demonstração individual das alterações no capital próprio.....	69
Demonstração individual de fluxos de caixa	70
Anexo às demonstrações financeiras individuais.....	71
13•RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	130
14•CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
15•RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	

0-NOTA DO PRESIDENTE

Foi numa envolvente europeia e mundial bastante conturbada que a NAV Portugal prosseguiu, em 2013, a sua missão de prestação do serviço público de apoio à navegação aérea civil nas Regiões de Informação de Voo (RIV) sob responsabilidade Portuguesa, no estrito cumprimento das normas aprovadas por convenções e organizações internacionais de aviação civil de que Portugal é Estado Membro, bem como dos objectivos estratégicos definidos, ao nível da segurança operacional, capacidade, eficiência e sustentabilidade.

No contexto europeu e em particular quanto à evolução do chamado projecto do “Céu Único Europeu” (SES), forçoso será de salientar o esforço da NAV Portugal ao longo do ano junto das mais variadas instâncias nacionais, europeias e mundiais, para evitar a integração forçada da Região de Informação de Voo (RIV) de Santa Maria proposta pela Comissão Europeia através do agora designado “pacote SESII+”. Congratulo-me por este esforço ter sido acompanhado por toda a estrutura da NAV, Comissão de Trabalhadores e Sindicatos, já que não é possível encontrar do ponto de vista técnico, operacional, económico, financeiro, ambiental ou de direito internacional, qualquer justificação para tal desiderato.

No que se refere à sustentabilidade ambiental, refiro com orgulho à participação da NAV Portugal em vários projectos tendentes a reduzir as emissões poluentes, designadamente as iniciativas associadas ao Programa AIRE e SESAR, sendo certo que pouco mais haverá a fazer na RIV de Lisboa para a aviação em rota, uma vez atingida que foi a máxima eficiência energética possível para a actual geração de combustíveis aviação.

Em 2013, no âmbito do SW FAB, e continuando a privilegiar uma lógica de reestruturação do espaço aéreo em função dos principais fluxos de tráfego, deu-se início à criação de operações transfronteiriças de “rota livre” entre a RIV de Lisboa e alguns sectores da RIV de Madrid (Corunha), perspectivando-se o alargamento deste procedimento à RIV de Brest até final de 2015, concretizando, assim, a cooperação entre blocos funcionais – sendo certo que a RIV de Lisboa foi pioneira na Europa na criação do sistema de “rota livre”.

Também no ano de 2013 prosseguimos uma política de contenção e monitorização de custos, enquadrada nas orientações estratégicas definidas pelo Governo para o Sector

Empresarial do Estado, mas também tendo como objectivo assegurar aos utilizadores dos serviços, o pagamento do justo valor das taxas de navegação aérea - com um decréscimo verificado nos gastos operacionais de 17 M€ (cerca de menos 10% relativamente a 2012).

Os investimentos realizados no ano enquadraram-se nos planos internacionais de harmonização, quer a nível europeu – tendo em vista os objectivos de segurança, capacidade e eficiência do Projecto SES para a RIV de Lisboa, quer na modernização dos serviços prestados na RIV de Santa Maria e que hoje servem de modelo a outras regiões oceânicas da ICAO. O valor total dos investimentos cifrou-se em 12 M€, dos quais 97% destinados aos órgãos operacionais.

Mantivemos, ao longo de 2013, uma participação activa no quadro das Organizações e Instituições internacionais que regulam a navegação aérea – ICAO e UE (EUROCONTROL e EASA) – e de relacionamento constante, não só com a nossa congénere espanhola (AENA) para implementação do “SW FAB”, como também com as nossas congéneres dos EUA, Canadá, Reino Unido, Irlanda e Cabo Verde, no âmbito da região NAT. Também em 2013, reforçámos a nossa aposta na cooperação com outros prestadores de serviços de navegação aérea, destacando-se as acções de formação ministradas a técnicos operacionais de Angola, Cabo Verde, China, Moçambique, Noruega e São Tomé e Príncipe.

Em 2014 temos que estar preparados para enfrentar as exigências que se nos colocam, tanto no contexto europeu como do atlântico norte, capitalizando energias a partir de projectos de modernização e racionalização inovadores, que permitam continuar a garantir a qualidade técnica e profissional da NAV Portugal, reiterando, desde já, em nome do Conselho de Administração, a nossa total confiança no potencial humano da Empresa para responder a tais desafios, pelas suas capacidades, competência e profissionalismo de que têm dado mostras.

Lisboa, 17 de Abril de 2014

O Presidente do Conselho de Administração


Luís Filipe Ottolini Coimbra

1-PRINCIPAIS INDICADORES

ATIVIDADE DA NAV PORTUGAL, E.P.E.

	2013	2012	Δ%
TRÁFEGO			
Unidades de Serviço - Zona de Tarificação Portugal Terminal	180 399	177 634	1,6
Unidades de Serviço - Zona de Tarificação de Rota de Lisboa	2 876 753	2 782 280	3,4
Unidades de Serviço - Zona de Tarificação de Rota de Santa Maria	4 021 257	3 874 372	3,8
Movimentos Controlados - Região de Informação de Voo de Lisboa	448 370	437 599	2,5
Movimentos Controlados - Região de Informação de Voo de Santa Maria	121 147	117 853	2,8
Autorizações de entradas na RIV no perfil de voo requerido (%)	95,25	94,92	0,3
Horas Controladas	645 518	618 837	4,3
PESSOAL			
Efetivos no Ativo 31 DEZ	1 007	999	0,8
Gastos com Pessoal (milhares de €)	126 422	139 475	(9,4)
Movimentos Controlados / Efetivos médios no Ativo	572	574	(0,4)
Horas Controladas / Efetivos médios no Ativo	648	639	1,4
ECONÓMICOS E FINANCEIROS			
Taxa Unitária Global de Rota - Zona de Tarificação de Lisboa (€)	34,65	33,06	4,8
Taxa Unitária Global de Rota- Zona de Tarificação de Santa Maria (€)	8,96	9,79	(8,5)
Taxa Unitária de Terminal - Zona de Tarificação Portugal (€)	174,56	126,25	38,3
Volume de Negócios (milhares de €)	173 162	178 096	(2,8)
Resultado Líquido (milhares de €)	7 207	1 676	330,1
Cash-Flow Operacional - EBITDA (milhares de €)	24 755	12 895	92,0
Gastos Operacionais / EBITDA	6,6	14,0	(53,0)
Gastos Totais / Hora Controlada (€)	254,0	292,4	(13,2)
Gastos com Pessoal / EBITDA	5,11	10,82	(52,8)
EBITDA / Juros Líquidos	31,1	13,0	139,7
Volume de Investimentos (milhares de €)	11 978	9 517	25,8
Ativo Líquido (milhares de €)	276 013	288 933	(4,5)
Capitais Próprios (milhares de €)	87 753	85 131	3,1
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	8,21	1,97	317,2
Performance Margem EBITDA (%)	157,6	68,9	128,7
Performance do Grau de Endividamento (%)	94,8	97,6	(2,9)
ROCE (%)	6,7	2,0	240
Dívida / Capitais próprios (%)	8,3	11,5	(27,7)
Prazo Médio de Pagamentos (RCM 34/2008 e Despacho 9870/2009)	50	44	6,0

2. SÍNTESE DO ANO

O ano de 2013 foi pautado por uma recuperação da atividade económica e do comércio global, sobretudo ao longo do segundo semestre, muito embora o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial tenha ficado aquém do registado no ano anterior (3,0% contra 3,1% em 2012). Nas economias desenvolvidas a procura aumentou significativamente, enquanto nos mercados emergentes a recuperação das exportações foi o principal motor da retoma, uma vez que a procura interna se manteve, em geral, bastante contida, exceção feita à economia chinesa.

Neste contexto de recuperação económica, a evolução do tráfego aéreo foi igualmente positiva, tendo registado um acréscimo, em relação ao ano anterior, de 2,1% nas unidades de serviço totais para o conjunto dos Estados membros do Eurocontrol, embora com diferenças significativas a nível regional (variando entre um decréscimo de 0,3% no *Blue Med FAB*¹ até um aumento de 4,7% no NEFAB²). Não obstante esta recuperação, as unidades de serviço reais ficaram 5,2% abaixo das previsões, consideradas nos planos de desempenho a nível europeu e as quais para o 1º período de referência (RP1: 2012-2014) estiveram na base de cálculo das taxas unitárias em vigor em 2013.

Em Portugal, a economia continuou a contrair (1,4% de decréscimo do PIB relativamente ao ano anterior, embora com um crescimento, considerado auspicioso, de 1,6% no quarto trimestre), devido, uma vez mais, à contração da procura interna, que foi parcialmente contrabalançada pelo crescimento das exportações (acréscimos de 4,6% em bens e 7,7% em serviços).

Porém, no setor de atividade de navegação aérea, o desempenho é sobretudo influenciado pela procura externa e o decréscimo verificado nos voos domésticos foi mais do que compensado pelos acréscimos ocorridos nos movimentos de “entrada/saída” e “sobrevoo”, que catapultaram as unidades de serviço para níveis de 3,4% acima de 2012, na RIV de Lisboa, e de 3,8% na RIV de Santa Maria, mas ainda 3,6% e 4,6% abaixo das consideradas no 1º período de referência.

¹ Chipre, Grécia, Itália e Malta

² Estónia, Finlândia, Letónia e Noruega

O facto é que, independentemente da conjuntura, a atividade da NAV Portugal, em 2013, continuou a ser norteadada por rigorosos princípios de Segurança e Qualidade dos serviços prestados, aliados a objetivos específicos ao nível da relação custo-eficiência, que passam pela contínua monitorização das medidas de contenção de custos implementadas, garantindo a necessária transparência e disponibilização das informações exigidas pelos *stakeholders*.

No sentido de responder mais eficazmente a estes desafios, bem como a outros de carácter regulamentar e institucional, o Conselho de Administração da NAV Portugal procedeu, em fevereiro de 2013, a uma reestruturação orgânica da Empresa, adaptando-a às novas necessidades decorrentes do contexto nacional e internacional, à implementação do projeto do Céu Único Europeu (*Single European Sky – SES*)³ e do *South West Functional Airspace Block (SW FAB)* e à necessidade de racionalização da gestão de recursos humanos, de acordo com as orientações da Tutela.

Ao longo do ano, a Empresa continuou a promover as ações necessárias para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, sendo de realçar a aposta na modernização e ampliação da capacidade dos sistemas de apoio à atividade, de que se destacam:

- A contratação da migração do Sistema Atlântico (SATL) do Centro de Controlo de Santa Maria, envolvendo a renovação total de equipamentos e a migração do sistema operativo para Linux, permitindo o aumento da eficiência, flexibilidade e capacidade operativa do SATL e dos órgãos ATS suportados pelo sistema, na gestão do tráfego aéreo;
- A extensão da prestação de serviços de vigilância, suportados em tecnologia WAM (*Wide Area Multilateration*), ao espaço aéreo do grupo ocidental do arquipélago dos Açores, na sequência do sucesso obtido nos testes de aceitação de fábrica (*Factory Acceptance Tests – FAT*), que tiveram lugar em julho de 2013, nas instalações da empresa ERA em *Pardubice* (sistema já em operação no espaço aéreo do grupo central);

³ O Céu Único Europeu é uma iniciativa da UE que visa reformar a arquitetura do controlo do tráfego aéreo europeu e dar resposta às necessidades futuras em termos de capacidade e de segurança.

- A formalização com a SITA de uma parceria para implementação da infraestrutura de *data-link* necessária ao cumprimento dos requisitos da UE para o Céu Único Europeu, que exigem não só aos prestadores de serviços de navegação aérea da Europa Ocidental como às companhias aéreas que sobrevoem esse espaço, a adoção do *Controller-Pilot Data Link Communication* (CPDLC). Este acordo, válido por dez anos, disponibilizará o serviço CPDLC no espaço aéreo superior da RIV de Lisboa, através do *VHF Data Link Mode 2* e da tecnologia associada à rede de comunicações aeronáuticas;
- A conclusão, no âmbito do projeto LISATM-V9, da segunda fase de testes de aceitação (*SAT-Site Acceptance Tests*) do sistema AGDLS (*Air Ground Data Link Server*), encerrando o ciclo de testes SAT do referido sistema, que tiveram início em novembro de 2012 e,
- A disponibilização, desde 21 de agosto de 2013, no sítio AIS da NAV Portugal na internet, de uma nova funcionalidade que possibilita aos utilizadores, de forma gratuita, a submissão de Planos de Voo e mensagens associadas com validação no ARO⁴ de Lisboa e também a extração de *Pre-Flight Information Bulletins* (PIB) submetidos pelos pilotos, de acordo com as suas intenções de voo.

Relativamente aos projetos de gestão do espaço aéreo, iniciados em 2012, PBN⁵ e ACCEPTA⁶, são de registar os seguintes desenvolvimentos:

- No âmbito do projeto PBN, foram instalados em 2013, DMEs (*Distance Measuring Equipments*) na TMA (*Terminal Control Area*) de Faro com o objetivo de implementar a navegação P-RNAV⁷. Esta navegação vai permitir aumentar a fiabilidade dos voos e reduzir a separação entre aeronaves, sendo, por isso, previsível um aumento da capacidade do tráfego, que permitirá responder ao acréscimo da procura de passageiros na região, com influência direta na economia local e nacional e,
- No âmbito do projeto ACCEPTA, cujo objetivo principal é facilitar a adoção de procedimentos baseados em navegação por satélite, prevê-se o cumprimento dos prazos e objetivos propostos. A publicação de procedimentos LPV⁸ no

⁴ Air Traffic Services Reporting Office

⁵ Performance Based Navigation

⁶ Accelerating EGNOS (*European Geostationary Navigation Overlay Service*) Adoption in Aviation

⁷ Precision Area Navigation

⁸ Lateral Precision with Vertical Guidance Approach

Aeroporto de Lisboa deverá acontecer no segundo semestre de 2014, em linha com a Resolução A37/11 da ICAO, que obriga os Estados-Membros a implementar procedimentos de aproximação GNSS com orientação vertical até ao final de 2016.

Ainda no contexto operacional, destaca-se a participação, pela primeira vez, da NAV Portugal no *World ATM Congress* (12 a 14 de fevereiro, em Madrid) organizado pela CANSO (Organização dos Prestadores de Serviços de Navegação Aérea) em associação com a ATCA (Associação de Controladores de Tráfego Aéreo), onde foram exibidos os sistemas ATC utilizados nas RIV de Lisboa e de Santa Maria, bem como os vídeos institucionais, o projeto *Free Route* e informações alusivas ao *know-how* adquirido na área de formação.

Ao longo de 2013, a NAV Portugal continuou a participar ativamente nos trabalhos relacionados com a estruturação da futura rede ATM Europeia e o Céu Único Europeu, tendo em vista o cumprimento dos objetivos definidos pela União Europeia para a reformulação da gestão do tráfego aéreo na Europa.

No que respeita ao bloco funcional de espaço aéreo de Portugal e Espanha (SWFAB), em 17 de maio de 2013, foi assinado o respetivo Acordo entre os Estados, em cerimónia ocorrida em Lisboa, com a presença do Ministro da Economia e Emprego, Álvaro Santos Pereira e a Ministra do Desenvolvimento e Transportes Espanhola, Ana Pastor Julián. O Acordo entre os estados português e espanhol envolve também a coordenação entre os respetivos prestadores de serviços de navegação aérea - NAV Portugal e Aena – a qual, desde 2001, tem sido desenvolvida à luz de um Memorando de Entendimento assinado entre as duas entidades – atualizado posteriormente em 18 de junho de 2012 – contendo os objetivos e linhas de ação para o novo quadro de cooperação nas áreas técnica, operacional, de planeamento e segurança.

Ainda no âmbito do SWFAB, e na sequência da implementação do espaço aéreo *Free Route* na RIV de Lisboa em 2009, deu-se início, em 2013, à criação de operações transfronteiriças de rota livre entre a RIV de Lisboa e alguns setores da RIV de Madrid, procedimento este que será alargado à RIV de Brest, até ao final de 2015.

Este projeto é o primeiro a juntar dois blocos funcionais de espaço aéreo europeus (FAB Europe Central - FABEC - e SWFAB) e três países distintos (Espanha, França e Portugal), em perfeita sintonia com os princípios do Céu Único Europeu, no sentido de reestruturar o espaço aéreo em função dos principais fluxos de tráfego e não das fronteiras nacionais, sendo, por isso, uma iniciativa de referência na Europa.

Finalmente, no decorrer do primeiro semestre de 2013, o Eurocontrol, na sua qualidade de órgão responsável pela avaliação de desempenho do Céu Único Europeu⁹, deu início à fase preliminar de consulta inerente às metas de desempenho, a fixar pela Comissão Europeia para o segundo período de referência (2015-2019), nas quatro áreas-chave: segurança, ambiente, capacidade e custo-eficiência. O planeamento inicial previa que a aprovação das metas de desempenho globais ocorresse ainda em dezembro de 2013, mas tal só veio a verificar-se, em 11 de março de 2014, com a Decisão da Comissão Europeia 2014/132/UE, sendo que os planos de desempenho, ao nível FAB, terão que ser submetidos à aprovação da CE, até ao final de junho do corrente ano.

No decorrer de 2013, foram ainda desenvolvidos diversos projetos de cooperação entre a NAV Portugal e entidades congéneres de outros países, sendo de destacar:

- As visitas do Conselho de Administração da ENASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea de São Tomé e Príncipe e de representantes de Cabo Verde (colaboradores da ASA – Aeroportos e Segurança Aérea e assessores da Senhora Ministra das Infraestruturas e Economia Marítima), para uma potencial cooperação no domínio aeroportuário;
- No âmbito do protocolo de cooperação entre a NAV Portugal e a ADM (Aeroportos de Moçambique), a realização em Maputo, entre 2 e 6 de setembro, de mais um curso de Supervisão Operacional ICA, ministrado a 12 TICA da ADM, oriundos de várias províncias de Moçambique e,
- Ao abrigo do protocolo celebrado entre a NAV Portugal e a Autoridade de Aviação Civil da China e de Macau, os dois cursos de Controlo de Tráfego Aéreo, ministrados no mês de novembro, a doze CTA da CAAC e CAM.

⁹ Em setembro de 2010, o EUROCONTROL aceitou a nomeação da Comissão Europeia para *Performance Review Body (PRB) of the Single European Sky (SES)*, que é válida até 30 de junho de 2015.

3. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

O quadro seguinte, conforme Apêndice 2, Anexo I ao Ofício Circular nº 831, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 14 de fevereiro de 2014, evidencia o resumo do cumprimento das orientações legais, cuja justificação mais detalhada, relativamente a cada um dos pontos definidos, é apresentada nos subpontos imediatos.

Apêndice 2 - EPNF

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação / Refª ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento:					vide ponto 3.1
Objectivo 1			X		
Objectivo 2			X		
Objectivo 3			X		
Gestão do Risco Financeiro	X			0,34%	vide ponto 3.2
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-20,27%	vide ponto 3.2
Evolução do PMP a fornecedores		X		6	vide ponto 3.3
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			542.746 €	vide ponto 3.4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			X		vide ponto 3.5
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	X				
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	X			0,00 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			15.388,50 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 66-B/2012	X			2.558,40 €	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			0,00 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei 66-B/2012	X			250.513,58 €	
Artigo 32º do EGP					vide ponto 3.6
Utilização de cartões de crédito			X		
Reembolso de despesas de representação pessoal			X		
Contratação Pública					vide ponto 3.7
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Auditorias do Tribunal de Contas			X		
Parque Automóvel	X			-4	vide ponto 3.8
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 64º da Lei nº 66- B/2012)		X			vide ponto 3.9
Redução nº de Trabalhadores (artigo 63º da Lei nº 66- B/2012)		X			vide ponto 3.9
Nº de trabalhadores		X		0,7%	vide ponto 7.1
Nº de cargos dirigentes	X			-9,1%	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124º da Lei 66-B/2012)	X			98,19%	vide ponto 3.10

3.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

Nos termos dos Estatutos da Empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro na redação de republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, a Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E. P. E., abreviadamente designada por NAV Portugal, E. P. E., é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A NAV Portugal, E.P.E. tem como missão a prestação de serviços de tráfego aéreo nas RIV sob responsabilidade do Estado Português – Lisboa e Santa Maria – garantindo o cumprimento da regulamentação nacional e internacional aplicável e as melhores condições de segurança, otimizando capacidades de utilização do espaço aéreo e das infraestruturas aeroportuárias, melhorando a eficiência dos serviços prestados e promovendo a sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, a NAV Portugal deve garantir aos seus clientes a prestação de um serviço de elevada qualidade e eficiência, criando valor para o Estado, na qualidade de detentor da totalidade do seu capital estatutário, e assegurar elevados níveis de qualificação profissional e motivação dos seus colaboradores.

Atenta a realidade e perspetivas de evolução do ambiente interno e externo da Empresa, no Plano de Negócios da NAV Portugal para 2011-2015, foram definidos os os "Grandes Objetivos", confirmando as metas fixadas em 2009 no documento "Estratégia NAV Portugal 2010+".

No desenvolvimento da sua atividade e no respeito das Orientações Estratégicas Específicas, a NAV Portugal apresentou à Tutela uma proposta de Contrato de Gestão para o Mandato 2012-2014.

Nesta proposta foram considerados um conjunto de indicadores, na sua maioria baseados em *benchmarking* internacional, tendo sido escolhidos os ANSPs da Irlanda (IAA), Áustria (Austrocontrol), Alemanha (DFS) e Suíça (Skyguide), a fim de permitir a avaliação e comparação do grau de concretização das orientações específicas para o referido horizonte temporal.

Nos termos da referida proposta, a concretização das orientações designadas para a NAV Portugal é avaliada pela média ponderada de objetivos estabelecidos relativamente a indicadores do conjunto dos *peers* selecionados e de objetivos estabelecidos face a valores absolutos de desempenho orçamental.

No quadro da página seguinte explicitam-se os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento da NAV Portugal, relativamente ao ano de 2013, sendo que os cálculos tiveram como comparação de objetivos os valores de 2012 referentes aos *peers*, cujos dados de 2013 ainda não estão publicados:

Peers	Ano	ROCE	Margem EBITDA	Peso C.Pessoal	C.Totais / Hora Cont	Hora Cont / Colaborador	PMP real / PMP orça
Austrocontrol	2012	7,9%	18,4%	67,2%	621,2	275,8	
DFS	2012	19,2%	20,5%	75,5%	600,1	226,1	
IAA	2012	17,8%	22,3%	60,3%	437,2	388,5	
Skyguide	2012	9,6%	19,5%	68,1%	558,4	237,5	
Média		13,6%	20,2%	67,8%	554,2	282,0	
NAV	2013 Real	6,7%	14,3%	77,1%	254,0	648,8	125,0%
Performance relativa (NAV / Média)		49,2%	70,9%	87,9%	218,2%	230,1%	
Objetivo 2013		10,0%	45,0%	115,0%	49,0%	229,0%	100,0%
Target NAV		1,4%	9,1%	77,9%	271,6	645,8	100,0%
Grau Cumprimento do Objetivo		492,2%	157,5%	101,1%	106,5%	100,5%	75,0%
Peso do KPI		10,0%	15,0%	15,0%	20,0%	20,0%	20,0%
Score		49,2%	23,6%	15,2%	21,3%	20,1%	15,0%
Score Final				144,40%			

Os valores financeiros reais da NAV Portugal, em 2013, refletem o impacto negativo das obrigações legais com os voos isentos que atingiram o valor de, aproximadamente, 2,3 milhões de euros, com reflexo nos gastos mas sem contrapartida em rendimentos, prejudicando, assim, os indicadores ROCE e Margem EBITDA. A consideração daqueles valores em proveitos elevaria o Score Final da NAV Portugal em 2013 para 155,1%. Logo que os indicadores dos "Peers", relativos a 2013, estejam publicados, os mesmos serão disponibilizados ao Conselho Fiscal para emissão do respetivo relatório.

3.2·GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

No cumprimento do disposto no Artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1794/2006 da Comissão, de 6 de dezembro, que estabelece o regime de tarifação comum dos serviços de navegação aérea, com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento (UE) nº 1191/2010 da Comissão, de 16 de dezembro, os custos fixados dos serviços de navegação aérea devem ser financiados pelas taxas de rota e de terminal cobradas aos utilizadores dos serviços de navegação aérea, sem prejuízo do financiamento de isenções concedidas a determinados utilizadores dos serviços de navegação aérea através de outras fontes de financiamento, sendo que, em conformidade com o disposto no Artigo 9º do referido Regulamento, os Estados Membros devem assegurar que os prestadores de serviços de navegação aérea sejam reembolsados dos custos dos serviços que tiverem prestado aos voos isentos.

Desta forma, a Empresa obtém o adequado autofinanciamento para o desenvolvimento da sua atividade, sem o recurso a outras fontes de financiamento, exceção feita aos empréstimos contratados em tempo com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), instituição junto da qual a NAV Portugal detém quatro financiamentos bancários de Médio e Longo Prazo, tendo o último sido contratado em 2001, cuja situação, à data de 31 de dezembro, se apresenta nos quadros seguinte:

Unidade: euros

	Assinatura do Contrato	2009	2010	2011	2012	2013
1 - Montante total do financiamento no final do ano		19.806.647	17.309.657	14.812.667	12.315.676	9.818.686
BEI - 97	dez-97	1.330.128	1.163.862	997.596	831.330	665.064
BEI - 98 Tranche C1	jun-98	374.098	332.532	290.966	249.399	207.832
BEI - 98 Tranche C2	jun-98	9.352.421	8.313.263	7.274.105	6.234.947	5.195.790
BEI / 01	dez-01	8.750.000	7.500.000	6.250.000	5.000.000	3.750.000
2 - Montante total dos encargos financeiros relacionados com os financiamentos		385.997	169.821	242.151	128.075	39.317
Taxa média de financiamento		1,88%	0,88%	1,45%	0,94%	0,34%

Unidade: euros

Passivo Remunerado	2012	2013	Var. absol.	Var %
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	2.496.990	2.496.990	0	0,0%
Passivo corrente				
Financiamentos obtidos	9.818.686	7.321.695	-2.496.990	-25,4%
Total do financiamento no final do ano	12.315.676	9.818.686	-2.496.990	-20,3%

A contratação dos referidos financiamentos foi objeto da prévia concordância da Tutela Financeira e dos Transportes e teve como finalidade a realização do plano de investimentos previsional da Empresa, sendo que todos os financiamentos ainda não reembolsados utilizam uma taxa de juro indexada à Euribor a 3 meses, mais um *spread* que varia entre 0,1% e 0,13%, não sendo exigido qualquer tipo de garantia, quer do Governo quer de outras entidades.

Tendo em conta as condições de taxas de juro, de prazo e plano de reembolsos, bem como a ausência de qualquer tipo de garantia ou de cláusula restritiva no âmbito dos referidos contratos de financiamento, esta contratação traduz a procura de otimização do custo financeiro, não se tendo revelado, até à data, a necessidade da Empresa

considerar o recurso a instrumentos de gestão de cobertura de risco, nomeadamente a contratação de *swaps*.

Assim sendo, a NAV Portugal apenas dispõe de financiamentos de médio longo prazo, registando no Balanço, como Passivo Corrente, a parcela a ser reembolsada ao BEI no ano seguinte, não dispondo a Empresa de qualquer outro tipo de financiamento de curto prazo ou passivo oneroso, que origine encargos e que possa ser transformado em médio e longo prazo com condições mais vantajosas.

A situação acima descrita reflete a adoção, pela NAV Portugal, de uma política tendente à minimização de afetação de capitais alheios à cobertura de investimentos anuais e plurianuais.

Efetivamente, a análise ao quadro anterior evidencia, claramente, que o endividamento na NAV Portugal tem vindo a decrescer ao longo do período considerado, sendo que a análise às Contas da Empresa permite, igualmente, concluir que a Empresa é sustentável do ponto de vista económico-financeiro, não se prevendo qualquer compromisso por parte do Estado ou de qualquer outra entidade.

3.3·EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP) A FORNECEDORES

Em 2013, o Prazo Médio de Pagamentos calculado nos termos da RCM 34/2008, de 22 de fevereiro e do Despacho 9870/2009, de 13 de abril, foi, em termos acumulados, de 50 dias, conforme se evidencia no quadro a seguir apresentado, representando um agravamento de 6 dias face ao registado em 2012, com justificação na rubrica de fornecedores correntes em resultado do diferimento temporal entre o reconhecimento dos gastos e o registo da dívida:

PMP	2013				2012				Var. (%) 4ºT 2013/ 4ºT 2012
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Prazo	43	42	50	50	47	47	41	44	13,6%

De referir que o Prazo Médio de Pagamentos, excluindo os fornecedores de imobilizado e calculado nos termos anteriormente referidos, ascendeu a 44 dias.

3.4. ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")

O quadro seguinte apresenta o montante das dívidas por saldar, relativo a Fornecedores e Outros Credores – *arrears* – conforme definidos no Decreto-Lei nº 65 A/2011, de 17 de maio:

Unidade: euros

Dívidas Vencidas	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	14.564	105.256	53.804	85.293	283.829
Aquisições de capital	0	0	0	0	0
Total	14.564	105.256	53.804	85.293	283.829

A dívida superior a 360 dias inclui o valor a pagar inerente a faturas em receção e conferência.

3.5. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2012

O Relatório e Contas de 2012 da NAV Portugal, E.P.E., elaborado e assinado pelo Conselho de Administração, foi enviado aos Senhores(a)s Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Secretário de Estado do Tesouro, Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, em 26 de abril de 2013 através das cartas 111/CA/2013, 112/CA/2013, 113/CA/2013, 114/CA/2013 e 115/CA/2013, respetivamente, juntamente com o Relatório dos Auditores Externos, o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas. Aguarda-se a competente aprovação das contas, pelo que, nesta data, não são, conhecidas as recomendações do acionista.

3.6. REMUNERAÇÕES

- **Dos órgãos sociais**

Durante o ano de 2013 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração. De referir o facto de se ter considerado a aplicação à NAV Portugal das disposições remuneratórias, nos termos do nº 13 do art.º 27º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, à remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo que, a remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi reduzida a título excecional em 5%, com efeitos a partir de junho de 2010, nos termos da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho. Esta informação está disponível nos quadros a seguir apresentados – Modelo de remunerações dos administradores e do Conselho Fiscal, conforme Apêndice 1, do

Anexo I ao Ofício Circular nº 831, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 14 de fevereiro de 2014.

• **Do Auditor Externo:**

Nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, a remuneração do Auditor Externo foi reduzida em 10%, com efeitos a partir de janeiro de 2013.

• **Dos restantes trabalhadores:**

No que respeita às remunerações dos trabalhadores, foi considerada a aplicação à NAV Portugal das disposições remuneratórias, nos termos do nº 13 do art.º 27º da Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro. Contudo, nos termos do art.º 35º da referida Lei, as promoções e progressões nas diversas categorias profissionais encontram-se suspensas.

Modelo de Remunerações e outras regalias

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2012-2014	Presidente	Luís Filipe Ottolini Coimbra	Resolução nº 6/2012	09-02-2012
2012-2014	Vogal	Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	Resolução nº 6/2012	09-02-2012
2012-2014	Vogal	Teresa Maria da Silva Gomes	Resolução nº 29/2012	02-08-2012

Unidade : euros

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado	Classif.	Venc ^{lo}	Desp. Rep.	Entidade	Pagadora
Luís Filipe Ottolini Coimbra	Sim	A	5.722,75	2.289,10	n.a.	D
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	Sim	A	4.578,20	1.831,27	n.a.	D
Teresa Maria da Silva Gomes	Sim	A	4.578,20	1.831,27	n.a.	D

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual						
	Variável	Fixa	Outras	Red. Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Red. anos anteriores	Bruta após Reduções
Luís Filipe Ottolini Coimbra	n.a.	107.588	n.a.	5.379	n.a.	n.a.	102.208
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	n.a.	86.070	n.a.	4.303	n.a.	n.a.	81.767
Teresa Maria da Silva Gomes	n.a.	86.070	n.a.	4.303	n.a.	n.a.	81.767

Unidade : euros

Nome	Sub. Ref.	Benefícios Sociais						
		Regime de Proteção		Seguros			Outros	
		Ent.	Valor	Saúde	Vida	Acid. Pessoais	Ident.	Valor
Luís Filipe Ottolini Coimbra	0	Seg. S.	16.727	534	0	93	n.a.	n.a.
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	0	CGA	17.298	534	0	74	n.a.	n.a.
Teresa Maria da Silva Gomes	0	Seg. S.	16.406	534	0	74	n.a.	n.a.

Unidade : euros

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Luís Filipe Ottolini Coimbra	130	491	
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	90	170	
Teresa Maria da Silva Gomes	90	168	

Unidade : euros

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viat. atribuída	Celeb. contrato	Valor ref ^a	Mod.	Início	Termo	Nº Prest.	Renda Mensal	Valor Anual
Luís Filipe Ottolini Coimbra	Sim	Não	47.300	Rentling	dez-12	dez-16	48	796	9.554
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	Sim	Não	46.900	Rentling	nov-12	nov-16	48	778	9.337
Teresa Maria da Silva Gomes	Sim	Não	46.900	Rentling	nov-12	nov-16	48	778	9.337

Unidade : euros

Nome	Plafond Mensal Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas				Obs.
		Comb.	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Luís Filipe Ottolini Coimbra	544	1.428	161	0	1.095	
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	435	1.379	126	0	1.088	
Teresa Maria da Silva Gomes	435	1.833	0	947	1.088	

Unidade : euros

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações	Alojamento	Ajudas de Custos	Outros		Total
				Ident.	Valor	
Luís Filipe Ottolini Coimbra	19.486	5.411	2.694	n.a.	0	27.591
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	1.954	543	574	n.a.	0	3.071
Teresa Maria da Silva Gomes	1.692	736	672	n.a.	0	3.100

CONSELHO FISCAL

Unidade : euros

Mandato (Início-Fim) ⁽¹⁾	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Rem. Fixado (mensal)
			Doc	Data	
2008-2010	Presidente	António Demétrio Gervásio Lérias	Despacho conjunto 9213/2008	13-03-2008	1.145
2008-2010	Vogal	Paulo Guilherme Fernando Lajoso		13-03-2008	858
2008-2010	Vogal ⁽²⁾	BCA - B. Costa & Associados, SROC, representada por Gabriel Correia Alves	Desp. N° 6574/2009	28-04-2009	1.644

⁽¹⁾ Designado para um mandato, período 2008-2010, e por ausência de outra decisão, mantém-se em funções.

⁽²⁾ O ROC (n° 143) integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E. (IVA incluído à taxa em vigor)

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
António Demétrio Gervásio Lérias	16.024	801 ⁽¹⁾	15.223
Paulo Guilherme Fernando Lajoso	12.018	601 ⁽¹⁾	11.417
BCA - B. Costa & Associados, SROC, representada por Gabriel Correia Alves	19722 ⁽²⁾	1.972	17.750

⁽¹⁾ Redução de 5% por aplicação do artigo 12° da Lei n°12 - A / 2010

⁽²⁾ Inclui IVA à taxa em vigor

AUDITOR EXTERNO

Unidade : euros

Identificação do Auditor Externo			Data Contratação		Remuneração Anual		
Nome	N° de insc. OROC	N° Reg. na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Deloitte & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	43	231	03-09-2012	2012/14	25.584	2.558	23.026

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32° DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Aos Membros do Conselho de Administração da NAV Portugal não foram atribuídos quaisquer cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da Empresa, assim como não houve qualquer reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

3.7-CONTRATAÇÃO PÚBLICA

3.7.1 PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal, E.P.E. rege-se pelo Código dos Contratos

Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nesta conformidade, em relação à formação dos contratos de empreitadas de valor inferior ao limiar comunitário de cinco milhões de euros e à formação de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior ao limiar comunitário de quatrocentos mil euros, que respeitem, direta e principalmente à atividade de navegação aérea, não se aplicam as regras da Parte II (Contratação Pública) do CCP relativas aos tipos de procedimentos previstos no Código, adotando-se, nessas situações, os procedimentos “*ad hoc*” que melhor se adequarem ao interesse público da navegação aérea e aos interesses empresariais da NAV Portugal.

Quanto à formação de contratos que não digam, direta e principalmente, respeito à atividade de navegação aérea, a NAV Portugal, enquanto entidade adjudicante do artigo 2º, nº 2 do CCP, excetuados os casos de escolha do ajuste direto em função de critérios materiais, pode adotar o procedimento de ajuste direto para a formação de contratos de empreitada de valor inferior a cento e cinquenta mil euros e de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior a setenta e cinco mil euros.

A NAV Portugal, no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível no sítio da Empresa na internet www.nav.pt prevê igualmente um conjunto de regras que visam disciplinar e homogeneizar a atuação dos diversos intervenientes nos diferentes procedimentos aquisitivos, sendo de destacar, nomeadamente, as seguintes:

- Todos os Diretores, Responsáveis de Área, Chefias de grau hierárquico inferior e trabalhadores da NAV Portugal que participem em qualquer fase dos procedimentos aquisitivos devem preencher e entregar na respetiva Direção, uma declaração de inexistência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), competindo ao respetivo Diretor visar essas declarações e promover e manter o respetivo arquivo atualizado e acessível a qualquer auditoria;
- As funções de assessoria jurídica na contratação pública, designadamente na elaboração de documentos a patentear nos procedimentos aquisitivos e, bem

assim, na elaboração e, quando a lei o permita, na negociação de contratos devem ser exercidas, de forma centralizada e diretamente ou sob supervisão do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), por forma a evitar a dispersão, por outras Direções, Gabinetes ou Áreas, de intervenções jurídicas suscetíveis de tornar os referidos serviços de assessoria jurídica, contraditórios ou deficientes;

- A elaboração das peças de procedimentos aquisitivos que respeitem à formação de contratos:
 - de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda € 10.000,00, excetuados aqueles de reduzida complexidade em que a relação contratual se extinga com o fornecimento ou com a prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens e serviços adquiridos e,
 - de contratos de empreitadas cujo preço contratual exceda € 15.000,00, deve competir a uma equipa pluridisciplinar constituída por, pelo menos, um elemento da Direção, Gabinete ou Área interessada, um elemento da Direção de Estudos e Projetos (DEP) no caso de se tratar de uma empreitada, um elemento da Direção Administrativa e Financeira (DAFIN) e um elemento do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), salvo em casos devidamente justificados que devem ser obrigatoriamente fundamentados, de forma concreta e completa, pelo Diretor ou Responsável de Área da Direção, Gabinete ou Área interessada na aquisição;
- Na definição das entidades a convidar nos procedimentos por ajuste direto, quer os correspondentes contratos respeitem, quer não, à atividade de navegação aérea, além da Direção, Gabinete ou Área proponentes dos procedimentos aquisitivos, a DAFIN/COAPG poderá indicar outras entidades, consoante o conhecimento do mercado que possua, nomeadamente através da plataforma de contratação pública em utilização na Empresa, criando um sistema de rotação de entidades convidadas, em especial quando se trate da aquisição de bens de consumo corrente, designadamente de economato e,
- Sempre que no ajuste direto seja convidada apenas uma entidade, o Diretor da unidade ou subunidade orgânica proponente deverá, sem qualquer exceção,

fundamentar tecnicamente, de forma inequívoca, concreta e completa, essa decisão.

Em 2013, não se registaram quaisquer atos ou contratos celebrados com valor superior a cinco milhões de euros, pelo que não se verificou a necessidade de sujeição a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme o artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

3.7.2· ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Em 6 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração deliberou aprovar a adesão da NAV Portugal, E.P.E. ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), na qualidade de entidade compradora voluntária, cujo contrato de adesão ao Acordo Quadro foi assinado em 8 de fevereiro de 2013.

Anualmente, a Empresa envia para o sítio da Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP) o reporte estatístico Anual de Compras Públicas de Bens e Serviços. Em 2013 foi realizado um procedimento por consulta a várias entidades ao abrigo do Acordo Quadro – ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.), com base no artigo 259º do CCP, para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para as instalações da NAV Portugal, E.P.E. no Continente.

3.8· PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

De acordo com o estipulado no nº 2 do Artigo 2º do Decreto-lei nº 170/2008, de 8 de agosto, a frota automóvel sob a gestão da NAV Portugal, não faz parte do “Parque de Veículos do Estado”. No entanto, e em cumprimento do estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros nº 121/2005, de 23 de junho, a Empresa passou a privilegiar, desde 2007, o Aluguer Operacional de Viaturas (AOV). Com referência a 31 de dezembro de 2013, do total das 79 viaturas que constituem o Parque Automóvel da Empresa sob a sua gestão direta, significando uma redução de 4 viaturas relativamente a 2012, apenas 10 viaturas são sua propriedade e as quais passarão, igualmente, a AOV no momento em que se revelar necessária a respetiva substituição.

No que respeita à utilização de viaturas por parte dos titulares do Conselho de Administração (C.A.), a Empresa aplica as normas específicas estabelecidas no

Estatuto do Gestor Público, sendo que, aquando do lançamento do último processo aquisitivo para substituição das viaturas afetas ao C.A., os valores fixados pelo Conselho de Administração foram já bastante inferiores aos limites definidos anteriormente. Relativamente à utilização de viaturas por parte dos restantes cargos dirigentes, o Conselho de Administração estabeleceu valores máximos de consumo anual de combustível, estando prevista, para 2014, a redução dos valores de renovação de AOV da frota, continuando a estar vedada qualquer opção de aquisição das viaturas.

3.9-PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS E DO N° DE EFETIVOS E DE DIRIGENTES

Os gastos com pessoal, em 2013, registaram um decréscimo de 1,2%, em relação a 2010. Como anteriormente referido, e nos termos do nº 13 do art.º 27º da Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro, as remunerações não foram objeto das reduções previstas no referido diploma legal.

No que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos, os mesmos registaram um decréscimo de 4,1%, em relação a 2010, refletindo o esforço de contenção de custos implementado. No entanto, tendo em conta que a inflação acumulada nos três últimos anos ascendeu a 6,8%, a redução real nesta rubrica de gastos cifrou-se em cerca de 11%, conforme quadro a seguir apresentado:

Unidade : milhares de euros

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 2013/2010		Cumprimento
						Abs.	%	(S/N)
CMVMC	393	349	342	308	319	-30	-8,7%	-
FSE	13.640	14.897	13.882	14.618	14.280	-617	-4,1%	-
Deslocações/Estadas	983	826	514	632	655	-170	-20,6%	N
Ajudas de custo	472	414	211	217	216	-198	-47,9%	N
Comunicações	403	420	405	400	376	-44	-10,5%	N
Gastos com pessoal	135.177	128.000	142.050	139.475	126.422	-1.579	-1,2%	-
Total	149.211	143.246	156.273	154.401	141.020	-2.226	-1,6%	n.a.
Volume de Negócios	177.815	164.110	177.954	178.096	173.162	9.053	5,5%	-
Peso dos Gastos no VN (%)	83,91%	87,29%	87,82%	86,70%	81,44%	s.s.	s.s.	-

Os valores registados, em 2013, nas rubricas de comunicações, ajudas de custos e deslocações, representam um decréscimo de 25% no seu conjunto (32% em termos

reais), sendo que essa redução é ainda superior para as rubricas de deslocações/estadas e ajudas de custo (30% a preços correntes e 37% a preços reais).

O facto de a Empresa não ter atingido o limiar de redução definido pelo Ofício Circular da DGTF nº 7896, de 8 de outubro de 2012, prende-se diretamente com questões operacionais inerentes à atividade de prestação de serviços de navegação aérea, nomeadamente na rubrica de Comunicações, onde os gastos registados são, em grande parte, custos diretos da atividade (refira-se, a título de exemplo, o contrato de implementação da infraestrutura de *data-link* relativo à adoção do *Controller-Pilot Data Link Communication*).

Quanto à redução nas rubricas de deslocações/estadas e ajudas de custo, que ficou muito próxima dos patamares estabelecidos pela regulamentação acima mencionada, refira-se que a esmagadora maioria dos gastos suportados está associada à representação da NAV Portugal em reuniões e grupos internacionais, onde se definem as políticas e procedimentos que irão reger a atividade de prestação de serviços de navegação aérea no futuro próximo, pelo que a sua presença nesses fóruns se torna indispensável, sendo que cortes adicionais, nestas áreas, poderiam vir a colocar em causa a missão da Empresa.

No que se refere à redução do número de efetivos e de cargos dirigentes, sintetizamos no quadro a seguir apresentado, a informação da evolução do número de efetivos, bem como, dos correspondentes gastos com pessoal no período 2010 a 2013, para as diferentes categorias:

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem órgãos sociais	992	994	1014	1021
Número de cargos dirigentes sem O.S.	13	13	11	10
Número de órgãos sociais	6	4	6	6
Gastos totais com pessoal (€)	128.000.271	142.049.838	139.474.839	126.421.506
Gastos com Órgãos Sociais (€)	651.565	41.189	261.041	353.216
Gastos com Dirigentes (€)	1.813.621	1.621.718	1.243.500	1.460.468
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes (€)	125.535.085	140.386.931	137.970.298	124.607.822
Rescisões / Indemnizações (€)	0	0	0	0

3.10•PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Desde 2006 que a Empresa já tem domiciliada a sua conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. (IGCP), dando cumprimento ao Regime de Tesouraria do Estado. De salientar que, em 31 de dezembro de 2013, a percentagem das disponibilidades e aplicações financeiras depositadas no IGCP ascende a 98,19%.

3.11•RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TC

Em 2013, a Empresa não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas (TC).

3.12• INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SÍTIO DO SEE, A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

No quadro a seguir apresentado encontra-se a informação solicitada, já disponível no sítio da Empresa em www.nav.pt e enviada para os serviços responsáveis pela atualização do sítio do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)		X		Em revisão
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

3.13• PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA 2013 (grelha)

A NAV Portugal, em cumprimento do disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, elabora o relatório anual autónomo de governo societário, designado por "Relatório de Governo Societário", do qual consta informação sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II, do referido Decreto-Lei.

Para além da informação relativa ao governo da sociedade, que consta do documento anteriormente mencionada, a NAV Portugal disponibiliza no sítio da Empresa em www.nav.pt, bem como no sítio eletrónico do Setor Empresarial do Estado – www.dgtf.pt, mantendo-a, periodicamente, atualizada.

Em conformidade com Ofício circular nº 831 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 14 de fevereiro de 2014, apresenta-se a grelha referente às Práticas de Boa Governação Societária adotadas pela Empresa em 2013 e descritas no Relatório de Governo Societário.

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
I	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		2	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		2	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		2	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		3	
II	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X		4	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.				X		n.a.
3.	Acordos parassociais.				X		n.a.
III	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		5	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		5	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.				X		n.a.
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.				X		n.a.
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.				X		n.a.
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X		X		6 - 7	
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.				X		n.a.
2.	Identificação das deliberações acionistas.				X		n.a.
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado	X		X		8	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.			X		8	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		8 - 9	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		9	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		9 - 11	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.				X		n.a.
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		12	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		16 - 17	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X		X		18	

u
ge
tf

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		18 - 19	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		19	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		19 - 21	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		21	
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X			vide ponto C
2.	Indicação das limitações, legais.	X		X			vide ponto C
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X			vide ponto C
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X			vide ponto C
E.	Auditor Externo						
1.	Identificação.	X		X		22	
2.	Política e periodicidade da rotação.				X		n.a.
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.				X		n.a.
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		22	
V.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		23	
2.	Comunicação de irregularidades.				X		n.a.
3.	Indicação das políticas antifraude.	X				23	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		23	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		24	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		24	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.				X		n.a.
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		24-25	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X				24-25	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X				24-25	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X				24-25	
C. Regulamentos e Códigos							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		25 - 30	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		30	
D. Sítio de Internet							
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		31	
VI Remunerações							
A. Competência para a Determinação							
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		32	
B. Comissão de Fixação de Remunera.							
	Composição.				X		n.a.
C. Estrutura das Remunerações							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		32	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		32 - 33	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		33	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		33	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X		X		33	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		33	
D. Divulgação das Remunerações							
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		33	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.				X		n.a.

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.				X		n.a.
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.				X		n.a.
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		19	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.				X		n.a.
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		34	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		34 - 39	
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		40	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		40	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X		X		40 - 46	
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		47	
2.	Outras informações				X		n.a.

4. ESTRATÉGIA

O transporte aéreo é um dos setores que mais impulsiona o progresso económico e social, ligando pessoas, países e culturas e estimulando o comércio e o turismo, gerando cerca de 56,6 milhões de postos de trabalho a nível mundial, dos quais 8,4 milhões são empregos diretos. Estima-se que o conjunto das companhias aéreas, aeroportos e prestadores de serviços de navegação aérea empreguem, atualmente, quase 7,6 milhões de pessoas em todo o mundo. Os últimos dados disponíveis apontam para que, em 2013, tenham sido transportados, por esta via, cerca de 3,1 biliões de passageiros e mais de 51,6 milhões de toneladas de carga.

Também na Europa, o transporte aéreo é fundamental para a mobilidade, o crescimento sustentável da economia e a coesão política. O setor suporta quase 7,8 milhões de postos de trabalho na União Europeia e contribui com 475 mil milhões de euros para o seu produto interno bruto, o que equivale a 3,9% do PIB da UE.

Estima-se que a contribuição total do setor de transporte aéreo, em 2030, corresponda a mais de 11,1 milhões de empregos e 1.100 mil milhões de euros para o PIB europeu, quando incluído o impacto sobre o turismo.

Em Portugal, o transporte aéreo suporta, direta e indiretamente, 183 mil empregos e representa, aproximadamente, 3,4% do PIB (5,7 mil milhões de euros)¹⁰.

Não obstante o clima de recessão vivido ao longo do ano de 2013, a verdade é que assistimos a uma recuperação do tráfego nas duas Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal, para níveis idênticos aos de 2011, com um acréscimo do número de movimentos¹¹ de 2,5% na RIV de Lisboa e de 2,8% na RIV de Santa Maria, relativamente ao ano anterior.

Esta evolução no tráfego, aliada à crescente pressão por parte dos utilizadores para uma maior racionalização dos serviços, veio, uma vez mais, confirmar a relevância da

¹⁰ Air Transport Action Group – Report "Aviation Benefits Beyond Borders", atualização dezembro 2013

¹¹ Tráfego IFR (Instrument Flight Rules)

execução dos objetivos estratégicos definidos no documento “Estratégia NAV Portugal 2010+”, que traduzem a visão estratégica¹² da Empresa no médio prazo, e que são:

- *garantir elevados níveis de segurança (Safety),*
- *reforçar o posicionamento internacional da NAV Portugal,*
- *adequar a capacidade à procura garantindo a rendibilidade de negócio,*
- *assegurar elevados níveis de eficácia, eficiência e qualidade do serviço prestado e,*
- *cooperar com os stakeholders na defesa do Ambiente.*

Orientados por estes cinco grandes objetivos, os planos setoriais de atividade aprovados, para 2013, visaram a melhoria contínua da produtividade da Empresa, através da monitorização dos gastos e da garantia da segurança dos serviços prestados aos utilizadores do espaço aéreo das duas Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal.

Para 2014, o FMI espera que a atividade económica mundial continue este processo de consolidação, prevendo um crescimento global do PIB de 3,7%¹³. Na zona euro é estimado um crescimento médio de 1%, embora com acentuadas diferenças entre os seus vários membros, já que a recuperação deverá ser mais lenta nos países sob pressão financeira (Grécia, Espanha, Chipre, Itália e Portugal), onde o bom desempenho das exportações poderá ajudar a impulsionar o crescimento, mas o alto nível de endividamento, tanto público como privado, e a fragmentação financeira poderão contrair a procura interna.

O relatório destaca que persistem riscos associados à estabilidade financeira. Efetivamente, em mercados emergentes, a exposição a responsabilidades em moeda estrangeira aumentou e a valorização dos ativos pode sofrer pressões se as taxas de juro subirem mais do que o esperado, afetando as perspetivas de investimento. Existem também novos riscos, para a atividade económica, de uma inflação muito baixa nas economias avançadas, especialmente na zona euro, o que levaria a um acréscimo não só do peso da dívida real, como também das taxas de juro reais, prejudicando o crescimento.

¹² “A NAV Portugal, prestadora de serviços em área periférica, procurará evidenciar-se pelo seu desempenho operacional e pelo uso eficiente dos recursos”

¹³ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2014

No atual contexto internacional, o futuro das empresas prestadoras de serviços de navegação aérea assentará na sua capacidade de resposta à evolução da economia mundial, às tendências do setor e às oportunidades e ameaças em presença, adotando a NAV Portugal as medidas que melhor se adequem à Empresa, quer através de parcerias estratégicas ou de associações de outro tipo, com caráter definitivo ou pontual.

À NAV Portugal, como responsável pela prestação de serviços de navegação aérea, compete assegurar a disponibilidade dos serviços, possibilitando, dessa forma, uma maior integração do País no contexto internacional, dada a importância da aviação civil para as atividades sociais e económicas modernas.

5·EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

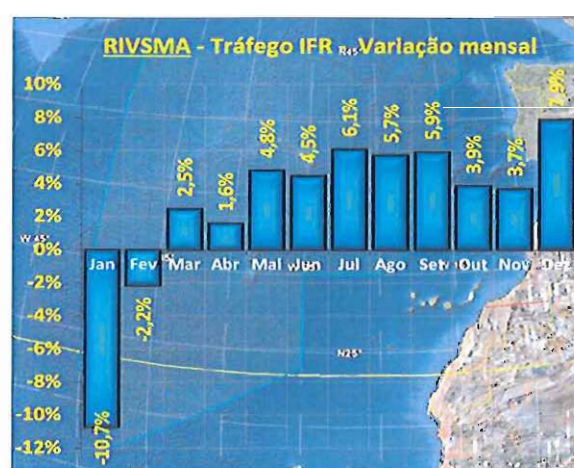
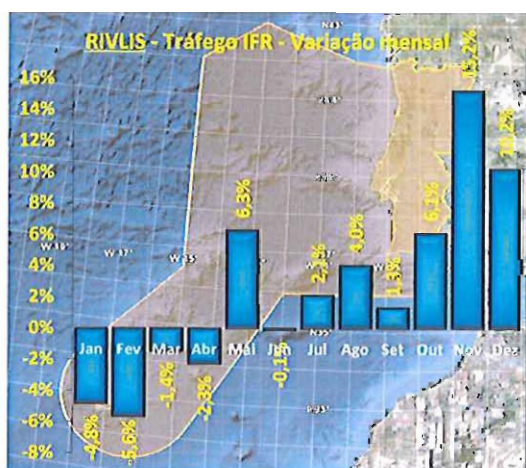
5.1·NÚMERO DE MOVIMENTOS CONTROLADOS

Ao longo do ano de 2013, o tráfego aéreo, medido em número total de movimentos IFR (*Instruments Flight Rules*), registou um acréscimo relativamente ao ano anterior, nas duas Regiões de Informação de Voo controladas por Portugal, que atingiu +2,5% na RIV de Lisboa (em média mais 30 movimentos diários) e +2,8% na RIV de Santa Maria (em média mais 9 movimentos diários), o que representa uma variação média de aproximadamente +2,5% no total dos movimentos controlados, tal como evidenciado no quadro seguinte:

TRÁFEGO (IFR)	RIV de Lisboa		RIV de Santa Maria	
	2013	Δ% 13/12	2013	Δ% 13/12
Entradas / Saídas	227 522	3,0	11 220	(1,2)
Sobrevoos	194 019	2,8	98 472	4,3
Domésticos	26 829	(4,3)	11 455	(5,2)
TOTAL	448 370	2,5	121 147	2,8

Embora a evolução anual verificada tenha sido semelhante, o comportamento mensal do tráfego foi diferente em cada Região de Informação de Voo:

- na RIV de Lisboa registaram-se variações positivas maioritariamente no segundo semestre, tendo o último trimestre contribuído com os crescimentos mais significativos e o primeiro quadrimestre com as quebras mais acentuadas e,
- na RIV de Santa Maria verificaram-se quebras de tráfego apenas nos meses de janeiro e fevereiro, tendo os terceiro e quarto trimestres contribuído com os maiores acréscimos.



O atraso médio por movimento controlado foi de 0,40 minutos na RIV de Lisboa e de zero minutos na RIV de Santa Maria. No que respeita ao atraso médio por movimento

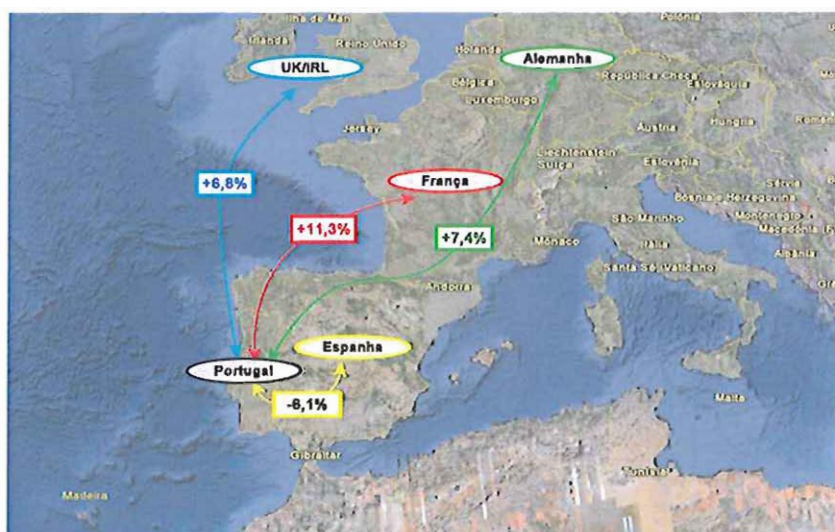
controlado em rota, o valor em 2013 na RIV de Lisboa diminuiu para 0,27 minutos, face aos 0,64 minutos registados em 2012.

RIV DE LISBOA

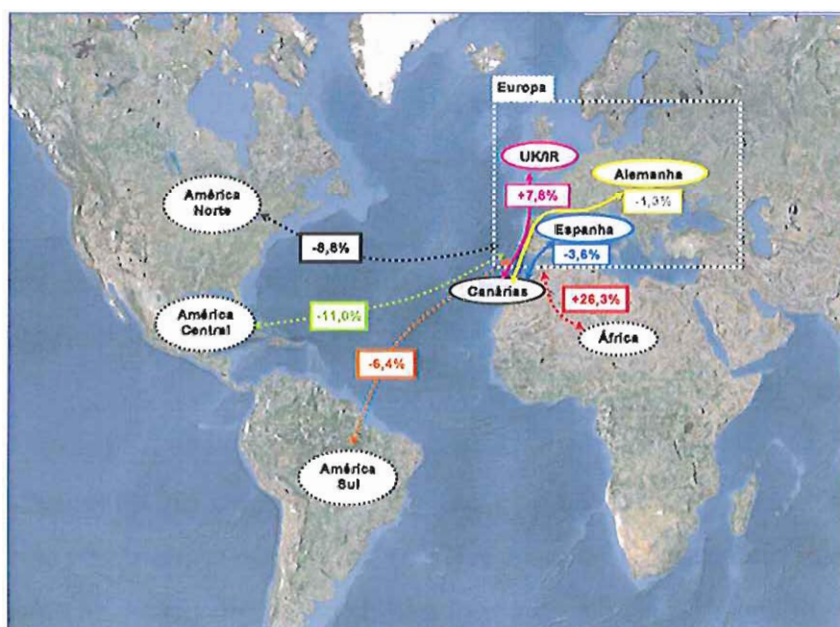
Na RIV de Lisboa, o tráfego IFR Civil representou 99% do total de tráfego IFR, com um acréscimo de 2,6%. O tráfego IFR Militar, com um peso de apenas 1%, registou uma quebra de 9,8%.

Relativamente ao tráfego IFR são evidenciados, nos gráficos seguintes, os fluxos mais significativos, representando 62% do total das Entradas/Saídas e 79% dos Sobrevoos:

Principais Fluxos de Entradas/Saídas na RIVLIS - Variações 13/12



Principais Fluxos de Sobrevoos na RIVLIS - Variações 13/12

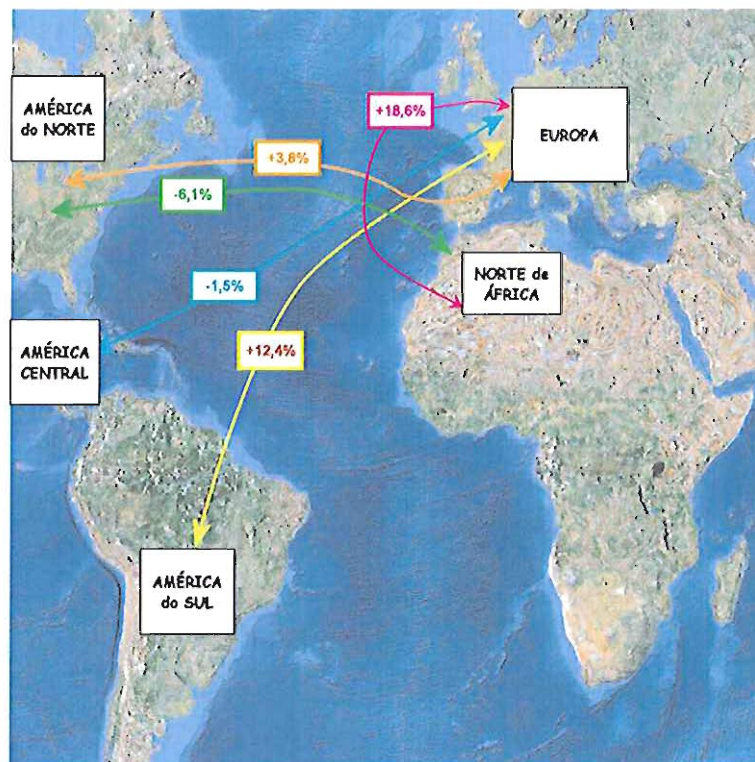


RIV DE SANTA MARIA

Na RIV de Santa Maria, o tráfego IFR Civil representou 97,1% do total de tráfego IFR, com um acréscimo de 3,3%. O tráfego IFR Militar, com um peso de aproximadamente 2,9%, registou um decréscimo de 12,9%.

No que respeita ao tráfego IFR Civil são evidenciados, no gráfico seguinte, os fluxos mais significativos de sobrevoos (97% do total de sobrevoos):

Principais Fluxos de Sobrevoos na RIVSMA - Variações 13/12



5.2·NÚMERO DE UNIDADES DE SERVIÇO

5.2.1·DE ROTA

A unidade de serviço de Rota é calculada multiplicando o fator distância pelo fator massa para a aeronave em causa, de acordo com o estabelecido no anexo IV do Regulamento (UE) nº 1191/2010, de 16 de dezembro.

O fator distância é obtido dividindo por cem o número de quilómetros percorridos na distância ortodrómica entre os pontos de entrada e de saída das zonas de tarifação, de acordo com o último plano de voo conhecido, registado pela aeronave em causa, para efeitos de fluxo de tráfego. O fator massa, expresso como um valor até duas casas

decimais, é a raiz quadrada do quociente obtido pela divisão por cinquenta do número de toneladas métricas da massa máxima certificada na descolagem da aeronave, conforme consta do certificado de aeronavegabilidade ou de qualquer documento oficial equivalente apresentado pelo operador da aeronave.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução 2013/2012 do número de unidades de serviço nas Zonas de Tarificação (ZT) de Lisboa e de Santa Maria:

Unidades de Serviço	ZT de Lisboa		ZT de Santa Maria	
	2013	Δ% 13/12	2013	Δ% 13/12
Taxáveis	2 847 341	3,7	3 937 064	4,4
Isentas	29 412	(19,5)	84 193	(18,8)
TOTAL	2 876 753	3,4	4 021 257	3,8

5.2.2·DE TERMINAL

A unidade de serviço de Terminal é igual ao fator massa da aeronave em causa, sendo o fator massa, expresso como um valor até duas casas decimais, o quociente obtido pela divisão por cinquenta do número de toneladas métricas da maior massa máxima certificada na descolagem da aeronave, conforme consta do certificado de aeronavegabilidade ou de qualquer documento oficial equivalente apresentado pelo operador da aeronave, elevado à potência 0,7, tal como estabelecido no anexo V do Regulamento (UE) N° 1191/2010, de 16 de dezembro.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução 2013/2012 do número de unidades de serviço na Zona de Tarificação Portugal Terminal:

Unidades de Serviço	ZT Portugal Terminal		
	2013	2012	Δ% 13/12
Taxáveis	179 096	176 493	1,5
Isentas	1 303	1 141	14,2
TOTAL	180 399	177 634	1,6

5.3·SAFETY

Na área da Segurança Operacional, o ano de 2013 foi positivo, não obstante se terem verificado 3 AIRPROX A e 2 AIRPROX B, todos na RIV de Lisboa.

Este resultado reflete uma política eficaz de prevenção implementada em todos os locais – TWR e ACC – que são periodicamente monitorizados, avaliando-se eventuais fatores de risco e adotando medidas que visem a mitigação/solução de situações de tráfego particulares e específicas de cada órgão ATC.

A disseminação de boas práticas e lições colhidas, a nível nacional e internacional, posteriormente divulgadas e partilhadas junto dos CTA, aliada a uma participação ativa em diversos grupos e fóruns da área *Safety* (EUROCONTROL, EASA, ANA, EU e outros) têm-se revelado um veículo de extraordinária importância, com contributo decisivo na Prevenção de Incidentes e Acidentes.

O resultado do inquérito à Cultura de Segurança, completado em 2013, revelou algumas deficiências mas, também, bastantes melhorias em áreas chaves onde a Empresa tem vindo a reforçar: responsabilidade, empenho das chefias, trabalho de equipa, perceção do risco e *Just Culture*, reporte e aprendizagem.

De salientar os resultados do cálculo do nível de maturidade do Sistema de Gestão da Segurança que, em 2013, subiram para 74,54, tendo registado uma pontuação de 59,97, em 2012, de acordo com a seguinte discriminação:

- SA1 – *Safety Culture*: 74,18
- SA2 – *Organizational and Individual Safety Responsibilities*: 74,45
- SA3 – *Timely Compliance with International Obligations*: 75,49
- SA4 – *Safety Achievement*: 75,00
- SA5 – *Competency*: 74,46
- SA6 – *Risk Management*: 74,39
- SA7 – *Safety Interfaces*: 73,02
- SA8 – *Safety Assurance*: 74,44
- SA9 – *Safety Performance Monitoring*: 74,18
- SA10 – *Organizational Safety Surveys and SMS Audits*: 75,29
- SA11 – *Adoption and Sharing of Best Practices*: 75,00

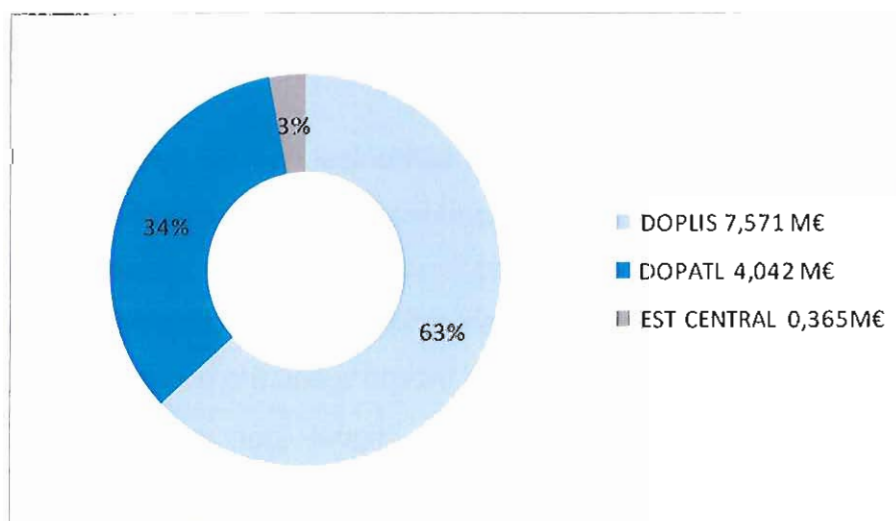
6·INVESTIMENTOS

A política de investimentos da NAV Portugal, nas suas áreas operacionais, é enquadrada pelos planos internacionais de harmonização da navegação aérea. Assim, os investimentos da RIV de Lisboa são planeados tendo em conta a harmonização e os objetivos (segurança, capacidade, eficiência) estabelecidos nos planos Europeus (*Single European Sky – SES*; *Interim Deployment programme – IDP*; *European Single Sky ImPlementation – ESSIP*) e os da RIV de Santa Maria nos planos da região NAT (*North Atlantic*) da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Os objetivos de capacidade dos órgãos ATS (*Air Traffic Services*) da NAV Portugal são estabelecidos de acordo com as previsões de médio prazo para a variação do tráfego. O plano de investimentos em novos sistemas de apoio considera estes objetivos de capacidade, a disponibilização de novas tecnologias, bem como a necessária substituição de sistemas no termo da sua vida útil operacional.

Em 2013, o valor total dos investimentos da NAV Portugal ascendeu a 12 M€, significando um acréscimo de cerca de 26% relativamente a 2012, do qual 11,6 M€ destinaram-se aos órgãos operacionais (centros de controlo, torres de controlo nos aeroportos e estações exteriores) e cerca de 0,4 M€ à estrutura central da Empresa, conforme evidenciado no quadro seguinte:

INVESTIMENTOS (estrutura)



Dos investimentos realizados, em 2013, merecem destaque:

- contratação da migração do Sistema Atlântico (SATL) do Centro de Controlo de Santa Maria. Estando em operação, desde 2001, foi sujeito a uma renovação total de equipamentos, bem como à migração do sistema operativo para Linux, permitindo a introdução de novas funcionalidades de monitoria. Este investimento visa prolongar por vários anos a vida útil do sistema, bem como concretizar os objetivos de aumento da eficiência, da flexibilidade e da capacidade operativa do SATL, bem como dos órgãos ATS suportados pelo sistema - o Centro de Controlo Oceânico e as Torres de Controlo dos Aeroportos dos Açores - na gestão do tráfego aéreo;
- conclusão do *upgrade* do sistema ATIS/VOLMET de Lisboa e dos sistemas ATIS do Porto, de Faro e da Madeira para processamento da informação meteorológica, fornecida pelos novos Sistemas Meteorológicos, em formato *Meteo Report*, bem como o *upgrade* do *Hardware* do sistema ATIS de Lisboa, uma vez que este sistema se encontrava no limiar da vida útil;
- atualização da estação de comunicações aeronáuticas intra-centros AMHS (*ATS Message Handling Service*) instalado no Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa (CCTAL). Os objetivos do projeto englobam o aumento da flexibilidade e a capacidade das comunicações AMHS;
- conclusão da instalação das estações VGS (*VHF Ground Station*), com a instalação das estações de Porto e Faro, para constituição de uma infraestrutura própria de estações VGS para assegurar a prestação de serviços *Data-Link* na RIV de Lisboa, pela NAV Portugal, conforme determinado pelo Regulamento (CE) nº 29/2009 (DLS-IR);
- substituição do feixe hertziano de comunicações de dados instalado na ilha de Santa Maria, garantindo a disponibilidade da informação radar no Centro de Controlo Oceânico, bem como das funcionalidades de monitorização e do controlo dos sistemas instalados nas estações remotas, considerando que o anterior equipamento para além de limitado atingiu o seu fim de vida útil;
- substituição do VORTAC de São Miguel por um novo VOR/DME (*VHF Omnidirectional Range / Distance Measuring Equipment*). Antecipada para 2013 por solicitação da ANACOM, para libertação da frequência em que trabalhava o VORTAC devido à instalação, em Santa Maria, de uma estação para rastreio de satélites;

- instalação de quatro estações DME, cujo objetivo é criar uma infraestrutura técnica baseada em DME's que permita a realização de procedimentos PRNAV (*Precision - Area Navigation*) na TMA (*Terminal Control Area*) de Faro. As estações foram instaladas nos concelhos de Mértola, Alcoutim, Loulé e Portimão sendo as três primeiras instaladas em infraestruturas novas e a de Portimão na estação da Mexilhoeira, propriedade da Empresa, que foi sujeita a obras de recuperação;
- conclusão do projeto de extensão do sistema de tecnologia *multilateration* (MLAT), instalado para a vigilância no solo na área do Aeroporto de Lisboa, para a disponibilização de serviços de vigilância às aeronaves em aproximação ao aeroporto. Este sistema permite expandir geograficamente a área atual de vigilância do sistema MLAT do aeroporto para a área terminal de Lisboa (TMA) e garantir os níveis de separação das aeronaves em situações de indisponibilidade de um dos radares utilizado para a cobertura da TMA;
- conclusão do projeto de extensão do sistema de tecnologia *Wide Area Multilateration* (WAM), instalado numa primeira fase para a vigilância no grupo central do arquipélago dos Açores, para as ilhas do grupo ocidental. Este projeto tem como objetivo a prestação de serviços de vigilância nas rotas entre as ilhas dos grupos central e ocidental, permitindo igualmente a cobertura dos níveis de voo mais baixos. O sistema possui ainda capacidade ADS-B o que permitirá a prestação destes serviços de Vigilância até perto do limite ocidental da RIV de Santa Maria;
- execução de empreitadas no edifício NAV no Aeroporto de Faro para repor as condições de funcionamento dos serviços de controlo de tráfego aéreo, afetadas pelos danos nas instalações provocadas pela intempérie ocorrida em outubro de 2011;
- empreitada de reabilitação da estação radar SSR (*Secondary Surveillance Radar*) de Montejunto, com vista a salvaguardar a operação dos equipamentos aí existentes;
- substituição de sistemas de climatização instalados em algumas estações da Empresa, bem como nas Torres de Controlo dos aeroportos do Porto e da Madeira. Foi objetivo deste investimento o cumprimento de disposições legais;

- substituição do posto de seccionamento, posto de transformação e dos grupos de emergência do CCTAL de modo a fazer face ao aumento de potência e a garantir a redundância na alimentação dos equipamentos;
- execução de empreitada para remodelação dos ramais de média tensão e postos de transformação do CCO e VOR/DME de Santa Maria, necessária devido à separação do abastecimento de energia entre a NAV Portugal e a ANA S.A., e ao aumento do nível da rede pública de média tensão de 6kV para 10kV e,
- instalação de uma estação de produção de energias renováveis, que suporta totalmente o *Glide* do Aeroporto de Santa Maria. Esta empreitada de alimentação de energia para o *Glide* foi igualmente necessária devido à separação da rede entre a NAV Portugal e a ANA S.A., e ao aumento do nível de tensão de 6kV para 10kV.

7-RECURSOS HUMANOS

A Política de Recursos Humanos da Empresa, desenvolvida no ano de 2013, continuou a ter como desígnio enquadrador os objetivos e linhas de orientação constantes do documento "Estratégia NAV Portugal 2010+" onde, em linha com os objetivos estratégicos definidos, assumiu primordial relevância na Gestão de Recursos Humanos a necessidade contínua da adaptação qualitativa e quantitativa do capital humano, através da adoção de medidas de redimensionamento organizacional e de ajustamento dos perfis de competências.

Com efeito, a regulamentação europeia decorrente da implementação das diversas fases do "Céu Único Europeu", a par das exigências de competitividade impostas para a prestação de serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo de Santa Maria, impõe à NAV Portugal em geral e à gestão de recursos humanos, em particular, um conjunto de desafios relacionados, assente na procura da excelência organizacional.

Neste contexto, tem constituído preocupação fundamental a valorização e adaptação competitivas do tecido laboral da Empresa, através da prossecução dos seguintes objetivos:

- dimensionamento e adaptação dos recursos humanos aos novos requisitos organizativos e funcionais, internacionalmente exigíveis para a prestação do serviço de navegação aérea;
- melhoria dos níveis de proficiência das competências transversais e técnico-profissionais dos recursos humanos, através do alargamento dos sistemas de gestão de desempenho e,
- melhoria do clima sócio laboral.

7.1-CARACTERIZAÇÃO E MOBILIDADE DO UNIVERSO LABORAL

O universo laboral ativo, no final do ano de 2013, é constituído por 1007 trabalhadores. Em termos funcionais os trabalhadores afetos às áreas de prestação de serviços de Tráfego Aéreo e de Segurança, Estratégia e Qualidade representam cerca de 78% daquele universo e a área de Estudos e Projetos representa 8%, estando os restantes 14% afetos aos serviços centrais.

Encontram-se ainda a cargo da Empresa 14 trabalhadores sendo, assim, de 1021 o número total de trabalhadores com vinculação contratual à NAV Portugal.

Universo Laboral ao serviço em 31-12-2013	1007
Mercado de trabalho	977
Função pública	30
Contratos a termo	0
A cargo da NAV Portugal E.P.E.	14
Cessação de funções	12
Pré-reforma	2
Outras situações	0
Total de trabalhadores vinculados	1021

Encontram-se noutras situações, discriminadas no quadro a seguir apresentado, 4 trabalhadores sem qualquer encargo para a Empresa:

Com vínculo suspenso	4
Requisição	1
Nomeação para órgãos sociais	1
Licença sem vencimento	2

Durante o ano de 2013 verificou-se um aumento na população laboral ativa, pelo efeito conjugado de 27 entradas e 19 saídas, em resultado de admissões e de processos de aposentação e reforma.

Efetivos	2013	%	2012
Início do ano	999	100	972
Entradas	27	1,9	55
Saídas	- 19	2,0	- 28
Final do ano	1 007		999

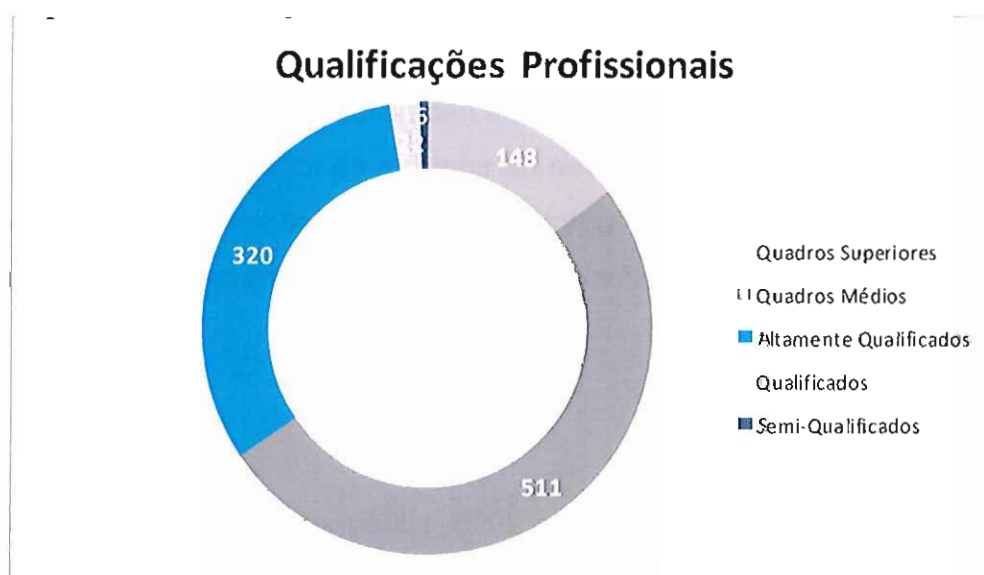
Salienta-se que, das 19 saídas verificadas, 8 resultaram da inibição legal para o exercício de funções operacionais por parte de controladores de tráfego aéreo, os quais se encontram a aguardar a concessão da respetiva reforma ou aposentação, sendo as restantes saídas motivadas essencialmente por caducidade contratual, resultante de processos de aposentação ou reforma.

As 27 entradas, decorreram basicamente da necessidade de substituição de controladores de tráfego aéreo em consequência da sua cessação de funções operacionais, bem como da contratação de trabalhadores para a satisfação de necessidades na área de manutenção de equipamentos e sistemas de navegação aérea.

7.2·QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

A estrutura de Qualificações Profissionais mantém-se idêntica à do ano anterior, refletindo, assim, uma estabilização do perfil agregado de competências técnico-profissionais exigíveis.

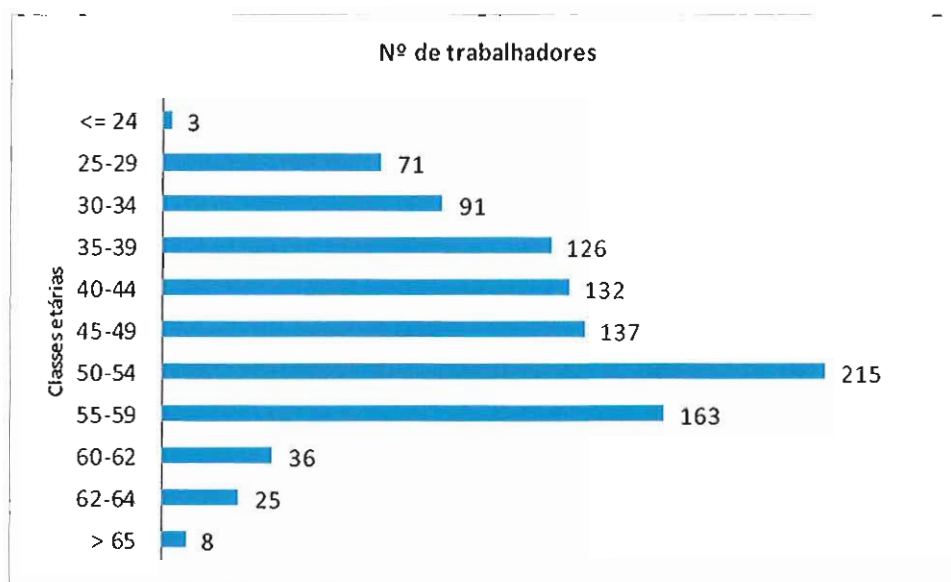
A análise do perfil agregado de competências certificadas mostra que cerca de 65% do universo laboral da Empresa é constituído por quadros com formação universitária (Quadros Superiores e Quadros Médios) e cerca de 32 % dos trabalhadores da Empresa possuem competências decorrentes de uma formação académica intermédia (Altamente Qualificados), conforme se evidencia no quadro seguinte:



A manutenção do perfil agregado de competências certificadas que se tem vindo a verificar na Empresa, bem como dos seus elevados níveis de exigência, decorre essencialmente do esforço desenvolvido na caracterização das necessidades organizativas das missões funcionais críticas para a prestação de serviços de navegação aérea.

7.3·ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de distribuição etária, o universo laboral da Empresa tem o seu valor modal no intervalo compreendido entre os 50 e 54 anos, situando-se a estrutura etária média, nos 46 anos.



Esta situação evidencia por um lado, um reduzido nível de refrescamento dos quadros de pessoal em consequência do facto das necessidades organizativas de recrutamento se confinarem essencialmente à área de controlo de tráfego aéreo, que representa um terço do universo laboral, e por outro lado uma natural fidelização dos trabalhadores, em função do quadro de benefícios e de vantagens comparativas proporcionado pela Empresa.

7.4·ABSENTISMO

O absentismo global da Empresa, em 2013, situou-se em 4,9%, traduzindo um ligeiro aumento de 0,3 pontos percentuais face ao ano anterior. Constituíram fatores contributivos relevantes para a inatividade laboral registada, as situações de ausência motivadas por doença ou incapacidade temporária do próprio trabalhador e a proteção social de assistência à família e maternidade/paternidade, as quais representaram cerca de 75 % do total das ausências verificadas.

7.5·ACTIVIDADE FORMATIVA

A valorização dos recursos humanos, capacitando-os para um melhor desempenho de funções e garantindo a eficácia dos resultados obtidos pelos serviços, constituiu, uma vez mais, no ano de 2013, um objetivo estratégico para a NAV Portugal.

Na prossecução desse objetivo e apesar da existência duma envolvente externa com condições adversas, a atividade formativa realizada pela Empresa, em 2013, foi resultado da continuação de uma política de formação, que visa dar efetiva possibilidade de desenvolvimento de competências aos seus trabalhadores, mantendo-os bem adaptados a uma realidade altamente mutável, podendo assim a Empresa garantir de modo permanente a prestação de serviços de qualidade, no âmbito das suas atribuições, sem descuidar a existência dum clima organizacional adequado à sua responsabilidade social.

A formação ministrada foi essencialmente de três tipos:

- inicial/qualificante: cujo objetivo é preparar novas admissões de pessoal operacional, nomeadamente para a áreas de controlo de tráfego aéreo e de telecomunicações aeronáuticas;
- reciclagem/atualização: destinada a proporcionar aos trabalhadores as condições que lhes possibilitem desenvolver as suas competências e que os mantenha permanentemente atualizados, cumprindo igualmente com o estipulado na regulamentação aplicável ao setor da navegação aérea, nomeadamente no que está determinado para os "refrescamentos" destinados às áreas operacionais e,
- desenvolvimento/especialização: destinada à transmissão de novos conhecimentos, necessários à operação e manutenção de equipamentos e sistemas que resultam da implementação de novos projetos.

Efetivamente, o contributo dado pela formação, ao longo do tempo, tem vindo a revelar-se de toda a importância para que a NAV Portugal se apresente como ANSP de referência entre as suas congéneres. Em 2013, a Empresa realizou um número muito significativo de ações de formação internas (em sala e nos postos de trabalho), conforme sintetizado no quadro seguinte:

FORMAÇÃO INTERNA

ÁREAS DE FORMAÇÃO	AÇÕES DE FORMAÇÃO	PARTICIPANTES	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE PRODUÇÃO
Operacional/OJT	277	1 126	15 971	46 841
Formação geral	63	1 378	681	8 210
Técnica/Projecto	20	67	310	999
TOTAL	360	2 571	16 962	56 050

Em 2013, das 56.050 horas de formação realizadas internamente, 75,4% foram da responsabilidade direta do Centro de Formação. De salientar, pela sua importância e meios envolvidos, o programa de formação concretizado pela área operacional afeta à prestação dos serviços de tráfego aéreo, onde se inclui a formação inicial para preparação de novos controladores de tráfego aéreo (23.528 HP).

De referir, igualmente, pelo número de participantes envolvidos das áreas operacionais, as ações de refrescamento que foram realizadas ao longo do ano, com recurso a meios de simulação, bem como, para as direções operacionais, a formação OJT, destinada, nomeadamente, à obtenção de novas qualificações nos diversos órgãos ATC, que, pelo seu impacto na atividade, assume particular relevância (13.047 HP).

Na formação associada ao desenvolvimento de novos projetos, o número de participantes foi de 60, com 669 HP, enquanto que na formação geral são de realçar as 17 ações em direito e segurança na aviação e as 2 conferências associadas ao mesmo tema, envolvendo 764 participantes a que acresce as 1.224 HP registadas na área da segurança e saúde no trabalho.

Apesar das restrições existentes, a Empresa proporcionou igualmente a frequência, no exterior, de um conjunto importante de Ações de Formação, quer no País quer no Estrangeiro, conforme se evidencia no quadro seguinte:

FORMAÇÃO EXTERNA				
LOCAIS DE FORMAÇÃO	AÇÕES DE FORMAÇÃO	PARTICIPANTES	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE PRODUÇÃO
País	111	285	2 763	5 211
Estrangeiro	27	39	710	1 043
TOTAL	138	324	3 473	6 254

Na formação, ministrada por entidades externas (nacionais e estrangeiras), o plano concretizado em 2013 foi de continuidade e direcionado para a permanente atualização dos conhecimentos, bem como a aquisição de novas competências, sobretudo nas áreas de *Safety*, das novas tecnologias, da gestão e dos novos processos.

No que respeita à formação no estrangeiro, o principal parceiro continua a ser o *Institute of Air Navigation Services* (Instilux), representando 66,6% das horas de formação recebidas fora do país.

Na prestação de serviços para o exterior, o ano de 2013 assumiu particular relevância tanto pelo conjunto de ações realizadas, como pelas ações que foram projetadas e contratualizadas cuja realização se desenvolverá num futuro próximo.

Neste âmbito, das ações realizadas para diferentes entidades nacionais, destaca-se a formação ministrada para pilotos da TAP, no âmbito da cooperação existente nesta área entre as duas empresas, cujos resultados quantitativos se sintetizam no quadro seguinte:

FORMAÇÃO PARA EXTERIOR

LOCAIS DE FORMAÇÃO	AÇÕES DE FORMAÇÃO	PARTICIPANTES	HORAS DE FORMAÇÃO	HORAS DE PRODUÇÃO
Nacionais				
TAP	2	22	16	176
Estrangeiras				
TECANGOL	3	36	120	1 440
ASA(CABO VERDE)	4	30	1 824	15 498
CAAC – ADA(CHINA)	3	28	114	1 152
ADM-MOÇAMBIQUE	2	14	175	700
ADACEL	1	3	105	315
TOTAL	15	133	2 354	19 281

A nível internacional, foram vários os contratos de prestação de serviços de formação celebrados com diversas entidades congéneres da NAV Portugal:

- a TECANGOL (Tecnologias de Sistemas de Informação, S.A.) adjudicou a formação de supervisão operacional para 12 formandos, seguindo-se a gestão de segurança operacional, terminando o pacote formativo em junho com a formação OJTI – Instrutor Operacional, tendo todas as ações decorrido em Luanda;
- no âmbito do protocolo assinado com as autoridades chinesas, foi realizado um curso de supervisão operacional para TICA em janeiro e dois cursos de supervisão operacional para CTA entre outubro e dezembro;
- a ASA (Aeroportos e Segurança Aérea de Cabo Verde) concretizou um vasto programa formativo que se prolongou por todo o ano 2013, tendo a NAV Portugal ministrado toda a formação inicial a 10 controladores de tráfego aéreo, para aquela empresa, bem como a formação radar (2 cursos) destinada a proporcionar a 10 CTA da ASA as condições para a obtenção desta qualificação;

- a ADM (Aeroportos de Moçambique) concretizou uma ação de supervisão operacional para TICA, que decorreu, em setembro, em Maputo e participou no curso NOTAM-AIMII para TICA, que decorreu em Lisboa entre novembro e dezembro e,
- encontra-se em fase de contratualização um curso para AITA (Agente de Informação de Tráfego Aéreo) adjudicado pela ENASA (Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea de São Tomé e Príncipe), a desenvolver em Lisboa durante o mês de janeiro de 2014.

Na NAV Portugal, a missão que cabe à formação assume particular relevância e complexidade, tendo em consideração o contexto em que desenvolve a sua atividade. Tal desiderato obriga a que estejam disponíveis os recursos adequados, quer em termos técnicos quer didáticos, estando atualmente em fase de desenvolvimento vários projetos, dos quais se destacam, como exemplo, o desenvolvimento de novas funcionalidades para o simulador de controlo radar, envolvendo recursos internos e externos. Encontra-se igualmente em fase de ultimização, o processo de lançamento do concurso que levará à substituição do simulador de controlo de aeródromo, que visa, para além da atualização tecnológica, a possibilidade de simular o ambiente real de cada órgão de controlo.

A criação de um espaço destinado à auto preparação dos alunos do curso de formação inicial para controladores de tráfego aéreo é considerada importante, num contexto de utilização otimizada da capacidade formativa, dando um passo importante na utilização das novas tecnologias, nomeadamente o “*e-learning*”. A utilização desta ferramenta, que se pretende extensível a outras áreas da formação, merecerá particular atenção no decorrer de 2014.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

8.1. POLÍTICA DE PREÇOS – TAXAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

Portugal, na sua qualidade de Estado Membro da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), da União Europeia (UE), da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL), bem como Estado Participante no Acordo Multilateral relativo às Taxas de Rota, encontra-se vinculado à legislação e regulamentos em vigor em matéria de política de preços dos serviços de navegação aérea, de Rota e de Terminal, nomeadamente:

- Regulamento (UE) nº 1191/2010 da Comissão, de 16 de dezembro, que estabelece o regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea, por alteração ao Regulamento (CE) nº 1794/2006, de 6 de dezembro, e
- Princípios para a determinação das bases de custos e cálculo das taxas unitárias de rota, aprovados pela Comissão Alargada da EUROCONTROL, em 20 de setembro de 2011 (Doc. Nº 11.60.01), integrando no seu quadro jurídico o referido Regulamento (EU) nº 1191/2010.

A política de isenções, definida pelo Estado português, está consagrada na seguinte legislação nacional:

- Taxas de Rota: Portaria nº 1467-B/2001 de 31 de dezembro e,
- Taxas de Terminal: Decreto Regulamentar nº 12/99 de 30 de julho.

8.1.1 SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA DE ROTA

As taxas devidas pela prestação de serviços de rota aos utilizadores do espaço aéreo das Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal, são determinadas no estrito cumprimento dos Princípios anteriormente referidos, em ambas as Zonas de Tarifação (ZT) de Rota estabelecidas para Portugal:

- Zona de Tarifação de Rota de Lisboa, compreendendo o espaço aéreo da Região Superior de Informação de Voo de Lisboa e o da Região de Informação de Voo de Lisboa e,
- Zona de Tarifação de Rota de Santa Maria, compreendendo o espaço aéreo da Região de Informação de Voo de Santa Maria.

De acordo com o referido Regulamento (UE) e Princípios definidos pelo EUROCONTROL, a taxa unitária nacional de rota, para o ano n , é determinada de acordo com os custos fixados no início de cada período de referência (tendo o primeiro sido estabelecido para o horizonte temporal 2012-14), deduzidos dos custos com os voos isentos e ajustados pelo desvio apurado no ano $n-2$, sendo o resultado dividido pelo número de unidades de serviço taxáveis estimado para esse ano, em cada Zona de Tarificação.

Esta taxa visa a recuperação dos custos nacionais fixados com a prestação dos serviços de rota suportados pela NAV Portugal e pelas restantes entidades nacionais envolvidas (INAC, IPMA, FAP e MARINHA), bem como os custos suportados pela Agência EUROCONTROL na parte imputável a Portugal.

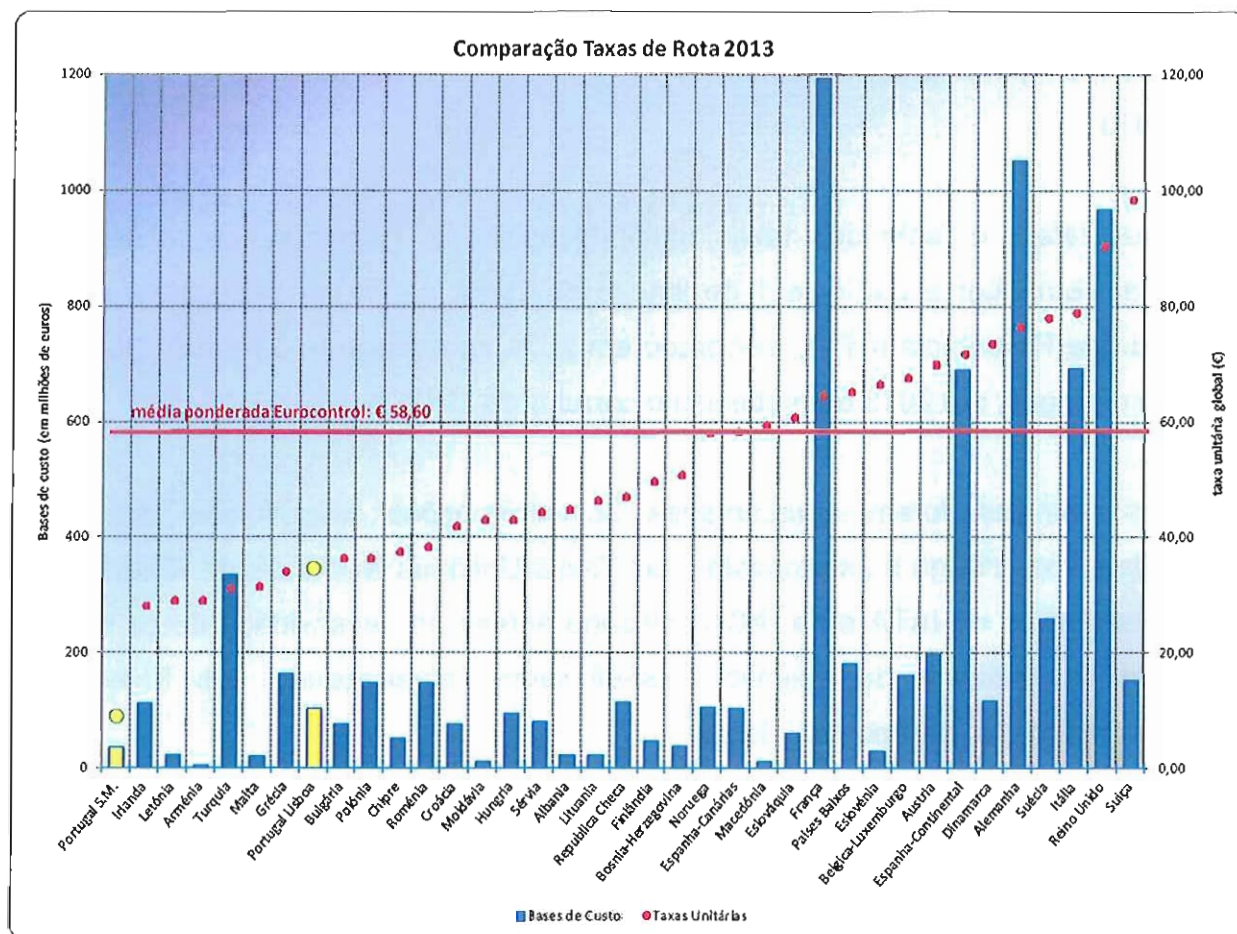
As taxas unitárias nacionais de rota, aprovadas pela Decisão nº 118 da Comissão Alargada, de 5 de dezembro de 2012 para vigorar em 2013, cifraram-se em € 34,50 na Zona de Tarificação de Lisboa e € 8,81 na Zona de Tarificação de Santa Maria, traduzindo um acréscimo de cerca de 4,8% na ZT de Lisboa e um decréscimo de 8,7% na ZT de Santa Maria.

TAXAS UNITÁRIAS NACIONAIS DE ROTA							
ZT de LISBOA				ZT de SANTA MARIA			
2013	2012	$\Delta\%$ 13/12		2013	2012	$\Delta\%$ 13/12	
		Valor	%			Valor	%
34,50 €	32,92 €	1,58 €	4,8%	8,81 €	9,65 €	-0,84 €	-8,7%

A taxa unitária administrativa regional, calculada pela divisão dos custos estimados do Serviço Central de Taxas de Rota (SCTR) do EUROCONTROL pelo número total de unidades de serviço, estimado para 2013, no espaço aéreo do conjunto dos Estados Participantes no Sistema de Taxas de Rota, visa a recuperação dos custos suportados pelo SCTR com a faturação e cobrança das taxas de rota, em nome dos Estados Participantes no referido Acordo Multilateral, tendo sido fixada para 2013 em € 0,15, valor ligeiramente superior ao cobrado em 2012 (€ 0,14).

Do somatório da taxa unitária nacional com a taxa unitária administrativa regional, resultaram os valores das taxas unitárias globais de rota, em vigor no ano de 2013, de € 34,65 na Zona de Tarificação de Lisboa e de € 8,96 na Zona de Tarificação de Santa

Maria, valores substancialmente inferiores à média ponderada das taxas unitárias globais praticadas pelos Estados Participantes no Sistema de Taxas de Rota (€ 58,60), o que é bem patente no gráfico seguinte:



8.1.2 SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA DE TERMINAL

As bases de custos, com base nas quais foi calculada a Taxa Unitária de Terminal para 2013, foram estabelecidas de acordo com a regulamentação anteriormente referida, considerando os custos suportados pela Empresa com a prestação dos serviços de Terminal nos Aeroportos Nacionais servidos pela NAV Portugal.

Assim, e tendo em conta as previsões de unidades de serviço nos aeroportos nacionais, a Taxa Unitária de Terminal para 2013 foi fixada em € 174,56, valor determinado de acordo com a fórmula de cálculo das unidades de serviço, estipulada no ponto 1 do Anexo V ao referido Regulamento (UE) N° 1191/2010, considerando o fator massa elevado à potência de 0,7.

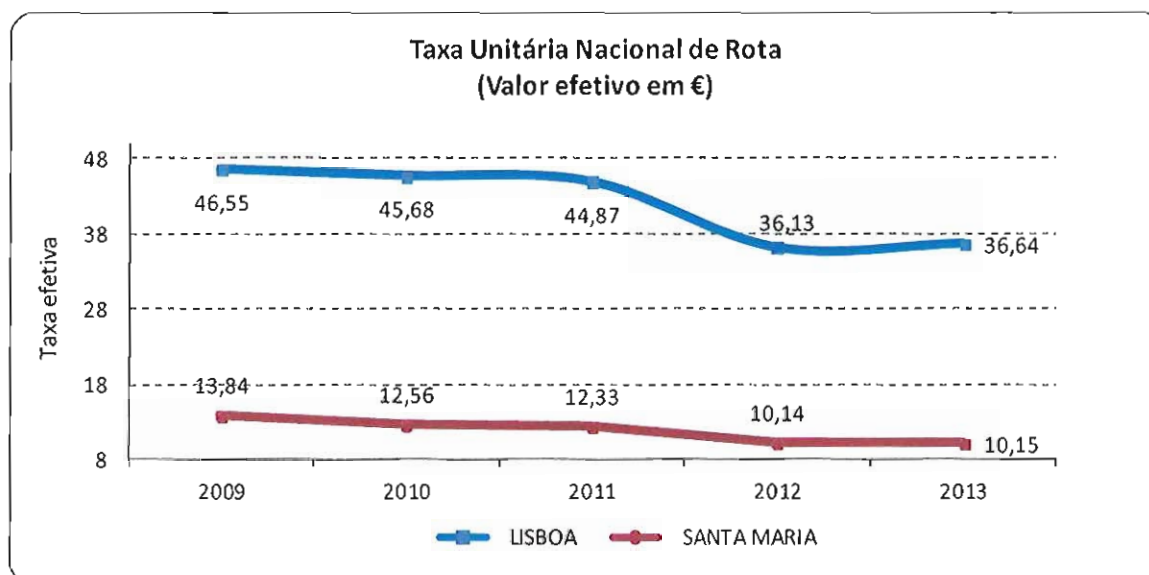
8.1.3-CONSULTA COM AS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS UTILIZADORES

Em representação do Estado Português, a NAV Portugal participou nas Reuniões de Consulta Multilateral do Comité Alargado para as Taxas de Rota com as Organizações Representativas dos Utilizadores realizadas na sede do EUROCONTROL, em Bruxelas, em junho e em novembro de 2012, sobre as taxas unitárias de rota a vigorar em 2013.

Acresce referir o facto das taxas unitárias nacionais anteriormente referidas, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2013, serem as calculadas para o 1º Período de Referência (RP1), elaborado em 2011, que abrange o período 2012-2014, com a correção, em 2013 do mecanismo corretor de 2011.

Nestas reuniões foram apresentadas as informações respeitantes aos custos, investimentos, tráfego e às propostas das Taxas Unitárias Nacionais de Rota, tendo os Representantes da IATA e da IACA colocado ênfase na necessidade de caminhar no sentido da melhoria do objetivo *Cost-efficiency*, agradecendo aos Estados que apresentaram decréscimos das taxas.

O esforço de Portugal na contenção dos seus custos com a prestação dos Serviços de Rota na ZT de Lisboa e na ZT de Santa Maria, contribuiu, de forma decisiva, para a evolução do valor efetivo (excluído o efeito do mecanismo corretor) das taxas unitárias nacionais de rota no período 2009-2013, conforme ilustrado no gráfico seguinte:



No que respeita à Taxa Unitária de Terminal, a NAV Portugal submeteu ao INAC, em 29 de outubro de 2012, as informações relativas a custos, investimentos, tráfego e taxa unitária proposta para 2013, as quais foram posteriormente enviadas pelo INAC à Comissão Europeia e EUROCONTROL. Estas informações foram apresentadas na Reunião de Consulta Multilateral com as Organizações Representativas dos Utilizadores realizada, em Bruxelas, na Sede do EUROCONTROL, em 23 de novembro de 2012, sob a presidência da Comissão Europeia, tendo a respetiva taxa sido formalmente fixada e publicada através da Portaria n.º 62/2013, de 12 de fevereiro, do Ministério da Economia e do Emprego.

8.2•RENDIMENTOS

Nos termos dos regulamentos em vigor, constituem proveitos operacionais da NAV Portugal o valor da prestação de serviços de navegação aérea, de rota e de terminal, correspondente ao financiamento obtido através das taxas de navegação aérea, fixadas para 2013 e cobradas aos utilizadores dos respetivos serviços.

Os rendimentos da atividade de rota incorporam a correção resultante das variações ocorridas no tráfego e na taxa de inflação, face aos valores inicialmente previstos no RP1 2012-14, bem como as variações verificadas nas rubricas de gastos não controláveis, de acordo com os regulamentos aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2012, enquanto que os rendimentos da atividade de terminal continuam a resultar da recuperação integral do respetivo custo económico.

Assim, enquanto para a prestação de serviços de terminal se continua a aplicar o princípio da recuperação integral do custo económico, os rendimentos respeitantes aos serviços de rota passaram a basear-se nos custos fixados para cada exercício, ajustados pelos seguintes fatores:

- diferença entre a inflação prevista e a inflação real;
- partilha de riscos de tráfego, de acordo com o mecanismo estabelecido nos n.ºs 2 a 7, do artigo 11º-A, do Regulamento (UE) nº 1191/2010 e,
- partilha do risco de custos, aplicado exclusivamente a determinadas naturezas de custos consideradas independentes da influência do prestador de serviço, de acordo com o estabelecido no nº 8, do artigo 11º- A do Regulamento (UE) nº 1191/2010.

Como resultado das regras acima descritas, os rendimentos totais obtidos pela NAV Portugal, em 2013 ascenderam a 178,2 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 2,7% face ao ano anterior. O quadro seguinte mostra a evolução registada pelas diversas rubricas de Rendimentos e Ganhos:

RENDIMENTOS

Unidade : milhares de euros

Rúbricas	2013		2012		Δ 13/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	173.162	97,2	178.096	97,2	(4.934)	(2,8)
. ROTA	145.614	81,7	148.708	81,2	(3.095)	(2,1)
. LISBOA	106.695	59,9	111.021	60,6	(4.326)	(3,9)
. SANTA MARIA	38.919	21,8	37.688	20,6	1.231	3,3
. TERMINAL	27.549	15,5	29.388	16,0	(1.840)	(6,3)
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.469	1,9	3.093	1,7	375	12,1
REVERSÕES DE IMPARIDADES	0	0,0	1.178	0,6	(1.178)	(100,0)
TRABALHOS P. PRÓPRIA ENTIDADE	1.525	0,9	768	0,4	758	98,7
TOTAL RENDIMENTOS E GANHOS	178.156	100,0	183.135	100,0	(4.979)	(2,7)

Este comportamento reflete, nomeadamente, a evolução verificada na atividade de rota com um decréscimo de 2,1% (-3,1 M€) face ao verificado em 2012 e na atividade de terminal com um decréscimo de 6,3% (-1,8 M€), refletindo sobretudo a redução de custos com fundos de pensões na componente de gastos não controláveis.

De salientar, no entanto, que os rendimentos de prestação de serviços refletem a redução do montante de 2,3 milhões de euros, correspondente aos custos com os voos isentos de taxas de rota e de terminal, em conformidade com a política de isenção de taxas definida pelo Estado português, traduzindo-se numa redução de receitas para a Empresa. Nos termos do estabelecido no Artigo 9º do Regulamento (CE) Nº 1794/2006, bem como nos referidos princípios do EUROCONTROL, os custos com os voos isentos devem ser reembolsados pelo Estado aos Prestadores de Serviços, facto que, no entanto, até à data, não se tem verificado.

Com um peso pouco significativo no total dos Rendimentos e Ganhos de referir a parcela referente aos Trabalhos para a Própria Empresa (0,9%) e a rubrica Outros (com 1,9% do total), na qual se destacam os juros, os rendimentos relativos ao aeródromo de Cascais e os rendimentos da formação prestada a diversas entidades.

8.3•GASTOS

Em 2013, o total de Gastos e Perdas suportado pela NAV Portugal ascendeu a 164 milhões de euros, representando um decréscimo de cerca de 8,8% face ao valor registado no exercício anterior, de acordo com a estrutura apresentada no quadro seguinte:

GASTOS

Unidade : milhares de euros

Rúbricas	2013		2012		Δ 13/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
GASTOS COM PESSOAL	126.422	77,1	139.475	77,6	(13.053)	(9,4)
CONSUMOS E FORN. SERV. EXTERNOS	14.599	8,9	14.926	8,3	(328)	(2,2)
GASTOS/REVERSÕES DE AMORTIZAÇÕES	10.498	6,4	9.380	5,2	1.118	11,9
OUTROS GASTOS E PERDAS	9.181	5,6	13.639	7,6	(4.458)	(32,7)
IMPARIDADES	3.062	1,9	573	0,3	2.489	434,7
PROVISÕES	138	0,1	1.627	0,9	(1.489)	(91,5)
JUROS E GASTOS SIMILARES	39	0,0	128	0,1	(89)	(69,3)
TOTAL GASTOS E PERDAS	163.939	100,0	179.748	100,0	(15.809)	(8,8)

A rubrica com maior peso na estrutura de gastos da Empresa é a de Pessoal, representando cerca de 77% do total, tendo registado, em 2013, um significativo decréscimo (9,4%) face ao ano anterior, decorrente da diminuição dos encargos com fundos de pensões, resultando no decréscimo de cerca de 13,1 M€ comparativamente aos gastos registados em 2012.

A evolução verificada na rubrica Consumos e Fornecimentos e Serviços Externos evidencia um decréscimo de cerca de 0,3 M€ (2,2%), decorrente da aplicação das medidas de redução de custos implementadas.

O acréscimo de 11,9% na rubrica Amortizações reflete o efeito da entrada em operação, em 2013, de um conjunto de funcionalidades de acordo com o programa de investimentos.

Os restantes gastos registam um decréscimo de 3,5 M€ (-22,2%), decorrente do efeito conjugado, das imparidades referente à dívida da Câmara Municipal de Cascais (2,9M€) relacionada com a prestação de serviços de Controlo de Tráfego Aéreo prestado pela NAV Portugal no Aeródromo daquele Município, no âmbito do contrato estabelecido para o efeito, e as diminuições significativas ao nível das provisões, valor

do desconto financeiro do mecanismo corretor, bem como dos custos de financiamento.

8.4 RESULTADOS

O Resultado Líquido de 2013 regista um lucro de cerca de 7,2 milhões de euros. A sua discriminação e comparação com o valor verificado em 2012, são evidenciadas no quadro seguinte:

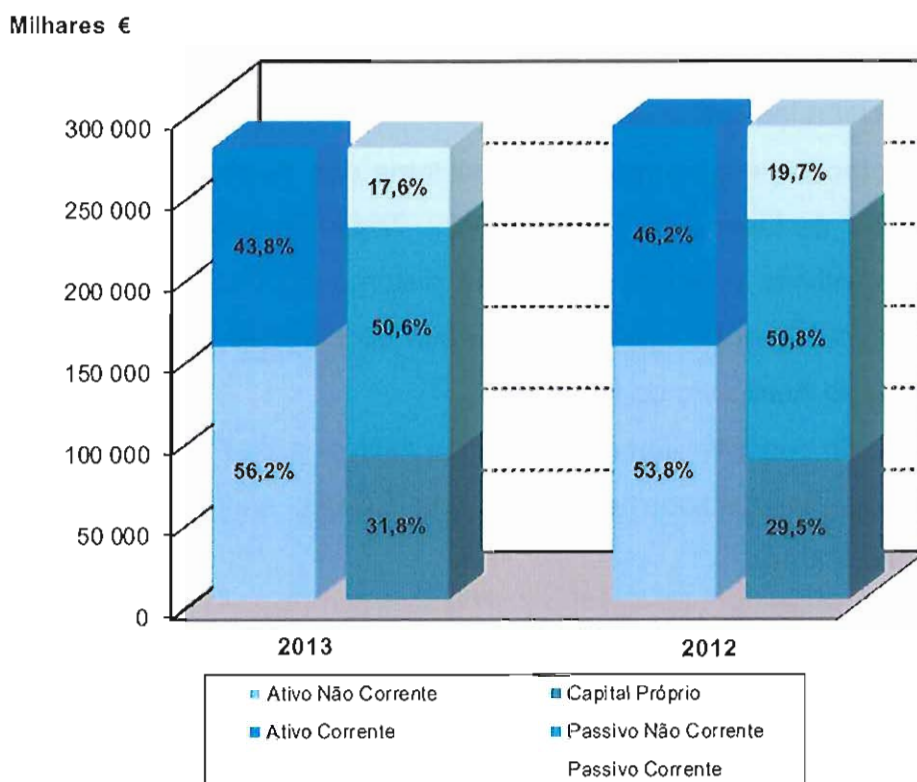
RESULTADOS						
<i>Unidade : milhares de euros</i>						
Rubricas	2013		2012		Δ 13/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
RENDIMENTOS	178.156	100,0	183.135	100,0	(4.979)	(2,7)
GASTOS (-)	163.899	92,0	179.620	98,1	(15.720)	(8,8)
RES. A. GASTOS FINANC. E IMPOSTOS	14.257	8,0	3.515	1,9	10.742	305,6
JUROS SUPORTADOS (-)	39	0,0	128	0,1	(89)	(69,3)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS (RAI)	14.218	8,0	3.387	1,8	10.830	319,7
IMPOSTOS S/RENDIMENTO (-)	5.544	3,1	10.178	5,6	(4.633)	(45,5)
IMPOSTOS DIFERIDOS (-)	1.467	0,8	(8.466)	(4,6)	(9.933)	(117,3)
RESULTADO LÍQUIDO (RL)	7.207	4,0	1.676	0,9	5.531	330,1

O Resultado Operacional, no montante de 14,2 M€, registou um acréscimo de 10,8 M€ relativamente a 2012 e, como referido anteriormente, no cômputo do mesmo não foi considerado, na componente de rendimentos, o valor dos custos com os serviços de navegação aérea prestados aos voos isentos, o qual, em 2013, atingiu cerca de 2,3 milhões de euros.

O decréscimo verificado em 2013 no Imposto sobre o Rendimento (IRC), relativamente a 2012, está influenciado pelo decréscimo dos valores dos gastos com os Fundos de Pensões NAV Complementos e NAV/SINCTA Complementos. A parte não aceite como gasto fiscal de acordo com o estabelecido no artigo 43º do CIRC, que em 2012 ascendeu a cerca de 36 M€, em 2013 não existiu, tendo-se mesmo verificado um ganho fiscal de cerca de 8M€, a que acresce ainda o facto de, em 2013, a NAV Portugal ter beneficiado do limite máximo de dedução à coleta do Crédito Fiscal ao Investimento no montante de 1M€.

8.5-ESTRUTURA PATRIMONIAL

O Capital Próprio, no final de 2013, é de cerca de 87,8 M€, contribuindo para uma cobertura do Ativo Total de 32%. Em 31 de dezembro, o Ativo Líquido ascendeu a 276 M€, dos quais cerca de 56% respeitam a elementos do Ativo Não Corrente. A evolução da situação patrimonial continua a revelar uma prudente estrutura de financiamento, como se evidencia no gráfico seguinte:



9-INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A gestão do espaço aéreo é um processo dinâmico que visa acomodar a evolução do tráfego. Consciente desta problemática e atenta às necessidades dos seus clientes, a NAV Portugal tem vindo a adaptar, de forma antecipada, as estruturas do espaço aéreo ao crescimento da procura e Regulamentação internacional em vigor.

De destacar três conjuntos de atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) ocorridas ao longo de 2013, designadamente:

- As relacionadas com o objetivo de garantir níveis elevados de segurança:
 - Adaptação para integração nos sistema das Torres de Controlo dos aeroportos da RIV de Lisboa da função TTW – *Track Termination Warning*, anteriormente desenvolvida e implementada no sistema do CCTAL (Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa), no âmbito do LISATM V7, e sua implementação na Torre do Aeroporto da Madeira e,
 - Início do desenvolvimento da função APW – *Area Proximity Warning*, que deverá ser operacionalizado no sistema do CCTAL no início de 2014 no âmbito do LISATM V9.0.
- As relacionadas com o cumprimento de Requisitos Regulamentares:
 - Desenvolvimento de *interface* em C++ e Java, com o *Front-End* comunicação *Datalink* para implementação da comunicação silenciosa entre Piloto e Controlador, no âmbito do programa Link2000+ do EUROCONTROL e da IR (*Implementing Rule*) 1032/2009;
 - Implementação de uma nova aplicação de visualização nas posições de controlo (CWP), baseada na mais recente tecnologia, desenvolvida em linguagem Java e incluindo as funcionalidades ATC necessárias à implementação do Bloco Funcional FAB Sudoeste (SW-FAB), para a Torre do Aeroporto da Madeira, em conformidade com o requerido em regulamentação CE aplicável;
 - Desenvolvimento de *interface* em C++ e Java para implementação da comunicação de dados ADS-C (*Automatic Dependent Surveillance – Contract*), Simulador e HMI para CWP no âmbito do projeto *Datalink* da NAV Portugal, integrado no programa Link2000+ do EUROCONTROL;

- Desenvolvimento e implementação do protocolo FMTP (*Flight Message Transfer Protocol*), conforme *standard* em vigor e IR (*Implementing Rule*) 633/2007 da CE;
 - Implementação no sistema EID (*Electronic Information Display*) da funcionalidade de gestão e apresentação de áreas reservadas para as posições de controlo (CWP);
 - Implementação do novo sistema integrado de gestão de áreas reservadas no Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa e na Torre de Controlo do Aeroporto da Madeira e,
 - Implementação das mensagens de coordenação automática que faltam para o cumprimento integral dos requisitos obrigatórios da IR 1032/2009, que deverão ser integradas no sistema do Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa, no início de 2014, no âmbito do LISATM V9.0.
- As relacionadas com a melhoria dos padrões de desempenho e garantia da qualidade do serviço prestado:
- Desenvolvimento e instalação de um simulador do Sistema ATM, em uso no Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa, para formação, inicial e de refrescamento, de controladores.

De salientar que os gastos despendidos com I&D foram suportados no âmbito dos projetos em curso desenvolvidos pela NAV Portugal.

10. PERSPETIVAS FUTURAS

As mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁴ sobre a economia mundial nos próximos dois anos, apontam para um crescimento global da atividade económica de 3,7% em 2014 e 3,9% em 2015.

Na zona euro, o FMI estima que crescimento seja próximo de 1% em 2014 e 1,4% em 2015, antecipando uma recuperação mais modesta nos países sujeitos a pressões financeiras, como é o caso da Grécia, Espanha, Chipre, Itália e Portugal, onde o aumento das exportações será, uma vez mais, o fator impulsionador do crescimento, uma vez que o ónus da dívida, tanto pública como privada, continuará a refrear a procura interna.

Nos Estados Unidos, o produto interno bruto deverá crescer 2,8% em 2014, graças ao abrandamento das restrições fiscais, ocorrido na sequência do acordo orçamental alcançado para o corrente ano fiscal. Porém, atendendo a que a maior parte dos cortes na despesa se irá manter no ano fiscal de 2015, o crescimento nesse período deverá ser apenas ligeiramente superior ao de 2014.

As economias emergentes e em vias de desenvolvimento deverão, no seu todo, alcançar um crescimento de 5,1% em 2014 e 5,4% em 2015. No segundo semestre de 2013, o PIB da China registou uma forte recuperação, devido sobretudo à aceleração do investimento, onde se esperam taxas de crescimento acima dos 7% no biénio 2014-15. Muitas das economias emergentes e em vias de desenvolvimento já começaram a beneficiar da forte procura externa das economias desenvolvidas e da China, embora em muitas delas a procura interna se mantenha mais fraca do que o esperado, devido à prevalência de condições financeiras e políticas mais rígidas desde meados de 2013.

No que respeita à economia portuguesa, as projeções de crescimento económico dos vários organismos internacionais¹⁵ para o próximo biénio são praticamente coincidentes com as do Governo, estimando-se um crescimento do PIB nacional de

¹⁴ IMF *World Economic Outlook Update*, janeiro 2014

¹⁵ IMF *Country Report No. 14/56* e *European Commission - European Economy 2/2014*, fevereiro 2014

0,8% em 2014¹⁶ e de 1,5% em 2015, catapultado pelo comportamento da procura externa – onde são esperados crescimentos acima dos 5% em ambos os períodos – enquanto o consumo interno se deverá manter bastante débil – 0,1% em 2014 e 0,8% em 2015 – na sequência não só dos constrangimentos fiscais aplicados ao fator trabalho, como também das medidas de contenção da despesa pública.

Face a um cenário macroeconómico mais otimista a nível global, é esperado que o tráfego aéreo mantenha, em 2014, a tendência de recuperação iniciada no segundo trimestre de 2013, com um crescimento estimado de 1,4% no número de movimentos, para o conjunto dos Estados membros do Eurocontrol, e de 3,1% no número de unidades de serviço¹⁷, cujo maior impulso é justificado pelo significativo aumento do número de sobrevoos e também pelo aumento do peso médio das aeronaves. No entanto, os valores previstos para 2014 ficarão ainda 5,3% aquém das estimativas que estiveram na base dos planos nacionais de desempenho para o primeiro Período de Referência (RP1: horizonte 2012-14).

Para o segundo Período de Referência (RP2: horizonte 2015-19), e atendendo ao clima de incerteza económica ainda presente a nível europeu, foi decidido pela Comissão Europeia adotar como cenário de referência a projeção mais pessimista para a evolução do tráfego, que prevê um crescimento médio anual de aproximadamente 1,5% para o conjunto dos Estados membros.

No que respeita a Portugal, estima-se que a retoma verificada no segundo semestre de 2013 continue ao longo de 2014, sendo esperadas taxas de crescimento médio, para as unidades de serviço totais, de 0,9% na RIV de Lisboa e de 1,7% na RIV de Santa Maria, no horizonte 2014-19.

De acordo com o planeamento previsto para o RP2, os Estados devem apresentar à Comissão Europeia os respetivos Planos de Desempenho até ao final do próximo mês de junho, para que seja avaliada a adequada contribuição de cada um dos mesmos aos objetivos de desempenho a nível da EU, conforme fixados pela Decisão de Execução da Comissão, de 11 de março de 2014, nos domínios essenciais da segurança, do ambiente, da capacidade e da relação custo-eficiência.

¹⁶ *Revisto em alta, para 1,2%, após a conclusão da 11ª avaliação da Troika a Portugal (28 de fevereiro de 2014)*

¹⁷ *EUROCONTROL 7-year IFR Flight Movements and Service Units Forecast: 2013-2019, setembro 2013*

O desafio que se coloca à NAV Portugal, nos próximos meses, consiste na participação ativa na definição de uma estratégia que, em conjunto com as restantes entidades que concorrem para os diferentes indicadores de desempenho a nível nacional, contribua adequadamente para os objetivos acima enumerados, nomeadamente a nível da relação custo-eficiência, sem prejuízo da realização dos projetos de inovação tecnológica e da manutenção da segurança operacional, indispensáveis ao cumprimento dos objetivos fixados nos restantes domínios de desempenho.

Do mesmo modo, no âmbito do SWFAB revela-se crucial, nesta fase, a adequada coordenação entre as várias entidades nacionais com as respetivas congéneres de Espanha, no sentido de se definir e aprovar projetos comuns de atuação, pois o plano de desempenho para o RP2, que, de acordo com o Regulamento de Execução (EU) nº 390/2013, tem de ser elaborado a nível dos FABs, deverá espelhar a coerência e contributo adequado aos objetivos de desempenho fixados a nível da União Europeia.

Assim, e em linha com a estratégia traçada pela Comissão Europeia na sua iniciativa do SES e pela ICAO para o Atlântico Norte, a NAV Portugal prosseguirá, muito cuidadosamente, a sua adaptação às novas exigências que se colocam ao setor onde exerce a sua atividade, por forma a criar valor para os seus clientes através do cumprimento de uma rigorosa política de desempenho que, acreditamos, permitirá salvaguardar a posição empresarial que a Empresa detém no setor e responder cabalmente às exigências do futuro de uma forma sustentável.

11-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que seja dada a seguinte aplicação aos Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 7.206.683,13 €:

- **RESERVA GERAL**.....720.668,31 €
Artº 22º dos Estatutos (10% dos Resultados Líquidos)
- **FUNDO PARA FINS SOCIAIS**..... 72.066,83 €
Artº 22º dos Estatutos (1% dos Resultados Líquidos)
- **REMUNERAÇÃO DOS CAPITAIS INVESTIDOS**..... 3.603.341,57€
(50% dos Resultados Líquidos)
- **RESERVA PARA INVESTIMENTOS**.....2.810.606,42 €
Artº 22º dos Estatutos (remanescente)

Lisboa, 17 de abril de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luís Filipe Ottolini Coimbra
Presidente



Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo
Vogal



Teresa Maria da Silva Gomes
Vogal

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2013

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		13-12-31	12-12-31
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	62.835.377	59.668.959
Ativos intangíveis	8	4.114.997	5.845.680
Participações financeiras - outros métodos	10	344.684	169.684
Ativos por impostos diferidos	11	28.047.232	29.641.725
Outras contas a receber	16	29.210.084	25.717.008
Diferimentos	17	30.672.133	34.293.135
		155.224.506	155.336.191
Corrente			
Inventários	12	378.989	336.114
Cientes	13	26.806.321	23.622.692
Adiantamentos a fornecedores	14	45.918	40.138
Estado e outros entes públicos	15	3.125.424	-
Outras contas a receber	16	19.874.460	6.618.737
Diferimentos	17	3.151.738	3.523.009
Caixa e depósitos bancários	4	67.405.797	99.456.008
		120.788.646	133.596.698
Total do ativo		276.013.152	288.932.889
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	18	25.000.000	25.000.000
Reservas legais	19	17.388.765	16.840.032
Outras reservas	19	24.114.985	24.062.725
Resultados transitados	20	14.139.482	17.677.524
Ajustamentos em ativos financeiros		(766.379)	(766.379)
Outras variações no capital próprio	21	669.162	641.409
		80.546.015	83.455.310
Resultado líquido do período		7.206.683	1.675.660
		87.752.698	85.130.970
Total do capital próprio		87.752.698	85.130.970
Passivo			
Não corrente			
Provisões	22	2.592.891	5.453.331
Financiamentos obtidos	23	7.321.695	9.818.686
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	24	126.890.632	130.953.601
Passivos por impostos diferidos	11	451.654	595.758
Diferimentos		2.457.196	-
		139.714.069	146.821.376
Corrente			
Fornecedores	25	3.859.542	3.838.623
Adiantamentos de clientes	26	196.388	68.815
Estado e outros entes públicos	15	4.803.378	4.713.656
Financiamento obtidos	23	2.496.989	2.496.990
Outras contas a pagar	27	37.185.223	34.637.728
Diferimentos	17	4.864	11.224.731
		48.546.386	56.980.543
Total do passivo		188.260.454	203.801.919
Total do capital próprio e do passivo		276.013.152	288.932.889

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra

Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo

Teresa Maria da Silva Gomes

Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	29	173.162.144	178.096.305
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	138.782	9.911
Trabalhos para a própria entidade	8	1.525.289	767.552
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(318.726)	(307.944)
Fornecimentos e serviços externos	30	(14.279.782)	(14.618.310)
Gastos com o pessoal	31	(126.421.506)	(139.474.932)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	12	(10.225)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	13	(3.051.965)	(572.700)
Provisões (aumentos/ reduções)	22	(137.816)	(1.627.116)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizações (perdas / reversões)	10	-	1.177.834
Outros rendimentos e ganhos	32	3.330.039	3.083.549
Outros gastos e perdas	33	(9.180.781)	(13.638.683)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24.755.452	12.895.466
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(10.498.482)	(9.380.029)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14.256.970	3.515.438
Juros e rendimentos similares obtidos	34	-	-
Juros e gastos similares suportados	35	(39.317)	(128.075)
Resultados antes de impostos		14.217.653	3.387.362
Imposto sobre o rendimento do período	36	(7.010.970)	(1.711.702)
Resultado líquido do exercício		7.206.683	1.675.660

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra



Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo



Teresa Maria da Silva Gomes



Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes



Demonstração individual das alterações no capital próprio

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

DESCRIÇÃO		Atribuível aos acionistas						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados translatados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	
Posição no início do período de 2012		25.000.000	16.840.032	24.062.725	22.643.352	(766.379)	731.995	83.534.740
Alterações no período		-	-	-	11.157	-	8.949	20.106
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	(99.534)	(99.534)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	-	11.157	-	(90.586)	(79.429)
Resultado líquido do período	8						1.675.660	1.675.660
Resultado Integral	9 = 7 + 8						1.675.660	1.596.233
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	(4.976.985)	-	4.976.985	-
Outras Operações	10	-	-	-	(4.976.985)	-	4.976.985	-
Posição no fim do período de 2012	11 = 6 + 7 + 8 + 10	25.000.000	16.840.032	24.062.725	17.677.524	(766.379)	641.409	85.130.970
Posição no início do período de 2013		25.000.000	16.840.032	24.062.725	17.677.524	(766.379)	641.409	85.130.970
Alterações no período		-	-	-	10.327	-	4.191	14.518
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	23.562	23.562
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	-	10.327	-	27.753	38.080
Resultado líquido do período	8						7.206.683	7.206.683
Resultado Integral	9 = 7 + 8						7.206.683	7.244.764
Operações com detentores de capital no período		-	548.733	52.260	(3.548.369)	-	(1.675.660)	(4.623.036)
Outras Operações	10	-	548.733	52.260	(3.548.369)	-	(1.675.660)	(4.623.036)
Posição no fim do período de 2013	11 = 6 + 7 + 8 + 10	25.000.000	17.388.765	24.114.985	14.139.482	(766.379)	669.162	87.752.698

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra



Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo



Teresa Maria da Silva Gomes



Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes



Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	13	160.598.585	158.489.373
Pagamentos a fornecedores	25	(22.826.786)	(23.515.179)
Pagamentos ao pessoal	31	(123.034.445)	(107.717.658)
Caixa gerada pelas operações		14.737.354	27.256.536
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	36	(13.065.349)	(14.927.568)
Outros recebimentos/ pagamentos	16,27	(15.185.532)	(15.840.173)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		(13.513.528)	(3.511.204)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	7	(8.792.378)	(7.941.594)
Investimentos financeiros	9, 10	(3.035.033)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	7	6.841	25.222
Investimentos financeiros	9, 10	-	1.195.538
Juros e rendimentos similares	34	296.365	963.418
Dividendos		148.797	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(11.375.409)	(5.757.415)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	23	(2.496.990)	(2.496.990)
Juros e gastos e similares	35	(39.249)	(136.600)
Dividendos	10	(4.625.036)	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(7.161.275)	(2.633.591)
Variação de caixa e seus equivalentes		(32.050.211)	(11.902.210)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	99.456.008	111.358.218
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	67.405.797	99.456.008

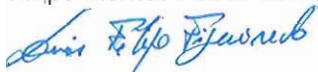
O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras individuais.

Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra



Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo



Teresa Maria da Silva Gomes



Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes



Anexo às demonstrações financeiras individuais

1.	Introdução	72
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	73
3.	Principais políticas contabilísticas	74
4.	Demonstração de fluxos de caixa	94
5.	Políticas de Gestão de Riscos Financeiros	95
6.	Informação por segmentos	98
7.	Ativos fixos tangíveis	98
8.	Ativos Intangíveis	101
9.	Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial	102
10.	Participações financeiras – Outros métodos	103
11.	Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	105
12.	Inventários	106
13.	Clientes	106
14.	Adiantamentos a fornecedores	107
15.	Estado e outros entes públicos	107
16.	Outras contas a receber	108
17.	Diferimentos	110
18.	Capital realizado	111
19.	Reservas	112
20.	Resultados transitados	113
21.	Outras variações no Capital próprio	113
22.	Provisões	114
23.	Financiamentos obtidos	115
24.	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	117
25.	Fornecedores	123
26.	Adiantamentos de clientes	123
27.	Outras contas a pagar	123
28.	Remuneração dos órgãos sociais	123
29.	Vendas e Prestação de serviços	124
30.	Fornecimentos e serviços externos	124
31.	Gastos com o pessoal	124
32.	Outros rendimentos e ganhos	125
33.	Outros gastos e perdas	125
34.	Juros e rendimentos similares obtidos	125
35.	Juros e gastos similares suportados	125
36.	Imposto sobre o rendimento do período	125
37.	Compromissos	126
38.	Contingências	127
39.	Acontecimentos subsequentes	128

1. Introdução

A Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. (referida neste anexo como “NAV Portugal” ou “Empresa”), com sede em Lisboa, no Arruamento D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, Lisboa – Portugal, foi constituída a 18 de dezembro de 1998, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 404/98, do qual resultou a separação das atividades de exploração aeroportuária e navegação aérea, até então asseguradas pela entidade designada presentemente por ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., sendo que as primeiras operações referidas permanecem sob a administração desta entidade de direito privado. A nova Empresa passou a designar-se por Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, E.P., denominação revogada a favor de Entidade Pública Empresarial Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E., através do Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, oficializando, paralelamente, o aumento do Capital Estatutário em € 60.160 por incorporação de reservas, tendo este sido redenominado para € 25.000.000.

Constitui objeto principal da NAV Portugal o serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, assegurando a gestão, exploração e desenvolvimento dos sistemas de navegação aérea, nele se compreendendo os serviços de gestão de tráfego aéreo e atividades com eles conexas e pelos mesmos exigidos, em cumprimento das normas de convenções internacionais ou de organizações internacionais de aviação civil de que Portugal seja respetivamente subscritor ou Estado Membro.

A Empresa gere os bens de interesse público do Estado Português, afetos à sua atividade regulada. São também denominados como Património da NAV Portugal os bens adquiridos por esta durante, e para, o exercício da sua atividade, podendo administrá-los e deles livremente dispor. Estes têm a seguinte natureza:

Bens dominiais:

- i) Terrenos utilizados diretamente na prestação do serviço público de navegação aérea;
- ii) Edifícios e construções implantadas nesses edifícios e,
- iii) Equipamentos básicos integrados nos terrenos descritos em i) e nos edifícios e construções descritos em ii).

Bens patrimoniais:

- i) Terrenos, edifícios e equipamento básico que não estejam a ser utilizados diretamente na atividade de navegação aérea; e
- ii) Todos os restantes equipamentos ligeiros e pesados, mobiliários e viaturas de carga, transporte e similares.

A NAV Portugal é uma Empresa de capitais públicos, que age sob a tutela do Estado Português, sendo detida integralmente por este.

Estas demonstrações financeiras foram objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, em 17 de abril de 2014, sendo as peças que as compõem apresentadas à Tutela, em conformidade com a alínea d), ponto 2, artigo 6º dos Estatutos da Empresa. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da NAV Portugal, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras que se apresentam foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, seguindo, regra geral, como base de mensuração, o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela NAV Portugal, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou as áreas em que pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras individuais, são apresentadas na nota 3.22.

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação bem como a intenção de efetuar a liquidação pelo saldo líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e liquidados simultaneamente.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes das presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

2.3. Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro

No decurso dos exercícios findos em dezembro de 2013 e 2012, não ocorreram alterações às políticas contabilísticas, alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que merecessem correção.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras da NAV Portugal e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão, pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração de resultados como Juros e rendimentos similares obtidos ou Juros e gastos similares suportados, se relacionadas

com empréstimos, ou em Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos/transações.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2013	2012
USD	1,3791	1,3194
CAD	1,4671	1,3137
GBP	0,8337	0,8161

Fonte: cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2013 e 2012.

3.2. Ativos fixos tangíveis

O ativo fixo tangível da Empresa compreende:

- Bens dominiais cedidos – Inclui os bens cedidos pelo Estado sem qualquer contrapartida, nomeadamente, terrenos e edifícios e outras construções implantadas nesses terrenos.
- Bens dominiais adquiridos – Inclui os bens adquiridos pela Empresa que se encontram implantados em bens do domínio público.
- Bens patrimoniais – Inclui todos os restantes bens registados como ativos fixos tangíveis que tenham sido adquiridos pela Empresa.

Os bens dominiais são bens afetos à atividade da Empresa, que os administra livremente, mas que no entanto não os pode alienar, dada a sua sujeição ao regime do domínio público.

Os ativos fixos tangíveis, incluindo os dominiais, estão registados ao custo considerado, deduzidos de depreciações e imparidades acumuladas e estão a ser amortizados pelas vidas úteis estimadas. Alguns destes ativos tinham sido reavaliados de acordo com os diplomas legais, tendo sido a ultima reavaliação efetuada ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo acrescido das despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e dos demais encargos suportados para assegurar que o ativo se encontre na localização e condição de utilização pretendidas tais como, encargos com formação inicial, ocorridos em fase de projeto, dada especificamente para possibilitar operar os equipamentos e, encargos com benefícios

dos empregados (pe. salários) diretamente relacionados com tais atividades, desde que fiavelmente mensuráveis.

A capitalização, no ativo tangível, dos custos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas no desenvolvimento dos ativos da Empresa, é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida da rubrica de trabalhos para a própria Empresa.

Custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são acrescidos ao custo do mesmo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos, na rubrica Fornecimentos e serviços externos da demonstração dos resultados.

O montante estimado a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros é considerado como parte do custo inicial do respetivo ativo, sempre que assuma valores significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Naturezas	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Ferramentas	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 e 15 anos

As vidas úteis remanescentes dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro de forma a que as depreciações praticadas estejam em conformidade com o padrão de consumo dos mesmos.

Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística, pelo que o seu impacto é registado de forma prospetiva, ou seja, no próprio exercício e em exercícios seguintes.

Os ganhos ou perdas a registar na demonstração dos resultados aquando da alienação de elementos do ativo fixo tangível são determinados pela diferença entre o valor de realização do bem e o valor contabilístico líquido do mesmo.

3.3. Ativos Intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente compreende o seu preço de compra, adicionado de quaisquer custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido deduzido de eventuais descontos.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para a NAV Portugal e que o custo do mesmo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso da NAV Portugal, os ativos que se enquadram neste âmbito são essencialmente desenvolvimentos internos de *software*, os quais são alvo de capitalização quando, cumulativamente, se encontrem asseguradas as seguintes condições:

- i) É considerado pelos serviços competentes como sendo tecnicamente viável de ser concluído;
- ii) Existe uma intenção expressa pela Administração da Empresa de utilizar o *software* que resultará do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
- iii) Está demonstrado que a utilização do produto tem benefícios para a operação da NAV Portugal;
- iv) Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto e,
- v) A NAV Portugal dispõe de capacidade para mensurar com fiabilidade os dispêndios atribuíveis ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os encargos associados são imediatamente reconhecidos em resultados do período.

A NAV Portugal mensura os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo inicial deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram em operação. A

vida útil é determinada com base na melhor estimativa para o consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados no balanço da NAV Portugal referem-se essencialmente a *software* e licenças de *software* informático, os quais são amortizados segundo a vida útil estimada, estabelecida de acordo com a indicação técnica, entre 3 e 5 anos.

3.4. Imparidade de ativos

A NAV Portugal realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente.

3.5. Participações Financeiras

Para reconhecimento das suas participações financeiras em empresas associadas, a NAV Portugal utiliza o método da equivalência patrimonial. Relativamente às restantes participações financeiras, a Empresa considera, para efeitos de mensuração, o custo de aquisição deduzido de imparidades.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é registado pelo valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária, caso em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo na rubrica de provisões.

3.6. Ativos financeiros

A Empresa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Empresa tem intenção e capacidade de manter até à maturidade; e
- iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes, exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Os ativos financeiros são reconhecidos no momento em que a Empresa se torna parte nas disposições contratuais do instrumento financeiro, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem, na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda, existindo são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido. No caso de não haver mercado ativo, as participações de capital noutras empresas são mantidas ao custo histórico.

Contas a receber e empréstimos concedidos são classificados no balanço como Clientes e Outras contas a receber (notas 13 e 16) e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a NAV Portugal não irá receber os montantes em dívida, de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Atividade regulada

Complementarmente, na ausência de normativo específico no âmbito do SNC, e de acordo com o definido na nota 3.21, a Administração da NAV elegeu o FAS 71: *Accounting for the Effects of Certain Types of Regulation* como base para a definição da política de relato financeiro aplicável aos efeitos da regulação.

A NAV Portugal enquadra-se no âmbito deste normativo por o mesmo ser de aplicação a empresas que tenham atividades reguladas que cumpram cumulativamente com os seguintes critérios:

- As taxas dos serviços regulados são definidas ou aprovadas por uma entidade reguladora independente;
- As taxas são definidas de forma a permitirem à Empresa recuperar os custos de prestar o serviço regulado e,

- Atendendo à procura e concorrência estimadas, é razoável assumir que as taxas fixadas são suficientes para recuperar os custos e que irão ser cobradas aos clientes.

São reconhecidos em Outras contas a receber os custos que não sejam aceites pelo regulador na base de custos no período em que são incorridos, sempre que seja provável que: i) o rédito, no mínimo idêntico ao montante dos custos, venha a ser incluído na taxa; e ii) o rédito futuro seja para ressarcir custos incorridos no passado e não custos futuros de natureza similar.

Os desvios de taxas apurados a pagar ou a receber são, respetivamente, considerados como Outras contas a receber e Diferimentos e reconhecidos ao seu valor presente.

A fixação das taxas praticadas pela NAV Portugal é feita na base dos gastos fixados para o ano N enquanto parcela do período de referência (RP1: 2012-2014). Eventuais ajustamentos decorrentes de desvios da procura, da inflação ou dos gastos reais não controláveis, são refletidos, através do mecanismo corretor, nas taxas a aplicar em N+2, para os dois primeiros fatores e no segundo período de referência (2015-2019) para o terceiro fator atrás enunciado, reconhecendo um acréscimo de rédito (Ativo regulatório) por contrapartida de Outras contas a receber – Devedores por acréscimo de rendimento, no caso de subfaturação, ou reconhecendo um contra-rédito (Passivo regulatório) por contrapartida de Diferimentos – Rendimentos a reconhecer, no caso de sobrefaturação.

A NAV Portugal avalia, a cada data de encerramento do seu período de relato, quanto à existência de evidência objetiva em como um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros se possa encontrar em imparidade.

Em investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor das ações abaixo do seu custo também constitui evidência em como os ativos se encontram em imparidade. Caso alguma evidência comparável exista para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como sendo a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade daquele ativo financeiro

previamente reconhecida em ganhos ou perdas – é retirada de Capitais Próprios e reconhecida na demonstração de resultados.

Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados, relativamente a instrumentos de capital próprio, não são revertidas através da demonstração de resultados. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado com um evento que ocorra depois dos factos que levaram ao reconhecimento da perda de imparidade na demonstração de resultados, a perda de imparidade é revertida através da demonstração de resultados.

As rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em Ajustamento de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

A Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.7. Imparidade de ativos financeiros

A NAV Portugal avalia, à data de encerramento do período de relato, a existência de evidência objetiva em como um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros se possa encontrar em imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros está em imparidade, e a Empresa incorre em perdas de imparidade, apenas quando exista evidência objetiva de imparidade, fruto de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, e esse evento de perda (ou eventos) produza impactos ao nível dos *cash-flows* do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que podem ser fiavelmente estimados.

Os critérios utilizados pela NAV Portugal para determinar a existência de evidência objetiva quanto a perdas de imparidade incluem:

- i) Dificuldades financeiras significativas da parte do devedor e,
- ii) Violação contratual, derivada de insolvência ou incumprimento no pagamento de juros ou serviço da dívida.

O montante da perda é mensurado como sendo a diferença entre o valor escriturado do ativo e o valor presente dos *cash flows* futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras que não foram incorridas) descontadas à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. O valor escriturado do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados.

Se, durante um período subsequente, o montante da perda de imparidade decresce, e tal decréscimo possa ser objetivamente atribuído a um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento da imparidade (tais como melhorias ao nível do *rating* de crédito do devedor), a reversão da perda de imparidade previamente registada deverá ser reconhecida na demonstração de resultados.

3.8. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Esta rubrica compreende essencialmente materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao seu custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

O método de custeio utilizado é o do custo médio ponderado.

3.9. Capital estatutário

O capital estatutário encontra-se totalmente realizado. O capital estatutário só pode ser aumentado ou reduzido por decisão do Ministro das Finanças e do Ministro da Tutela. Pode ser aumentado por dotações governamentais, por entradas patrimoniais ou por incorporação de reservas.

3.10. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem os Financiamentos obtidos, Fornecedores e Outras contas a pagar. Os fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo mediante o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, situação em que são classificados no passivo não corrente.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende o imposto corrente e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é registado na demonstração dos resultados, exceto quando está relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, o qual considera as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. De acordo com o definido pela Comissão de Normalização Contabilística, são reconhecidos impostos diferidos sobre os subsídios ao investimento, a reconhecer no capital próprio.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo que as exceções previstas na norma não são aplicáveis à NAV Portugal.

3.12. Benefícios aos empregados

A Empresa concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência consubstanciados em Fundos de pensões complementos e assegura ainda aos seus empregados e pensionistas um seguro de saúde.

Fundos de pensões – Plano de benefícios definidos

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados, constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo para o qual são transferidas a

totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuário independente, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado, denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Fundos de pensões – Plano de contribuição definida

As contribuições da Empresa para planos de contribuição definida são reconhecidas como gastos no período a que respeitam, ou seja, quando os empregados, abrangidos pelo plano, prestam os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa.

Encargos com Pensões – Antecipação da pensão por velhice

De acordo com o Decreto – Lei nº 155/2009 de 9 de julho, as pensões relativas ao período de antecipação da pensão por velhice dos CTA, afetos ao sistema público de segurança social, são suportadas conjuntamente pela NAV Portugal e pelo orçamento da Segurança Social, na proporção de 60% e 40%, respetivamente.

Do ponto de vista contabilístico, a Empresa tem reconhecido, desde 2004, estas responsabilidades com trabalhadores no ativo e pensionistas sendo que, o custo inerente aos ativos foi, inicialmente, diferido por se aguardar então a publicação em 2008 e 2009 dos referidos diplomas.

Com a publicação de tais diplomas, a Empresa deu início, em 2008, à amortização da quantia, reportada a 31 de dezembro de 2007, respeitante a tais responsabilidades por serviços passados com os trabalhadores abrangidos no ativo, em função do número de

anos da sua vida ativa, sendo esta amortização considerada na respetiva base de custos para efeitos do cálculo da taxas de rota e de terminal.

Seguro de saúde

As responsabilidades assumidas com o seguro de saúde constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o seguro de saúde são idênticos ao referido para o benefício de complementos de reforma apresentado acima, exceto no que se refere aos ativos do plano.

Reconhecimento dos desvios atuariais

A NAV Portugal reconhece todos os ganhos e perdas atuariais apurados, de todos os planos em vigor, diretamente nos resultados do período.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados, para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e o montante possa ser estimado com razoabilidade. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao considerar-

se a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

3.14. Subsídios

A NAV Portugal reconhece os subsídios pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio, Outras variações no capital próprio, sendo subsequentemente creditados na rubrica, Subsídios ao investimento da demonstração dos resultados, numa base pro-rata baseada na depreciação dos ativos a que estão associados. Os subsídios ao investimento são assim reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a NAV Portugal detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor de entre o período de vida útil do ativo e o período da locação, sempre que a NAV Portugal não tem a opção de compra no final do contrato ou pelo período de

vida útil estimado quando a NAV Portugal tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da mesma.

3.16. Rédito

As prestações de serviços da Empresa respeitam aos serviços de navegação aérea, de rota e de terminal, cujos custos são financiados pelas taxas, de rota e de terminal, cobradas aos utilizadores dos respetivos serviços de navegação aérea. Estas taxas constituem assim a remuneração dos custos suportados pela Empresa com a prestação dos referidos serviços.

A taxa unitária de rota é devida por cada voo efetuado, de acordo com os procedimentos resultantes da aplicação das Normas e Recomendações da Organização da Aviação Civil Internacional, no espaço aéreo das Regiões de Informação de Voo sob responsabilidade de Portugal (RIV de Lisboa e RIV de Santa Maria), sendo aprovada, por unanimidade, pela Comissão Alargada do EUROCONTROL e publicada por despacho do Ministro responsável pelo setor dos transportes.

À prestação de serviços de rota foi aplicado pela primeira vez em 2012 o novo regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea, consignado no Regulamento (UE) nº 1191/2010, pelas alterações introduzidas ao Regulamento (CE) nº 1794/2006.

Assim sendo, a taxa unitária de rota, em cada ano n , é determinada de acordo com os custos fixados no início de cada período de referência, tendo o primeiro sido estabelecido para 2012 a 2014, reduzidas dos custos com os voos isentos do pagamento de taxas de rota e adicionadas do desvio apurado no ano $n-2$, sendo divididas pelo número de unidades de serviços taxáveis estimadas para esse período de referência.

Neste contexto, é apurado o desvio do ano n , decorrente dos seguintes fatores:

- diferença entre a inflação prevista e a inflação real;
- partilha de riscos de tráfego, de acordo com o mecanismo estabelecido pelos n.ºs 2 a 7 do artigo 11.º-A, do Regulamento (UE) n.º 1191/2010 e,
- partilha do risco de custos, aplicado exclusivamente a determinadas naturezas de custos considerados como não controláveis, de acordo com o referido no n.º 8 do artigo 11.º-A, do Regulamento (UE) n.º 1191/2010.

O ajustamento relativo aos dois primeiros fatores será repercutido no cálculo da taxa unitária de rota do ano $n+2$ (mecanismo corretor) sendo o ajustamento relativo ao terceiro fator repercutido no cálculo da taxa unitária de rota do segundo período de referência (2015 – 2019).

O mecanismo corretor é reconhecido na rubrica Outras contas a receber ou Diferimentos consoante a natureza do seu saldo (Ativos ou passivos regulatórios).

Na base de custos fixada é incluído o custo de operação das restantes entidades envolvidas na prestação dos serviços de navegação aérea, no espaço aéreo sob responsabilidade de Portugal, a Força Aérea Portuguesa, a Marinha Portuguesa, o Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P..

Nos termos do Art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro, a Empresa apenas reconhece como rédito a parcela da taxa unitária que corresponde à remuneração dos seus custos, pelo que a parcela remanescente (que efetivamente se destina a remunerar as entidades terceiras) não é componente nem do seu rédito nem do custo da prestação de serviços. O rédito da Empresa não corresponde assim ao produto da taxa unitária pelas unidades de serviço taxáveis do ano.

A taxa unitária de terminal respeita às operações de tráfego aéreo de aproximação e aeródromo, incluindo a utilização das ajudas rádio inerentes à aterragem e descolagem, sendo fixada por portaria do Ministro responsável pelo setor dos transportes e devida por cada operação de aterragem nos aeroportos onde a NAV Portugal presta serviços de navegação aérea de terminal.

Apesar da alteração verificada em 2012 para o cálculo das taxas de rota, para a prestação de serviços de terminal continua-se a aplicar o princípio da recuperação integral do custo económico.

A cada ano n , a taxa unitária de terminal é determinada de acordo com as bases de custos estimados para esse ano, deduzidos dos custos com os voos isentos do pagamento de taxas de terminal, e adicionados do desvio apurado no ano $n-2$. Ao final de cada período é efetuado o apuramento dos valores reais despendidos, os quais são comparados com os valores estimados inicialmente, quanto aos custos efetivamente incorridos e as unidades de serviço reais. O desvio apurado é refletido na base de cálculo das taxas de terminal a entrar em vigor em $n+2$, sendo denominado de mecanismo corretor. Este é reconhecido na rubrica Outras contas a receber ou Diferimentos consoante a natureza do seu saldo (Ativos ou passivos regulatórios).

3.17. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Empresa para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho, e
- iii) Sobre a qual esteja disponível informação financeira discreta.

A NAV Portugal apresenta como segmentos operacionais: atividade de Rota e de Terminal.

3.18. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.19. Distribuição de dividendos / Remuneração de capital estatutário

A remuneração do capital estatutário é registada no período seguinte àquele a que lhe deu origem em face da legislação aplicável.

3.20. Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos incorridos relacionados com empréstimos obtidos para a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

3.21. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.22. Estimativas contabilísticas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma, inatividade remunerada dos CTA e seguro de saúde requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se ao aumento esperado dos salários, à taxa de atualização das responsabilidades, à taxa de rendimento estimada para os ativos e às tabelas de mortalidade.

As alterações dos pressupostos atuariais têm impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades.

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Empresa para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Provisões e imparidades

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, a Empresa suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (notas 22 e 38).

Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos (notas 13 e 16).

Mecanismo corretor

No que respeita a rota, a Empresa estima a cada data de relato n , o mecanismo corretor respeitante aos desvios que resultam dos ajustamentos decorrentes da diferença entre a inflação prevista e a real e da partilha de riscos de tráfego que transita para o cálculo da taxa unitária de rota a vigorar em $n+2$ e da partilha de riscos de custos que transita para o cálculo da taxa unitária de rota a vigorar no período de referência seguinte.

No que respeita a terminal, a NAV Portugal estima a cada data de relato n o mecanismo corretor a aplicar no cálculo das taxas unitárias de rota a vigorar em $n+2$, de acordo com os desvios verificados entre os valores estimados e os valores reais de custos incorridos.

O mecanismo corretor é registado pelo valor descontado, utilizando a Empresa a taxa de desconto com a melhor aderência possível à realidade do mercado.

4. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em i) atividades operacionais; ii) atividades de financiamento; e iii) atividades de investimento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de benefícios de reforma, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos de empréstimos obtidos, pagamento de rendas de locações e juros e despesas relacionadas, assim como pagamento de dividendos.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos, dividendos recebidos de empresas associadas, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui certificados especiais de dívida a curto-prazo do Estado Português (CEDIC's). Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também eventuais descobertos bancários incluídos no balanço, na rubrica de Dívidas a terceiros – curto-prazo.

Detalhe da rubrica de Caixa e depósitos bancários:

	2013	2012
Caixa	11.250	11.250
Depósitos bancários - à ordem	3.494.547	1.444.758
Depósitos bancários - outros	63.900.000	98.000.000
Total Caixa e depósitos bancários	67.405.797	99.456.008

O montante acima expresso é também o considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro.

5. Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

5.1. Risco financeiro

As atividades da NAV Portugal estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro, entre outros.

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da empresa a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas mais divulgações de cariz quantitativo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro,

risco de crédito, a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

Risco de taxa de câmbio

A Empresa não tem operações significativas em moeda estrangeira.

Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa existe para ambos os segmentos da sua atividade principal de negócio (rota e terminal), uma vez que a prestação dos serviços se traduz na faturação às companhias de transporte aéreo nacionais e internacionais (essencialmente). O risco de crédito é ponderado pela natureza essencial do serviço prestado (apoio vital à organização e gestão do espaço aéreo), pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento, assim como pela situação económico-financeira dos seus clientes. O risco de crédito de clientes não é considerado relevante.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento, estando a gestão da liquidez centralizada na Direção Financeira.

Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

O risco de liquidez pode ocorrer quando as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfaçam as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso da dívida.

Os passivos financeiros da Empresa são *cash-flows* contratuais não descontados. O risco de liquidez é considerado pouco relevante.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro tem quatro impactos nas contas da Empresa: efeito do desconto financeiro ao nível da realização do mecanismo corretor de taxas de rota e de terminal de n em $n+2$, efeito do desconto na provisão para encargos com IDC, remuneração dos certificados especiais de dívida a curto-prazo, e ainda serviço da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento.

Os níveis de rentabilidade de ativos operacionais, gerados pelos serviços de navegação de rota e de terminal prestados às companhias aéreas, assim como o grau de salvaguarda que o mecanismo corretor produz nos resultados do período, permitem à Empresa enfrentar com robustez as flutuações das taxas de juro de mercado.

A Empresa apresenta exposição ao risco de taxa de juro, dada a carteira de certificados especiais de dívida a curto-prazo do Estado Português que detém, e ainda dados os empréstimos do Banco Europeu de Investimento de que é tomadora. Estes ativos e passivos, a taxa variável, expõem a Empresa ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro.

A Empresa efetua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. São utilizados diversos cenários, através dos quais a Empresa calcula o impacto em rendimentos e gastos derivados de flutuações da taxa de juro. A Empresa possui a 31 de dezembro de 2013 empréstimos no valor de € 9.818.686 (31 de dezembro de 2012: € 12.315.676), contraídos junto do Banco Europeu de Investimento (nota 23), os quais são remunerados a uma taxa variável determinada por esta instituição, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo seu Conselho de Administração, não podendo, no entanto, exceder a taxa correspondente à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* que varia entre 0,1% e 0,13%.

5.2. Risco de atividade regulada

Os rendimentos reconhecidos pela Empresa em cada período, resultam diretamente dos pressupostos considerados pela Comissão Alargada do EUROCONTROL (rota), bem como pelo Ministério da Economia (terminal), na definição das taxas de rota e de terminal, (ver ponto 3.6).

6. Informação por segmentos

2013	Rota	Terminal	Outras operações	Total NAV
Prestação de serviços	145 613 581	27 548 563	-	173 162 144
Rendimentos e ganhos para além da prestação de serviços	3 872 615	321 296	800 200	4 994 111
Gastos e perdas	(123 942 692)	(24 673 092)	(4 785 018)	(153 400 802)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	25 543 504	3 196 767	(3 984 818)	24 755 453
Amortizações	(8 265 224)	(2 233 258)	-	(10 498 482)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	17 278 280	963 509	(3 984 818)	14 256 971
Juros e gastos similares suportados	-	-	(39 317)	(39 317)
Resultados antes de impostos	17 278 280	963 509	(4 024 135)	14 217 654
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	(7 010 970)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	7.206.684

2012	Rota	Terminal	Outras operações	Total NAV
Prestação de serviços	148 708 237	29 388 068	-	178 096 305
Rendimentos e ganhos para além da prestação de serviços	2 354 594	136 508	1 975 042	4 466 144
Gastos e perdas	(138 544 247)	(26 411 634)	(4 711 102)	(169 666 983)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	12 518 584	3 112 943	(2 736 060)	12 895 466
Amortizações	(7 042 663)	(2 337 366)	-	(9 380 029)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 475 921	775 577	(2 736 060)	3 515 438
Juros e gastos similares suportados	-	-	(128 076)	(128 076)
Resultados antes de impostos	5 475 921	775 577	(2 864 136)	3 387 362
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	(1 711 702)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.675.660

A variação do Resultado Operacional em 2013, nos segmentos de Rota e Terminal deriva essencialmente do decréscimo dos gastos com os Fundos de Pensões.

7. Ativos fixos tangíveis

Movimentos nos ativos fixos tangíveis em 2013:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos em curso	Outros ativos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2013							
Custo de aquisição	1.190.134	60.351.963	170.677.094	26.783.935	9.440.517	7.643.903	276.087.546
Depreciações acumuladas	-	(37.053.632)	(147.306.413)	(25.019.510)	-	(7.039.033)	(216.418.588)
Valor líquido	1.190.134	23.298.331	23.370.682	1.764.424	9.440.517	604.871	59.668.959
alterações no período							
Adições	-	188.370	2.683.047	340.841	6.762.354	1.347.759	11.322.371
Alienações	-	-	(24.608)	(325.904)	-	(236.440)	(586.951)
Transferências e abates	-	469.164	1.233.177	23.249	(2.888.949)	(10.985)	(1.174.343)
Depreciação - exercício	-	(1.198.854)	(5.190.644)	(489.677)	-	(235.368)	(7.114.544)
Depreciação - alienações	-	-	24.608	325.904	-	235.873	586.385
Depreciação - transf. e abates	-	-	58.578	59.190	-	15.732	133.500
Valor líquido	1.190.134	22.757.010	22.154.839	1.698.029	13.313.923	1.721.442	62.835.377
31 de Dezembro de 2013							
Custo de aquisição	1.190.134	61.009.497	174.568.710	26.822.122	13.313.923	8.744.237	285.648.623
Depreciações acumuladas	-	(38.252.486)	(152.413.871)	(25.124.093)	-	(7.022.796)	(222.813.246)
Valor líquido	1.190.134	22.757.010	22.154.839	1.698.029	13.313.923	1.721.442	62.835.377

Movimentos nos ativos fixos tangíveis em 2012:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos em curso	Outros ativos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2012							
Custo de aquisição	1.190.134	59.972.268	168.239.147	26.739.445	13.749.655	9.693.215	279.583.863
Depreciações acumuladas	-	(35.876.403)	(148.530.481)	(24.798.900)	-	(9.114.073)	(218.319.857)
Valor líquido	1.190.134	24.095.865	19.708.666	1.940.546	13.749.655	579.142	61.264.007
alterações no período							
Adições	-	366.791	2.987.873	302.707	3.674.904	196.068	7.528.343
Alienações	-	-	(6.268.359)	(253.707)	-	(2.280.616)	(8.802.681)
Transferências e abates	-	12.905	5.718.433	(4.511)	(7.984.041)	35.236	(2.217.204)
Depreciação - exercício	-	(1.177.229)	(5.207.839)	(493.093)	-	(205.575)	(7.083.760)
Depreciação - alienações	-	-	8.265.528	253.461	-	2.280.616	8.794.831
Depreciação - transf. e abates	-	-	166.380	19.021	-	-	185.424
Valor líquido	1.190.134	23.298.331	23.370.682	1.764.424	9.440.517	604.871	59.668.959
31 de Dezembro de 2012							
Custo de aquisição	1.190.134	60.351.963	170.677.094	26.783.935	9.440.517	7.643.903	276.087.546
Depreciações acumuladas	-	(37.053.632)	(147.306.413)	(25.019.510)	-	(7.039.033)	(216.418.588)
Valor líquido	1.190.134	23.298.331	23.370.682	1.764.424	9.440.517	604.871	59.668.959

O valor do investimento de 2013 resultou essencialmente dos projetos para a melhoria dos serviços operacionais prestados pela Empresa, merecendo destaque o projeto de modernização dos sistemas "LISATM" para o Sistema ATM do Centro de Controlo de Lisboa, a atualização da estação de comunicações aeronáuticas intra-centros AMHS (*ATS Message Handling Service*) instalado no Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa e a reabilitação da TWR do Aeroporto de Faro.

À data do balanço, o valor líquido de itens classificados como Ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira é o seguinte:

	2013	2012
Equipamento Administrativo		
Central telefónica da rede administrativa	179.231	202.891
	179.231	202.891

Ativos em curso

Os valores incluídos na rubrica de "Ativos em Curso" referem-se aos seguintes projetos:

Projetos em curso	2013	Projetos em curso	2012
Novo Sistema LISATM - V1.0	2.329.860	Novo Sistema LISATM - V1.0	2.095.068
Wide Area Multilateration Grupo Central	1.785.917	Sistema LISATM V9	751.959
Grupo de Emergência CCTAL	1.174.186	Estações VGS (data-link)	574.223
Sistema LISATM V9	1.031.343	Sistema AMHS - Upgrade	469.860
MATERLIS - Exp. do MLAT na TMA LIS	906.104	Remod. Ed. NAV no AFR	449.542
DMEs para PRNAV na TMA Faro	534.722	Sistema Multilateration LIS	440.114
Subst. VOR/DME VMG	518.324	SATL - Extensão SOTVDV às TWRs	398.711
Sistema LISATM V8.2	440.505	Remodelação ramais MT e PT CCO e VOF	380.824
Sistema ATIS/Volmet - Upgrade	371.360	SATL - Funcionalidades FSR	281.614
SATL - NATSMA v7	365.480	Sensores Meteo Açores	272.965
Sensores Meteo Açores	283.725	Sistema ATIS/Volmet - Upgrade	234.222
Outros	3.572.397	Outros	3.091.415
Total	13.313.923	Total	9.440.517

Salienta-se a colocação ao serviço operacional em 2013, dos seguintes investimentos:

- ✓ Remodelação dos ramais de média tensão e postos de transformação do CCO e VOR/DME de Santa Maria e instalação de uma estação de produção de energias renováveis, que suporta totalmente o *Glide* do Aeroporto de Santa Maria;
- ✓ Substituição do posto de seccionamento, posto de transformação e dos grupos de emergência do CCTAL;
- ✓ A execução de empreitadas no edifício NAV no Aeroporto de Faro para corrigir os danos nas instalações provocadas pelo tornado ocorrido em Outubro de 2011;
- ✓ Migração do Sistema Atlântico (SATL) do Centro de Controlo de Santa Maria, renovação total de equipamentos e migração sistema operativo para Linux, permitindo a introdução de novas funcionalidades de monitoria;
- ✓ Atualização da estação de comunicações aeronáuticas AMHS (*ATS Message Handling Service*) instalado no Centro de Controlo de Tráfego Aéreo de Lisboa (CCTAL).
- ✓ Conclusão da instalação das estações VGS (VHF Ground Station), de Porto e Faro, para assegurar a prestação de serviços Data-Link na RIV de Lisboa, conforme determinado pelo regulamento (CE) No 29/2009 (DLS-IR);
- ✓ Instalação de quatro estações DME, que permitem a realização de procedimentos PRNAV (*Precision - Area Navigation*) na TMA (*Terminal Control Area*) de Faro (instaladas em Mértola, Alcoutim, Loulé e Portimão) e,
- ✓ Reabilitação da estação radar SSR (*Secondary Surveillance Radar*) de Montejunto.

O ativo fixo tangível registado no balanço da Empresa inclui, em termos líquidos, € 25.354.354 referentes a bens dominiais (2012: € 25.765.372). Os bens dominiais (cedidos e adquiridos) encontram-se identificados no quadro seguinte como reversíveis, sendo os patrimoniais não reversíveis.

Descrição	2013			2012		
	Reversível	Não reversível	Total	Reversível	Não reversível	Total
Ativos fixos tangíveis	24.082.584	25.438.870	49.521.454	24.654.601	25.573.841	50.228.442
Ativos fixos tangíveis em curso	1.170.360	12.041.757	13.212.118	1.009.362	8.287.592	9.296.954
Adiantamentos p/ ativos em curso	101.409	396	101.805	101.409	42.153	143.562
	25.354.354	37.481.023	62.835.377	25.765.372	33.903.587	59.668.959

Os bens dominiais cedidos integrados no Ativo fixo tangível ascendem a i) € 100.048 de Terrenos que não se encontram a ser depreciados; ii) e € 1.968.790 de valor bruto de Edifícios e outras construções; e iii) € 516.946 de valor bruto de Equipamento básico. Os bens referidos no ponto ii) e iii) encontram-se totalmente depreciados nos dois períodos apresentados no balanço.

8. Ativos Intangíveis

Movimentos nos ativos intangíveis:

	2013	2012
1 de Janeiro		
Custo de aquisição	29.857.787	25.770.863
Amortizações acumuladas	(24.012.107)	(21.648.002)
Valor líquido	5.845.680	4.122.861
Adições	655.284	2.031.376
Transferências e abates	997.134	2.055.549
Amortização - exercício	(3.383.938)	(2.296.269)
Depreciação- transf. e abates	836	(67.836)
Valor líquido	4.114.997	5.845.680
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	31.510.205	29.857.787
Amortizações acumuladas	(27.395.209)	(24.012.107)
Valor líquido	4.114.997	5.845.680

O valor dos Ativos intangíveis refere-se essencialmente a *software* adquirido e desenvolvido internamente para suporte das atividades da Empresa, o qual tem um período de amortização de 3 a 5 anos. As amortizações dos ativos fixos intangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados.

Os gastos com pessoal capitalizados ou também designados por trabalhos para a própria entidade incluídos no custo de ativos tangíveis e intangíveis em desenvolvimento foram alocados aos seguintes projetos:

Projetos em curso	2013	Projetos em curso	2012
LISATM V7/V8	429.544	LISATM V7/V8	470.505
TWRATM V2.2+	330.702	LISATM V9	142.279
LISATM V9	157.355	ATLATM V2	49.588
STSATM - FIRLIS - FASE 3	64.336	SDATM V2	42.007
NORMAW - NORTE E MADEIRA WAM	58.611	SDATM - FIRLIS - FASE 2	39.513
WAM AÇORES - GRUPO OCIDENTAL	58.284	TWRATM-PORTO V2	9.933
DMEs PRNAV TMA FARO	54.370	Novo Sistema LISATM - V1.0	1.957
SUBSTITUIÇÃO TAR	44.896	MATERLIS	1.852
SUBSTITUIÇÃO VOR/DME VMG	27.013	TWRATM-FARO V2	1.393
SDATM V2	25.632	SUBSTITUIÇÃO FHZ DO OACC	1.230
OUTROS	274.546	OUTROS	7.295
Total	1.525.289	Total	767.552

9. Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial

A EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S. A. tem como objeto a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e manutenção na área da informática, a produção, desenvolvimento, comercialização e fornecimento de sistemas informáticos, a produção multimédia e tecnologias aeroespaciais, tanto no âmbito civil como militar.

A EDISOFT, em 31 de dezembro de 2013, é detida em 65% pela THALES, 17,5% pela EMPORDEF e 17,5% pela NAV Portugal. Em 31 de dezembro de 2012, a EDISOFT detinha 10% de ações próprias e era detida pela THALES, EMPORDEF e NAV Portugal em partes iguais.

Em 2013, por deliberações tomadas em Assembleia Geral ocorrida em 26 de março, data de aprovação das contas, ocorreram os seguintes factos:

- ✓ Verificou-se a redistribuição das 10.000 ações próprias da EDISOFT, mediante venda ao preço de € 0,01 cada ação, aos atuais acionistas em partes iguais;
- ✓ Um aumento de capital social de € 500.000 para € 9.080.000 subscrito em partes iguais pelos três acionistas, THALES, EMPORDEF e NAV Portugal, no montante de € 2.860.000 cada. Recorde-se que para este efeito já em 2012 a NAV Portugal tinha registado nas suas contas uma provisão, correspondente a um terço do capital próprio da participada, conforme evidenciado na nota 22 desde anexo;
- ✓ Uma redução do capital social de € 9.080.000 para zero euros para cobertura de prejuízos da sociedade;
- ✓ Um novo aumento de capital subscrito pelos três acionistas na proporção de 65% pela THALES, 17,5% pela EMPORDEF e 17,5% pela NAV Portugal, cujo pagamento ocorreu numa primeira fase, no montante de € 750.000 ainda no mês de março e numa segunda fase, no montante de € 250.000 em dezembro.

Neste contexto, em 2013 a EDISOFT passou a ser considerada como uma participação financeira – outros métodos.

Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras da empresa participada, em 2012, eram como segue:

31 de Dezembro de 2012	% capital detido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado do exercício
Edisoft-Emp.Serv. Desenv. SW, S.A.	33,3%	4.167.866	12.735.516	(8.567.650)	(3.216.441)
		<u>4.167.866</u>	<u>12.735.516</u>	<u>(8.567.650)</u>	<u>(3.216.441)</u>

10. Participações financeiras – Outros métodos

Os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos nas diversas empresas, a saber:

	Edisoft - Empresa de Serviços de Desenvolvimento de Software, S.A.	NAER - Novo Aeroporto S.A.	Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	European Satellite Services Provider, SAS	Total
1 de Janeiro de 2013	-	-	86.351	83.333	169.684
Aquisições					-
Aumentos de capital	175.000				175.000
Imparidades					-
Alienações					-
31 de Dezembro de 2013	<u>175.000</u>	<u>-</u>	<u>86.351</u>	<u>83.333</u>	<u>344.684</u>
1 de Janeiro de 2012	-	-	86.351	93.997	180.348
Aquisições					-
Imparidades		(1.177.834)			(1.177.834)
Alienações		1.177.834		(10.664)	1.167.169
31 de Dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>86.351</u>	<u>83.333</u>	<u>169.684</u>

As empresas identificadas têm a seguinte atividade:

Face aos desenvolvimentos verificados em 2012 e à decisão governamental de interromper a construção do novo aeroporto, a NAER foi objeto de liquidação.

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma empresa do Grupo Montepio, constituída legalmente em 14 de janeiro de 1988, especializada na gestão de Fundos de Pensões. Criada com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões, a FUTURO dispõe de um *know-how* de mais de 20 anos de atividade nesta área, procurando ser precursora no mercado de produtos diversificados para pensões e oferecer produtos cujos esquemas de capitalização possam acompanhar a evolução e sofisticação do mercado de capitais.

Em 2013, foram atribuídos à NAV Portugal dividendos no montante de € 13.782 (2012: € 11.485) dos quais € 3.446 constituíram retenção de imposto (valor líquido € 10.337).

O *European Satellite Services Provider, SAS* (ESSP) foi fundado em 2001 e formado inicialmente como um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (EEIG). Esta foi a forma jurídica adequada para a fase de desenvolvimento da empresa. Em 2008, o ESSP foi transformado em sociedade de responsabilidade limitada – o ESSP-SAS, tendo transferido a sua sede para Toulouse. O principal objetivo do ESSP é implementar o Contrato com a Comissão Europeia, assinado em 2009, que autoriza a empresa a tornar-se o operador do sistema EGNOS e EGNOS *Safety of Life (SoL) service provider* em especial para a aviação civil.

Em 2013, foram atribuídos à NAV Portugal dividendos no montante de € 125.000 pelo ESSP.

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras das empresas são como segue:

	% capital detido	Ativos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
Edisoft-Emp.Serv. Desenv. SW, S.A.	17,5%	4.986.713	4.043.989	942.724	49.819
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, S.A.	3,89%	12.286.861	4.555.052	7.731.809	2.644.126
European Satellite Services Provider, SAS a)	8,33%	23.394.495	17.279.964	6.114.532	1.833.612
31 de Dezembro de 2013		40.668.069	25.879.005	14.789.065	4.527.557

a) A informação financeira disponível ainda não foi objeto de aprovação por parte dos acionistas.

	% capital detido	Ativos	Passivos	Capital Proprio	Resultado do exercício
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, S.A.	3,89%	10.327.020	4.885.119	5.441.901	358.919
European Satellite Services Provider, SAS	8,33%	19.379.320	13.598.400	5.780.920	1.525.251
31 de Dezembro de 2012		29.706.340	18.483.519	11.222.821	1.884.170

11. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos:

Ativos por impostos diferidos

	Provisões	Fundo de Pensões	Pensões Seg. Social	Custos Inatividade remunerada	Encargos c/ seguro Saúde	Custos fundos de pensões	Encargos c/ IDC	Desconto de contas receber/pagar	Empresas associadas	Total
A 1 de Janeiro de 2013	78.728	19.938.663	6.642.793	791.851	333.163	(0)	811.517	1.045.011	-	29.641.725
Movimentos do período										
Constituição por resultados	24.383	-	3.800.706	-	14.379	-	-	-	-	3.839.468
Reversão por resultados	-	(5.065.421)	-	(205.611)	-	-	(120.017)	(42.912)	-	(5.433.961)
Movimento do período	24.383	(5.065.421)	3.800.706	(205.611)	14.379	-	(120.017)	(42.912)	-	(1.594.493)
A 31 de Dezembro de 2013	103.111	14.873.242	10.443.499	586.240	347.542	(0)	691.500	1.002.099	-	28.047.232
A 1 de Janeiro de 2012	52.307	11.340.938	5.916.944	973.969	300.593	580.761	851.874	19.976	1.438.483	21.475.845
Movimentos do período										
Constituição por resultados	26.421	8.597.725	725.849	-	32.570	-	-	1.025.035	-	10.407.599
Reversão por resultados	-	-	-	(182.118)	-	(580.761)	(40.357)	-	(1.438.483)	(2.241.719)
Movimento do período	26.421	8.597.725	725.849	(182.118)	32.570	(580.761)	(40.357)	1.025.035	(1.438.483)	8.165.880
A 31 de Dezembro de 2012	78.728	19.938.663	6.642.793	791.851	333.163	(0)	811.517	1.045.011	-	29.641.725

Os impostos diferidos ativos relativos aos Fundos de Pensões são calculados no pressuposto de que as entregas futuras estarão dentro dos limites fiscais.

Passivos por impostos diferidos

	Subsídios Investimento	Reavaliação Legal	IDC	Método de Equivalência Patrimonial	Desconto de contas a receber/pagar	Total
A 1 de Janeiro de 2013	217.711	192.967	120.018	(63.676)	128.738	595.758
Movimentos do período						
Constituição/reversão por capital	(4.192)	(10.329)	-	(1.998)	-	(16.519)
Constituição por resultados	-	-	-	5.108	-	5.108
Reversão por resultados	-	(8.552)	(46.624)	-	(77.517)	(132.693)
Movimentos do período	(4.192)	(18.881)	(46.624)	3.110	(77.517)	(144.104)
A 31 de Dezembro de 2013	213.519	174.086	73.394	(60.566)	51.221	451.654
A 1 de Janeiro de 2012	226.659	187.002	188.502	(58.610)	372.284	915.838
Movimentos do período						
Constituição/reversão por capital	(8.949)	(9.158)	-	(1.998)	-	(20.104)
Constituição por resultados	-	15.123	-	-	-	15.123
Reversão por resultados	-	-	(68.484)	(3.068)	(243.546)	(315.098)
Movimentos do período	(8.949)	5.965	(68.484)	(5.066)	(243.546)	(320.080)
A 31 de Dezembro de 2012	217.711	192.967	120.018	(63.676)	128.738	595.758

As reavaliações fiscais resultam da atualização efetuada ao valor dos ativos no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde foram definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efetuada. O efeito destas reavaliações na situação líquida encontra-se expresso na rubrica resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

Resumo do impacto dos movimentos dos impostos diferidos:

	2013	2012
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(1.594.494)	8.165.880
Passivos por impostos diferidos	111.067	299.976
	(1.483.427)	8.465.856
Impactos no capital próprio		
Ativos por impostos diferidos	16.518	20.104
Passivos por impostos diferidos	16.518	20.104
	(1.466.909)	8.485.960

12. Inventários

Detalhe	2013	2012
Existências iniciais	350.110	363.709
Compras	371.608	294.492
Regularização de existências	(218)	147
Existências finais	403.210	350.110
Custo das mercadorias vendidas	318.726	307.944
Existências finais líquidas	378.989	336.114
Imparidade de inventários	2013	2012
Matérias primas	403.210	350.110
Imparidade de inventários	24.221	13.996
Total inventários	378.989	336.114
Ajustamentos de imparidade		
	2013	2012
A 1 de Janeiro	13.996	13.996
Aumentos	10.225	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	24.221	13.996

13. Clientes

Decomposição da rubrica de Clientes:

	2013		2012	
Decomposição	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes	26.806.321	26.806.321	23.622.692	23.622.692
Clientes de cobrança duvidosa	1.945.977	1.945.977	1.828.174	1.828.174
	28.752.298	28.752.298	25.450.866	25.450.866
Clientes - imparidade	(1.945.977)	(1.945.977)	(1.828.174)	(1.828.174)
Total Clientes	26.806.321	26.806.321	23.622.692	23.622.692

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de navegação aérea de rota e de terminal.

Imparidade de clientes:

Movimento	2013		2012	
	Corrente	Total	Corrente	Total
A 1 de Janeiro	1.828.174	1.828.174	4.262.680	4.262.680
Aumentos	166.801	166.801	504.761	504.761
Utilizações	(48.998)	(48.998)	(2.939.267)	(2.939.267)
Reduções	-	-	-	-
A 31 de Dezembro	1.945.977	1.945.977	1.828.174	1.828.174

O reforço de € 166.801 (2012: € 504.761) ocorrido deveu-se a um aumento de dívidas de carácter duvidoso de clientes de rota (€ 64.854) e de terminal (€ 101.947) e encontra-se registado na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões) da demonstração dos resultados. Para os restantes clientes com documentos vencidos, não se considerou haver o risco de incobrabilidade.

A utilização de € 48.998 resulta do registo de incobrabilidade de dívidas de clientes de rota.

14. Adiantamentos a fornecedores

Saldos	2013	2012
Adiantamentos a fornecedores	45.918	40.138
Total Adiantamentos a fornecedores	45.918	40.138

15. Estado e outros entes públicos

Decomposição dos saldos	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	3.125.424	-	-	591.828
Impostos s/ rendimento - IRS	-	2.259.613	-	1.779.613
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	489.710	-	352.203
Contribuições p/ segurança social	-	2.054.055	-	1.989.922
Outros impostos	-	-	-	90
	3.125.424	4.803.378	-	4.713.656

Decomposição do saldo de IRC	2013	2012
Pagamentos por conta	8.693.786	9.266.051
Retenções na fonte	99.621	319.680
Estimativa de IRC	(5.667.983)	(10.177.559)
Total	3.125.424	(591.828)

16. Outras contas a receber

Decomposição da rubrica de Outros Devedores:

Decomposição	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos regulatórios						
Devedores por acréscimo de rendimento i)						
Mecanismo Corretor NAV - Terminal	4.339.141	-	4.339.141	964.395	4.162.221	5.126.616
Mecanismo Corretor NAV - ROTA	6.656.400	28.543.498	35.199.899	-	20.803.124	20.803.124
Mecanismo Corretor Ent Externas - ROTA	1.028.840	666.588	1.695.426	-	751.663	751.663
Outros devedores						
Outros devedores ii)	10.758.299	-	10.758.299	5.783.757	-	5.783.757
Pessoal	47.072	-	47.072	42.938	-	42.938
Devedores por acréscimo de rendimento						
Juros a receber	15.969	-	15.969	31.441	-	31.441
Outros	229.247	-	229.247	109.550	-	109.550
Ajustamentos	(3.198.508)	-	(3.198.508)	(313.344)	-	(313.344)
Outras contas a receber	19.874.460	29.210.084	49.084.544	6.618.737	26.717.008	32.335.746

Imparidade de Outros Devedores:

Movimento	2013		2012	
	Corrente	Total	Corrente	Total
A 1 de Janeiro	313.344	313.344	245.405	245.405
Aumentos	2.885.165	2.885.165	67.939	67.939
Utilizações	-	-	-	-
Reduções	-	-	-	-
A 31 de Dezembro	3.198.509	3.198.509	313.344	313.344

O reforço do ajustamento de € 2.885.165, deveu-se a um aumento de dívidas de carácter duvidoso de Outros Devedores, nomeadamente da Camara Municipal de Cascais, que não tem cumprido os pagamentos inerentes à prestação de serviços de Controlo de Tráfego Aéreo prestado pela NAV Portugal no Aeródromo daquele Município, no âmbito dum contrato estabelecido para o efeito em 2003. Este ajustamento encontra-se registado na rubrica Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

Ativos Regulatórios:

i) Devedores por acréscimo de rendimento

O mecanismo corretor de terminal corrente é referente a 2012 e será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea durante o ano de 2014. O mecanismo corretor de rota de 2013 (não corrente) será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea no período de 2015 (controláveis) e a partir de 2016 (não controláveis). O mecanismo corretor de rota de 2012 corrente (controláveis), será recuperado em 2014 e o não corrente (não controláveis) será recuperado a partir de 2016.

De acordo com o novo regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea de rota, cuja aplicação se iniciou em 2012, a Empresa apurou um ajustamento (mecanismo corretor) de custos considerados não controláveis no montante de € 24.534.298 (valor descontado com referência a 31 de dezembro de 2013).

Os ativos regulatórios encontram-se descontados à taxa de 3,75%.

ii) Outros devedores

Inclui o valor de € 6.629.442 (2012: € 2.725.785), gerado por pagamentos voluntários de liquidações adicionais de IRC, decorrentes de ações de inspeção tributária aos exercícios de 2005, 2006, 2008, 2009, 2010 e 2011, as quais, no entender da NAV Portugal, não são devidas dado que se referem, essencialmente, a acréscimos ao lucro tributável de montantes de prestação de serviços a voos isentos do pagamento de taxas de rota e de terminal, cujo rédito não pode ser reconhecido uma vez que entraria em rutura com os pressupostos da NCRF 20 (Rédito) e da aplicação do nº 2 do artigo 43º do Código do IRC, relativo a contribuições efetuadas para os seus Fundos de Pensões.

No que respeita à prestação de serviços a voos isentos do pagamento de taxas de rota e de terminal, acresce que à Empresa cabe a responsabilidade de, em nome do Estado Português, continuar a assegurar a prestação dos serviços aos voos que, por decisão do Estado, se encontram legalmente isentos do pagamento de taxas de rota e de terminal e cujos custos, de acordo com o estabelecido no Ponto 4. do Artigo 9º do Regulamento (CE) Nº 1794/2006, *"não devem ser tidos em conta no cálculo das taxas unitárias"* e *"os Estados Membros devem assegurar que os Prestadores de Serviços de Navegação Aérea sejam reembolsados dos serviços que tiverem prestado aos voos isentos"*.

Atentos estes pressupostos e dado que em 2012, em sede de recurso hierárquico, a administração fiscal veio deferir as reclamações apresentadas pela Empresa relativas a liquidações adicionais que resultaram de inspeções aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, sobre a mesma matéria, do qual resultou o recebimento de € 3.434.170 no decorrer do exercício de 2012, a Empresa mantém a convicção de que os montantes relativos às liquidações efetuadas aos exercícios de 2008, 2009 e 2011 serão também

recuperadas no futuro, pelo que se reconheceu as referidas tributações adicionais como valores a receber do Estado.

Quanto à aplicação do nº 2 do artigo 43º do Código do IRC, relativo a contribuições efetuadas para os seus Fundos de Pensões, a Autoridade Tributária entende que o cálculo do limite da massa salarial deve ser efetuado de forma individualizada por Fundo de Pensões, quando o nº 2 do artigo 43º do Código do IRC nada refere quanto a tal procedimento, nem se conhece qualquer orientação administrativa emitida pela Autoridade Tributária que disponha em sentido contrário à atuação da NAV Portugal que, naturalmente da leitura do nº 2 do artigo 43º do Código do IRC, não consegue inferir, de modo algum que, para efeitos do limite de 15% da massa salarial a considerar, o deva fazer de modo individualizado por cada um dos Fundos de Pensões.

Considera ainda a Autoridade Tributária que, as remunerações, salários ou ordenados, base de incidência da percentagem de 15% dedutível ao lucro tributável, são tão somente os passíveis de descontos para o regime da Segurança Social. No entanto, a NAV Portugal na interpretação que faz à norma em referência (artigo 43º do CIRC), não encontra qualquer razão para que as remunerações consideradas para efeitos do limite de 15%, sejam apenas aquelas que estão sujeitas a descontos obrigatórios para a Segurança Social, quando o próprio legislador previu expressamente a aplicação de um regime mais majorado, no n.º 3 daquele artigo, aplicável a situações em que os trabalhadores não estão abrangidos pela Segurança Social.

17. Diferimentos

Decomposição	2013		2012	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativos Regulatórios	-	30.672.133	-	34.293.135
Contribuição financeira Eurocontrol	2.031.024	-	2.148.357	-
Assistência técnica	255.602	-	337.991	-
Prémios CTA	159.615	-	194.531	-
Seguros	557.200	-	671.933	-
Outros gastos a reconhecer	148.296	-	170.198	-
Gastos a reconhecer	3.151.738	30.672.133	3.523.009	34.293.135
Passivos Regulatórios				
Mecanismo Corretor NAV - ROTA	-	-	10.787.268	-
Mecanismo Corretor Ent Externas - ROTA	-	-	433.358	-
Mecanismo Corretor NAV - TERMINAL		2.457.196	-	-
Outros proveitos diferidos	4.864	-	4.105	-
Rendimentos a reconhecer	4.864	2.457.196	11.224.731	-

A rubrica Ativos regulatórios decompõe-se em dois valores distintos:

- Diferimento do encargo suportado pela Empresa, no valor de € 28.279.654 (2012: € 30.632.592) quanto aos 60% de reforma paga aos pensionistas entre os 57 e os 65 anos de idade, determinado através da repartição das responsabilidades iniciais dos colaboradores ainda no ativo pelo tempo médio de vida esperada até à idade de reforma, o qual será reconhecido e recuperado até 2038 e,
- Diferimento de perdas atuariais provocadas pela alteração da taxa de desconto aplicada para determinar as responsabilidades atuais dos fundos de pensões NAV Complementos e NAV SINCTA Complementos, as quais estão a ser reconhecidas em resultados numa base sistemática, finalizando em 2015. À data de balanço este montante ascende a € 2.392.479 (2012: € 3.660.543).

Os restantes gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

Em cada período, a contribuição financeira de Portugal para o Orçamento da Agência EUROCONTROL, é determinada de acordo com a fórmula de repartição estabelecida no Artigo 19º dos Estatutos da Agência e deduzida dos montantes relativos às taxas de rota cobradas pelo EUROCONTROL, os quais, nos termos do estipulado no Artigo 8º do Decreto-Lei nº 404/98 de 18 de dezembro, constituem receitas da NAV Portugal.

Passivos regulatórios:

- Referem-se exclusivamente ao mecanismo corretor de terminal de 2013 e deriva do facto da faturação emitida ser superior aos gastos realmente suportados. Este montante será devolvido aos utilizadores dos serviços de navegação aérea em 2015.

Encontram-se descontados à taxa de 3,75%.

18. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social da NAV Portugal, no montante de € 25.000.000 encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

19. Reservas

Movimentos	Reservas legais	Reservas estatutárias	Total
1 de Janeiro de 2013	16.840.032	24.062.725	40.902.757
Aplicação do resultado líquido de 2010 e 2011	548.733	52.260	600.993
A 31 de Dezembro de 2013	17.388.765	24.114.985	41.503.750
1 de Janeiro de 2012	16.840.032	24.062.725	40.902.757
	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2012	16.840.032	24.062.725	40.902.757

Em setembro de 2013 foram publicados os despachos conjuntos das tutelas financeira e setorial, de aprovação das contas de 2010 e 2011, tendo a NAV Portugal, procedido à constituição de reservas legais no montante de € 548.733 e estatutárias no montante de € 52.260.

Dada a inexistência da publicação dos despachos conjuntos das tutelas (finanças e setorial) de aprovação das contas de 2012, não foram efetuados os reforços das reservas em conformidade com a proposta do Conselho de Administração da Empresa expresso no relatório e contas daquele exercício, tendo o respetivo resultado líquido sido transferido para resultados transitados conforme evidenciado na nota 20.

Reservas Legais (Geral)

De acordo com o art.º 22º dos estatutos da NAV Portugal, uma percentagem não inferior a 10% do resultado do período, deverá ser afeto a esta reserva, a qual só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Dentro da rubrica Reservas Legais consta ainda a Reserva para Remuneração dos Capitais Investidos, a qual foi constituída nos termos do Decreto-Lei nº 300/80, de 16 de agosto.

Reservas Estatutárias

A rubrica de Reservas Estatutárias contém a Reserva para Investimento (€ 23.362.216) e a Reserva para Fins Sociais (€ 752.768), estabelecidas segundo o art.º 22º dos estatutos da NAV Portugal.

20. Resultados transitados

Decomposição	Resultados transitados
1 de Janeiro de 2013	17.677.524
Ajustamentos por impostos diferidos	10.329
Transf. para outras reservas e para resultados a distribuir	1.999
Aprovação das contas de 2010 e 2011	(5.226.029)
Reservas 2012	1.675.660
31 de Dezembro de 2013	14.139.482
1 de Janeiro de 2012	22.643.352
Ajustamentos por impostos diferidos	9.158
Transf. para outras reservas e para resultados a distribuir	1.998
Reservas 2011	(4.976.985)
31 de Dezembro de 2012	17.677.524

No decurso do exercício de 2013 foram aprovadas as contas de 2010 e 2011, tendo resultado numa diminuição dos resultados transitados por via de constituição de reservas no montante de € 600.993 e de distribuição de dividendos no montante de € 4.625.036.

O efeito líquido das reavaliações legais efetuadas aos ativos da Empresa, no montante de € 2.239.092, o qual não é passível de distribuição, foi, aquando da adoção do SNC, transferido para Resultados transitados atendendo às opções de adoção seguidas pela Empresa.

21. Outras variações no Capital próprio

Naturezas dos movimentos	Subsídios	Impostos diferidos	Total
1 de Janeiro de 2013	859.120	(217.711)	641.409
Adições	54.374	-	54.374
Regularização por resultados	(30.813)	4.192	(26.620)
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2013	882.681	(213.519)	669.162
1 de Janeiro de 2012	958.654	(226.659)	731.995
Adições	-	8.949	8.949
Regularização por resultados	(99.534)	-	(99.534)
Alienações	-	-	-
31 de Dezembro de 2012	859.120	(217.711)	641.409

O movimento do período reflete o registo de um novo subsídio da Comissão Europeia (€ 54.374) e a reversão do subsídio líquido inicialmente reconhecido em Capital para a demonstração dos resultados, mais concretamente para as rubricas de Subsídios ao investimento.

22. Provisões

Detalhe	Encargos c/ Processos Judiciais em curso	Encargos c/ IDC	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2013	189.472	2.410.832	2.853.027	5.453.331
Dotação	137.816	-	-	137.816
Utilização	-	(241.663)	(2.853.027)	(3.094.690)
Atualização efeito de desconto	-	96.433	-	96.433
Reversão	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2013	327.288	2.265.602	-	2.592.891
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	327.288	2.265.602	-	2.592.891
	327.288	2.265.602	-	2.592.891
A 1 de Janeiro de 2012	1.427.761	2.512.774	-	3.940.535
Dotação	-	-	2.853.027	2.853.027
Utilização	(12.377)	(397.532)	-	(409.909)
Atualização efeito de desconto	-	295.591	-	295.591
Reversão	(1.225.912)	-	-	(1.225.912)
A 31 de Dezembro de 2012	189.472	2.410.832	2.853.027	5.453.331
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	189.472	2.410.832	2.853.027	5.453.331
	189.472	2.410.832	2.853.027	5.453.331

Encargos com Processos Judiciais em Curso

Provisão constituída segundo a avaliação que a NAV Portugal efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza laboral nos quais a Empresa é ré.

Encargos com o IDC

Os controladores de tráfego aéreo admitidos até 31 de dezembro de 2004 têm o direito adquirido de poderem cessar funções aos 52 anos, sendo-lhes aberta a possibilidade de permanecerem em período de funções até aos 55 anos, caso em que ganham o direito ao pagamento de uma compensação indemnizatória, dada a sua desvinculação laboral postecipada.

O Acordo de Empresa foi revisto em 2007, tendo a Empresa e o SINCTA contratualizado um alargamento do limite de idade para o exercício de profissão dos CTA (57 anos), facto consagrado através da Lei nº 5/2009, de 29 de janeiro. Ficou estipulado na Cláusula 11ª do Acordo de Empresa de CTA a atribuição de uma compensação indemnizatória, face à possibilidade concedida aos CTA de posteciparem a sua desvinculação contratual, ou aos 52 anos (CTA admitidos até 31 de Dezembro de 2004), ou aos 55 anos (para os CTA admitidos em momento posterior a 31 de dezembro de 2004).

A compensação pecuniária a título de indemnização por desvinculação contratual é paga de uma só vez no momento da desvinculação contratual, podendo os CTA solicitar adiantamentos trimestrais, a acertar com a indemnização final no momento da desvinculação. O saldo a 31 de dezembro de 2013, representa as obrigações presentes da Empresa no âmbito supra, o qual é sujeito a atualização, dado o efeito temporal do período de ressarcimento destas obrigações.

Os encargos com IDC encontram-se registados pelo valor descontado à taxa de 3,75%. As dotações do exercício foram registadas na rubrica de Gastos com Pessoal – Indemnizações.

Outras Provisões

As restantes provisões são registadas de acordo com a avaliação que a Empresa efetua da sua exposição a contingências jurídicas, fiscais ou outras. A provisão reconhecida em 2012 no montante de € 2.853.027 respeita às perdas previstas relativamente à participação da Empresa na sua associada EDISOFT a qual foi utilizada em 2013.

23. Financiamentos obtidos

Detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo:

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	2.496.989	7.321.695	9.818.685	2.496.990	9.818.686	12.315.676
	2.496.989	7.321.695	9.818.685	2.496.990	9.818.686	12.315.676

A NAV Portugal é subscritora de quatro tranches de empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimentos, como via de financiamento do CAPEX de períodos passados. Os detalhes dos empréstimos apresentam-se seguidamente:

	Assinatura do contrato	Utilização	Montante em dívida	Período de pagamento		Obs
				Início	Fim	
BEI/ 97	dez-97	Integral	665.064	03-09-15	17-09-15	a)
BEI/ 98	jun-98	Integral	207.832	07-06-15	18-09-19	b)
BEI/ 98	jun-98	Integral	5.195.789	07-06-15	18-06-15	a)
BEI/ 01	dez-01	Integral	3.750.000	07-12-15	16-12-15	a)
Total			9.818.685			

a) Trimestral e postecipado - Taxa variável convertível

b) Trimestral e postecipado - Taxa variável

Os empréstimos bancários não têm, como garantia real atribuída, quaisquer ativos da Empresa. Todos os empréstimos encontram-se negociados em Euros.

No final do período de 2013, a NAV Portugal não possuía outras linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Os financiamentos de acordo com o regime das taxas de juro são os seguintes:

	2013	2012
Taxas de juro variáveis		
correntes	2.496.989	2.496.990
não correntes	7.321.695	9.818.686
	9.818.685	12.315.676
Descriminação por períodos		
	2013	2012
Até 6 meses	9.818.685	12.315.676
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	9.818.685	12.315.676

A exposição dos empréstimos é como segue:

	Valor Contabilístico		Justo Valor	
	2013	2012	2013	2012
Papel comercial	-	-	-	-
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	-
Empréstimos bancários	9.818.685	12.315.676	9.818.685	12.315.676
Descobertos bancários	-	-	-	-
	9.818.685	12.315.676	9.818.685	12.315.676

O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos.

O plano de amortização dos financiamentos correntes e não correntes, é o seguinte:

	2013	2012
Até 1 anos	2.496.989	2.496.990
Entre 2 e 5 anos	7.321.695	9.818.686
Superior a 5 anos	-	-
	9.818.685	12.315.676

Assinale-se ainda que os juros são calculados em função de taxa variável, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimento, não podendo, no entanto, ultrapassar o equivalente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* que varia entre 0,1% e 0,13%.

24. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

As responsabilidades por benefícios pós-emprego e os correspondentes gastos anuais, são determinadas através de cálculos atuariais, utilizando o método de crédito da unidade projetada, efetuada por atuário independente, baseados em pressupostos que refletem as condições demográficas da população cobertas pelos planos e as condições económicas e financeiras prevalecentes no momentos do cálculo.

A NAV Portugal tem as seguintes obrigações pós-emprego e outras:

- i) Atribuição de complementos de pensões de reforma, aposentação e sobrevivência a todos os pensionistas, com a antiga categoria profissional de Controlador de Tráfego Aéreo (CTA), admitidos na Empresa até 30 de Setembro de 2007, bem como aos demais pensionistas pertencentes às restantes categorias profissionais, que já detivessem os requisitos de reforma ou aposentação na data da constituição do novo Plano de Pensões de Contribuição Definida, no âmbito dos respetivos Fundos/Planos de Pensões de Benefício Definido. A atribuição dos referidos benefícios, visa complementar as pensões estatais atribuídas pela Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentações, por forma a garantir um rendimento líquido equivalente atualizado àquele que os referidos pensionistas auferiam, no momento da sua reforma ou aposentação. As responsabilidades associadas aos benefícios em apreço, bem como o seu financiamento, são asseguradas

por Fundos de Pensões, assumindo a Empresa os respetivos encargos económicos anuais e inerentes contribuições financeiras.

- ii) Concessão de complementos de pensões de reforma, aposentação e sobrevivência a todos os pensionistas, com a antiga categoria profissional de Controlador de Tráfego Aéreo (CTA), admitidos na Empresa em data posterior a 30 de setembro de 2007, bem como aos demais pensionistas pertencentes às restantes categorias profissionais, que não detivessem os requisitos legais de reforma ou aposentação na data de constituição do novo Plano de Pensões de Contribuição Definida. As responsabilidades associadas aos referidos benefícios, são asseguradas através dos respetivos Fundos/Planos de Pensões de Contribuição Definida, cujos contratos constitutivos foram celebrados em 15 de março de 2012. A atribuição dos referidos benefícios é assegurada através de "contas individuais" financiadas por contribuições obrigatórias da Empresa e por eventuais contribuições voluntárias dos colaboradores. Assim, e no que respeita às contribuições obrigatórias da Empresa para o Fundo/Plano de Pensões de Contribuição Definida dos CTA, as mesmas correspondem a 8,17% da retribuição mensal daqueles colaboradores, tendo sido efetuada a especialização dos encargos correspondentes ao período que decorreu entre a data de produção de efeitos e a data de celebração do respetivo contrato constitutivo. Relativamente às contribuições obrigatórias da Empresa para o Plano de Pensões de Contribuição Definida dos restantes colaboradores, as mesmas correspondem a 5,0% da sua retribuição mensal, tendo sido igualmente efetuada a especialização dos encargos correspondentes ao período que decorreu entre a data de produção de efeitos, 1 de janeiro de 2011 e a data de celebração da alteração do respetivo contrato constitutivo.
- iii) Responsabilidades decorrentes do pagamento de 60% das pensões de reforma por velhice dos Controladores de Tráfego Aéreo subscritores da Segurança Social, nos termos do Decreto-Lei nº 155/2009 de 9 de julho. Assim, de acordo com o referido diploma legal, na decorrência da antecipação da idade de acesso à pensão antecipada de velhice dos CTA, a Empresa assume o financiamento de 60% dos encargos correspondentes ao pagamento das pensões durante o período que medeia entre a sua idade de

reforma antecipada de 57 anos e a idade normal de acesso à reforma por velhice, a qual a partir de 1 de janeiro de 2014 é de 66 anos.

- iv) Responsabilidades com o período de inatividade remunerada de alguns CTA, decorrentes da inobservância dos requisitos legais conducentes à caducidade do seu vínculo contratual, por reforma ou aposentação, na data em que atinjam o limite de idade para o exercício de funções operacionais com a consequente cessação de licença aeronáutica, a qual nos termos da Lei nº 5/2009, de 29 de janeiro, se encontra fixada em 57 anos de idade.
- v) Atribuição aos reformados e aposentados de um plano de seguro de saúde, até aos 75 anos de idade, estando as respetivas responsabilidades, que não são objeto de qualquer fundeamento, devidamente provisionadas.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras é como segue:

	2013	2012
Obrigações no balanço		
Benefícios de reforma	123.467.951	127.031.366
Período de inatividade	2.148.801	2.760.700
Seguro de saúde	1.273.880	1.161.535
	126.890.632	130.953.601
	2013	2012
Gastos na demonstração dos resultados		
Planos de pensões - benefícios definidos	1.007.867	41.562.184
Planos de pensões - contribuição definida	2.081.937	1.637.217
Pensões Segurança Social CTA	16.210.532	1.470.479
Período de inatividade	458.938	572.399
Seguro de saúde	173.939	97.675
	19.933.214	45.339.954

Fundos de Pensões de plano de benefício definido

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

NAV COMPLEMENTOS	2013	2012
Taxa anual de desconto	3,75%	4,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa anual de crescimento das pensões	2,50%	2,50%
Taxa anual de crescimento da pensão SS	2,00%	2,00%
Taxa anual de crescimento da pensão CGA	2,00%	2,00%
Taxa de rendimento	3,75%	4,00%
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77

NAV/SINCTA COMPLEMENTOS	2013	2012
Taxa anual de desconto	3,75%	4,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa anual de crescimento das pensões	2,50%	2,50%
Taxa anual de crescimento da pensão SS	2,00%	2,00%
Taxa anual de crescimento da pensão CGA	2,00%	2,00%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa de rendimento	3,75%	4,00%
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

Os pressupostos atuariais e financeiros têm em conta as expectativas quanto à evolução a longo prazo das variáveis macroeconómicas e a sensibilidade do atuário, no que respeita à análise demográfica.

Em relação ao ano anterior, foi alterado o pressuposto da taxa de desconto que passou de 4% para 3,75% de acordo com a informação disponível, reportada por analistas especializados, nomeadamente a HEUBECK AG, que já serviu de base à escolha da taxa de desconto utilizada em anos anteriores.

Mais se salienta que, apesar da instabilidade salarial dos últimos dois anos, o pressuposto de crescimento salarial é referente a uma taxa de longo prazo, o que significa que deve ser levada em conta a expectativa de crescimento dos salários num horizonte temporal de vinte anos, em média. No caso concreto, é entendimento do atuário que, dado o histórico de perdas atuariais sucessivas, devido ao crescimento dos salários acima do pressuposto, é prudente manter um diferencial de um ponto percentual entre a taxa de inflação esperada e a taxa de crescimento dos salários.

O montante da obrigação reconhecida no balanço é determinado como segue:

	2013			2012		
	NAV Complementos	NAV Sincta	Total	NAV Complementos	NAV Sincta	Total
Valor presente de obrigações fundeadas	7.516.359	243.433.873	250.950.232	12.762.521	234.184.184	246.946.705
Justo valor dos ativos do plano	(13.005.951)	(181.035.518)	(194.041.469)	(12.703.409)	(161.003.862)	(173.707.271)
	(5.489.592)	62.398.355	56.908.763	59.112	73.180.322	73.239.434
Valor presente da obrigação não fundeada (60% das Pensões da SS)			66.559.186			53.791.930
Obrigação no Balanço			123.467.949			127.031.364

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao cálculo do valor das pensões de reforma foi o seguinte:

	2013			2012		
	NAV Complementos	NAV Síncta	Total	NAV Complementos	NAV Síncta	Total
Responsabilidades fundeadas						
A 1 de Janeiro	12.762.521	234.184.184	246.946.705	10.044.877	181.827.254	191.872.131
Custo serviços correntes	-	5.886.354	5.886.354	152.942	4.248.775	4.401.717
Custo dos juros	510.501	9.367.367	9.877.868	627.203	11.440.315	12.067.518
Pagamento de benefícios	(288.055)	(6.560.343)	(6.848.398)	(362.219)	(7.400.593)	(7.762.812)
Efeito de alteração de pressupostos	213.272	9.636.197	9.849.469	1.365.263	32.948.237	34.313.500
(Ganhos)/perdas actuariais	(5.681.880)	(9.079.886)	(14.761.766)	934.455	11.120.196	12.054.651
A 31 de Dezembro	7.516.359	243.433.873	250.950.232	12.762.521	234.184.184	246.946.705
Responsabilidades não fundeadas						
A 1 de Janeiro			53.791.930			55.513.627
Aumento provisão	-		13.857.595	-	-	2.286.470
Utilização provisão	-		(1.090.337)	-	-	(723.809)
Reversão provisão	-		-	-	-	(3.284.357)
A 31 de Dezembro			66.559.186			53.791.930

Os fundos afetos a este plano tiveram a seguinte evolução:

	2013			2012		
	NAV Complementos	NAV Síncta	Total	NAV Complementos	NAV Síncta	Total
A 1 de Janeiro	12.703.409	161.003.861	173.707.270	10.093.862	133.832.495	143.926.357
Contribuições entregues	-	16.409.454	16.409.454	3.344.039	11.893.219	15.237.258
Conversão plano BD em CD	(129.167)	-	(129.167)	(3.301.679)	-	(3.301.679)
Benefícios pagos	(288.055)	(6.560.343)	(6.848.398)	(362.219)	(7.400.593)	(7.762.812)
Retorno esperado dos ativos do fundo	719.763	10.182.546	10.902.309	2.929.406	22.678.741	25.608.147
A 31 de Dezembro	13.005.951	181.035.518	194.041.468	12.703.409	161.003.861	173.707.270

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2013			2012		
	NAV Complementos	NAV Síncta	Total	NAV Complementos	NAV Síncta	Total
Custos serviços correntes	-	5.547.376	5.547.376	152.352	3.953.498	4.105.850
Custos dos juros	510.501	9.367.367	9.877.868	627.203	11.440.315	12.067.518
(Ganhos) / perdas actuariais	(5.468.608)	556.311	(4.912.297)	2.299.718	44.068.434	46.368.152
Retorno estimado dos ativos do plano	(719.763)	(10.182.546)	(10.902.309)	(2.929.406)	(22.678.741)	(25.608.147)
Conversão plano BD em CD	129.167	-	129.167	3.301.679	-	3.301.679
Total incluído em gastos com pessoal	(5.548.703)	5.288.507	(260.195)	3.451.546	36.783.506	40.235.052

Detalhe da natureza dos ativos que constituem os fundos dos planos de pensões complementos:

NAV COMPLEMENTOS	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Obrigações	8.087.217	62%	4.065.289	32%
Depósitos curto prazo	1.926.708	15%	6.636.003	52%
Ações	2.710.642	21%	1.698.727	13%
Fundos Investimento	281.384	2%	303.390	2%
A 31 de Dezembro	13.005.951	100%	12.703.409	100%

NAV/SINCTA COMPLEMENTOS	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Obrigações	93.766.697	52%	84.304.601	52%
Depósitos curto prazo	40.509.047	22%	58.818.394	37%
Ações	44.036.489	24%	14.964.861	9%
Fundos Investimento	2.723.285	2%	2.916.007	2%
A 31 de Dezembro	181.035.518	100%	161.003.862	100%

Período de inatividade

Os movimentos da responsabilidade com inatividade remunerada foram os seguintes:

	2013	2012
A 1 de Janeiro	2.760.701	3.689.277
Aumento provisão	458.938	572.399
Utilização provisão	(1.070.838)	(1.500.976)
Reversão provisão	-	-
A 31 de Dezembro	2.148.801	2.760.701

O montante de € 1.070.838 (2012: € 1.500.976) diz respeito ao valor pago pela NAV Portugal. As responsabilidades da Empresa por serviços passados foram quantificadas através de um estudo atuarial elaborado pela FUTURO com base numa taxa de rendimento de capitais de 3,75% (2012: 4%) e taxa de crescimento de prémios de 2% (2012: 2%). A alteração da taxa de desconto foi, conforme referido anteriormente, baseadas em estudos dos especialistas analistas HEUBECK AG.

Seguro de saúde

Os movimentos da responsabilidade com os encargos com benefícios médicos foram os seguintes:

	2013	2012
A 1 de Janeiro	1.161.535	1.138.611
Aumento provisão	173.939	97.675
Utilização provisão	(61.594)	(74.751)
Reversão provisão	-	-
A 31 de Dezembro	1.273.880	1.161.535

As responsabilidades da NAV Portugal por serviços passados foram quantificadas através de um estudo atuarial elaborado pela FUTURO, com base numa taxa de rendimento de capitais de 3,75% (2012: 4%) e taxa de crescimento de prémios de 2% (2012: 2%). A alteração da taxa de desconto foi, conforme referido anteriormente, baseadas em estudos dos especialistas analistas HEUBECK AG.

25. Fornecedores

Decomposição	2013	2012
Fornecedores gerais	2.873.409	1.840.239
Fornecedores com faturas em receção e conferência	986.133	1.998.384
Total saldo fornecedores - correntes	3.859.542	3.838.623

26. Adiantamentos de clientes

Decomposição	2013	2012
Países Terceiros	8.935	9.605
Comunitários	187.119	58.980
Nacionais	335	230
Total adiantamento de Clientes	196.388	68.815

27. Outras contas a pagar

Decomposição	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos	4.662.769	-	4.662.769	3.632.106	-	3.632.106
Credores diversos						
INAC	827.605	-	827.605	809.971	-	809.971
IPMA	6.998.046	-	6.998.046	6.975.698	-	6.975.698
FAP	5.485.986	-	5.485.986	5.294.317	-	5.294.317
Marinha	2.008.873	-	2.008.873	1.947.322	-	1.947.322
Outros credores diversos	1.106.504	-	1.106.504	683.919	-	683.919
Credores por acréscimos de gastos						
Remunerações a liquidar	15.504.814	-	15.504.814	14.576.768	-	14.576.768
Outros credores por acréscimo de gastos	590.625	-	590.625	717.628	-	717.628
Total Outras contas a pagar	37.185.223	-	37.185.223	34.637.728	-	34.637.728

28. Remuneração dos órgãos sociais

Conselho de Administração	2013	2012
Remunerações	197.893	148.748
Verbas para representação	67.849	47.964
	265.741	196.712
 Conselho Fiscal		
Remunerações	26.639	20.550
Honorários do ROC	17.750	17.750
	44.389	38.300
 Total remunerações anuais dos Órgãos Sociais	310.131	235.012

O valor de Honorários do ROC inclui IVA à taxa legal em vigor.

O Conselho de Administração é composto por um Presidente e dois Vogais tendo as nomeações ocorrido pelas RCM nº 6/2012, de 26 de janeiro e RCM nº 29/2012, de 18 de julho.

29. Vendas e Prestação de serviços

Detalhe	2013	2012
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Taxa de rota	145.613.581	148.708.237
Taxa de terminal	27.548.563	29.388.068
Vendas e prestações de serviços	173.162.144	178.096.305

30. Fornecimentos e serviços externos

Detalhe	2013	2012
Subcontratos	1.107.408	1.002.808
Eletricidade	1.585.654	1.596.124
Combustíveis	146.855	132.953
Água	65.041	86.110
Rendas e Aluguers	1.784.558	1.840.058
Despesas de Representação	7.623	8.049
Comunicação	375.999	400.379
Seguros	1.203.062	1.357.079
Transporte de Mercadorias	58.418	50.834
Deslocações e Estadas	655.163	631.760
Honorários	311.883	344.181
Conservação e Reparação	1.541.847	1.559.773
Publicidade e Propaganda	41.366	65.099
Limpeza, Higiene e Conforto	465.158	484.286
Segurança	844.857	765.705
Trabalhos Especializados	3.182.089	3.421.056
Verificação de Rádio Ajudas	594.268	583.905
Outros Fornecimentos e Serviços	308.531	288.153
Fornecimentos e serviços externos	14.279.782	14.618.310

31. Gastos com o pessoal

Detalhe	2013	2012
Remunerações		
Orgãos sociais	301.754	239.427
Pessoal	83.140.879	73.049.477
	83.442.632	73.288.904
Encargos sociais		
Prémios para benefícios reforma	19.933.214	45.339.954
Pensões pagas	200.575	293.535
Encargos sobre remunerações	18.714.867	16.638.963
Seguros	953.886	943.991
Indemnizações	2.432.076	2.322.294
Outros	744.256	647.292
Sub-total	42.978.874	66.186.028
Custos com o pessoal	126.421.506	139.474.932

O número médio de empregados da NAV em 2013 foi de 998 (2012: 986 empregados).

32. Outros rendimentos e ganhos

Detalhe	2013	2012
Diferenças de câmbio	11.606	10.646
Juros de mora	836.456	1.192.816
Rendimentos suplementares	1.104.329	934.751
Correções de exercícios anteriores	111.439	109.632
Rendas	233.511	230.276
Serviços Sociais	68	-
Formação/Reprografia/AIP/Cedência material	527.582	325.333
Alienações / sinistros	26.803	25.635
Penalidades Contratuais	15.207	37.501
Outros	463.038	216.956
	3.330.039	3.083.549

33. Outros gastos e perdas

Detalhe	2013	2012
Contribuição Eurocontrol	8.593.426	8.498.153
Diferenças de câmbio desfavoráveis	13.754	74.954
Correções relativas exercícios anteriores	14.432	57.804
Perdas em inventários	-	147
Desconto financeiro de ativos regulatórios	374.052	4.829.474
Outros	185.117	178.151
	9.180.781	13.638.683

34. Juros e rendimentos similares obtidos

Não se verificaram juros e rendimentos similares nos períodos de 2013 e 2012.

35. Juros e gastos similares suportados

Detalhe	2013	2012
BEV97	2.678	8.736
BEV98 TCI	776	2.472
BEV98 TC2	19.408	61.789
BEV01	16.455	55.079
	39.317	128.075

36. Imposto sobre o rendimento do período

Decomposição	2013	2012
Capital Próprio		
Imposto diferido	16.518	20.104
	16.518	20.104
Demonstração de Resultados		
Imposto diferido (nota 11)	(1.466.909)	8.465.858
imposto Corrente	(5.544.062)	(10.177.560)
	(7.010.970)	(1.711.702)

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 27,28% (2012: 28,68%) conforme segue:

	2013	2012
Taxa de imposto	21,85%	23,20%
Derrama	1,28%	1,18%
Derrama estadual*	4,15%	4,30%
	27,28%	28,68%

*A derrama estadual prevista no artigo 87-A do CIRC incide sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000 sendo que, de € 1.500.000 a € 10.000.000, se aplica 3% e à parte superior a € 10.000.000 se aplica a taxa de 5%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2013	2012
Resultado antes de imposto	14.217.653	3.387.362
Diferenças permanentes:		
Custos não dedutíveis	71.926	77.479
Reembolso de IRC de exercícios anteriores	-	(10.988)
Benefícios fiscais	(407.242)	(252.785)
Pagamento de benefícios de reforma além do limite legal	6.476.863	6.834.571
Outros	(126.667)	(14.088)
	6.014.880	6.634.189
Diferenças temporárias:		
Provisões	(442.312)	17.706.626
Reavaliações	34.667	35.582
Mecanismo corretor	290.851	4.533.884
	(116.794)	22.276.092
Resultado para efeitos fiscais	20.115.739	32.297.643
Imposto corrente	5.318.959	8.154.956
Ajustamento em imposto corrente de exercícios anteriores	(123.922)	-
Crédito fiscal ao investimento	(1.000.000)	-
Derrama	294.412	414.778
Derrama estadual	955.045	1.512.534
Tributação autónoma	99.567	95.292
Estimativa do imposto corrente do exercício	5.544.062	10.177.560
Efeito alteração taxa de imposto	1.418.526	(1.777.973)
Imposto do exercício	48.383	(6.687.885)
	1.466.909	(8.465.858)
Total de imposto do exercício	7.010.970	1.711.702

37. Compromissos

Investimentos contratados e não efetivados:

	2013	2012
Equipamentos	5.208.814	6.976.335
	5.208.814	6.976.335

38. Contingências

A NAV Portugal tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objecto	2013	2012
Comissão Europeia	Garantia bancária	21.160	21.160
	A NAV assumiu uma responsabilidade solidária, no montante equivalente à participação de capital (8,33%) que detém sobre a ESSP, por duas garantias financeiras de 10 milhões de euros cada prestadas por esta à Comissão Europeia, previstas nos Artigos nº 5.6 e 38.1 do contrato estabelecido entre estas duas entidades	1.666.000	1.666.000
		1.687.160	1.687.160

Processos Judiciais em curso:

	2013	2012
Em que a NAV Portugal é autora:		
Processos de natureza laboral (valor da ação)	15.000	30.000
	15.000	30.000
Em que a NAV Portugal é ré:		
Processos de natureza laboral	327.288	189.471
Processo interposto pelo Administrador da massa falida da TWA relacionado com recebimentos de Taxas de Terminal	12.174	12.174
Processo de contra-ordenação fiscal aduaneira	11.492	11.492
Processo de contra-ordenação do Ministério da Administração Interna	3.884	3.884
	354.838	217.021

Nota: Os processos de Natureza Laboral encontram-se provisionados na rubrica de Outras provisões

Em 2012, a Empresa foi citada judicialmente como Ré no âmbito de processos de foro laboral intentados nos Tribunais de Trabalho, quer por alguns Sindicatos, em representação dos trabalhadores seus associados, quer diretamente por trabalhadores individualmente considerados em que a causa de pedir tem como fundamento a alegada inconstitucionalidade das normas previstas na lei que aprovou o Orçamento de Estado de 2011 e a sua aplicação à NAV Portugal enquanto empresa pertencente ao setor empresarial do estado e também atenta a sua missão e sistema de recuperação de custos. O pedido destas ações judiciais consiste em reclamar o pagamento das quantias salariais que os respetivos trabalhadores deixaram de auferir em consequência da aplicação das normas do OE de 2011 relativamente a reduções remuneratórias, proibição de valorizações remuneratórias (vulgo aumentos) e progressões na carreira (vulgo promoções).

Em 2013, a Empresa foi igualmente citada judicialmente como Ré em processo de foro laboral intentado por um Sindicato no Tribunal de Trabalho em representação dos trabalhadores seus associados (nesta situação não se verificou a instauração de ações judiciais avulsas por parte de trabalhadores individuais) em que a causa de pedir tem como fundamento a alegada inconstitucionalidade das normas previstas na lei que aprovou o Orçamento de Estado de 2012 relativamente à suspensão dos pagamentos de subsídios de férias e de Natal e a sua aplicação à NAV Portugal enquanto empresa pertencente ao setor empresarial do estado e também atenta a sua missão e sistema de recuperação de custos.

Pese embora alguns dos processos ainda não estejam decididos e outros se encontrem em fase de recurso, portanto sem decisão judicial final e definitiva, atentas as posições que têm vindo a ser assumidas pelos Tribunais do Trabalho – no sentido de considerar que as questões em apreço já foram previamente decididas pelo Tribunal Constitucional em 2011 e 2012 no sentido de não declarar a inconstitucionalidade das normas que preveem a redução remuneratória no OE 2011, bem como a suspensão dos subsídios de férias e Natal no OE de 2012 –, é expectável que o desfecho da globalidade dos processos judiciais em curso venha a ser favorável à NAV Portugal, e, como tal, não venham a ser devidos aos trabalhadores quaisquer diferenças remuneratórias relativamente aos valores pagos em 2011 e 2012.

39. Acontecimentos subsequentes

À presente data (abril de 2014) alguns dos processos do foro laboral já se encontram concluídos em sede de primeira instância judicial, tendo as decisões sido genericamente favoráveis à Empresa, absolvendo a NAV dos pedidos feitos pelos Autores dos processos, no sentido de não serem devidas aos trabalhadores diferenças salariais resultantes das reduções remuneratórias previstas na Lei do Orçamento de Estado de 2011.

Em 13 de março de 2014, foram libertadas pela Comissão Europeia as duas garantias bancárias, no montante de 10 M€ cada, prestadas pelos acionistas do ESSP, SAS, conjunta e solidariamente, a favor da Comissão Europeia previstas nos artigos nºs 5.6 e 38.1 do Contrato “EGNOS Service Provider Contract”. Conforme referido na nota 38

deste anexo, a NAV Portugal tinha assumido a responsabilidade de € 1.666.000 equivalente ao montante da participação que detém no capital da participada.

Conselho de Administração

Luís Filipe Ottolini Coimbra



Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo



Teresa Maria da Silva Gomes



Técnico Oficial de Contas

Ana Paula Fernandes Gomes



13-RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO
FISCAL

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Exercício de 2013

1. Introdução

As competências do Conselho Fiscal (CF) resultam (i) da conjugação do disposto no artigo 12º dos Estatutos e do artigo 420º, nº 1, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), por força do artigo 60º, nº 2 do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE) aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro; ii) do disposto no artigo 54º, nº 2, do RJSPE no que se refere à verificação do cumprimento relativamente aos relatórios de boas práticas de governo societário.

Os membros em funções foram designados pelos Despachos nº 9213/2008, de 13 de março, e nº 6574/2009, emitido de 28 de abril de 2008, para o mandato de 2008-2010.

Descrevem-se neste relatório as principais atividades desenvolvidas pelo CF no âmbito da sua ação fiscalizadora relativa ao ano de 2013 e a apreciação dos documentos de prestação de contas relativos ao período anual findo em 31-12-2013, recebidos em 17-04-2014.

2. Atividade desenvolvida

No desempenho das suas funções relativamente ao exercício de 2013, o CF desenvolveu as seguintes atividades:

- (a) Procedeu à análise e relato trimestral sobre os controlos efetuados, anomalias detetadas, desvios em relação aos orçamentos e seguimento das orientações tutelares;
- (b) Tomou conhecimento das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna e dos relatórios emitidos e acompanhou o desenvolvimento da auditoria externa;
- (c) Tomou conhecimento da evolução das liquidações adicionais em sede de IRC relacionadas com os voos isentos e com as contribuições para os fundos de pensões;
- (d) Analisou as ações de reestruturação financeira da participada Edisoft, já previstas nas demonstrações financeiras do exercício de 2012, no âmbito das quais a participação da NAV Portugal foi reduzida para 17,5%;
- (e) Analisou os Instrumentos Previsionais de Gestão para 2014 e emitiu o correspondente parecer em 30 de dezembro de 2013;
- (f) Emitiu o parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2012;
- (g) Acompanhou o processo de preparação das demonstrações financeiras e os trabalhos de auditoria desenvolvidos pelos auditores externos e pelo Revisor Oficial de Contas relativos ao exercício de 2013;



CONSELHO FISCAL

(h) Obteve da Administração todos os esclarecimentos que entendeu necessários relativamente à gestão corrente da Empresa, nomeadamente, quanto às diligências de cobrança dos serviços prestados no âmbito do contrato de prestação de serviços de “Controlo de Tráfego Aéreo no aeródromo municipal de Cascais” assim como relativamente ao processo de construção do Céu Único Europeu.

As verificações de natureza contabilística foram realizadas, essencialmente, pela Vogal BCA – B. Costa & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo sido apreciados os relatórios por ela emitidos e a Certificação Legal das Contas (CLC), a qual mereceu concordância do CF.

O CF realça a articulação verificada com as diversas unidades orgânicas da empresa na perceção, entendimento e correção dos procedimentos adotados e em especial a boa relação com os administradores.

3. Apreciação do relatório de gestão

O relatório apresentado divulga (i) a atividade desenvolvida no exercício, com evidência para a evolução dos negócios, o desempenho económico-financeiro, a execução do investimento, as atividades de investigação e desenvolvimento, a caracterização dos recursos humanos e as responsabilidades por benefícios pós-emprego, bem como as perspetivas futuras, na linha do requerido pela legislação das sociedades comerciais e (ii) os aspetos relevantes da governação e do cumprimento das orientações legais, requeridos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O CF entende que o relatório cumpre, em termos gerais, os requisitos legais estabelecidos, incluindo os previstos no artigo 23º, nº 2, a) dos Estatutos e as divulgações requeridas pela DGTF e conclui que as análises efetuadas estão em consonância com a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa evidenciados nas demonstrações financeiras.

4. Apreciação do relatório de boas práticas de governo societário

De acordo com artigo 54º, nº 1, do RJSPE, a Empresa apresenta o relatório de boas práticas de governo societário de forma autonomizada e em conformidade com as orientações transmitidas pela DGTF. Nestes termos, o relatório apresentado divulga: i) a missão, objetivos e políticas da empresa; sendo evidenciado neste ponto um conjunto de indicadores baseados em *benchmarking* internacional (ANSP da Alemanha, Áustria, Irlanda e Suíça) com cuja média ponderada é aferido o desempenho da NAV Portugal; ii) referências ao capital estatutário da empresa; iii) informação sobre participações sociais; incluindo identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses; iv) informação detalhada sobre os órgãos sociais e o modelo de governo adotado, assim como da estrutura funcional e dos auditores externos; v) apresentação da organização interna da empresa e dos aspetos essenciais do controlo interno e da gestão de riscos, assim como da legislação nacional, comunitária e internacional a que está sujeita, e ainda do código de ética aprovado e em vigor na NAV Portugal; vi) informação sobre remunerações; vii) informação sobre transações com partes relacionadas e outras; viii) análise da sustentabilidade da empresa; ix) informação sobre a avaliação do governo societário, dando-se conta, nomeadamente, do facto de não serem conhecidas recomendações do acionista por se aguardar a competente aprovação das contas do exercício anterior.

CONSELHO FISCAL

O CF entende que o relatório cumpre, em termos gerais, os requisitos legais estabelecidos, incluindo a estrutura e divulgações requeridas pela DGTF.

5. Apreciação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas integram: (i) o balanço, (ii) a demonstração dos resultados por naturezas, (iii) a demonstração das alterações no capital próprio, (iv) a demonstração dos fluxos de caixa e (v) o anexo às demonstrações financeiras.

Os auditores externos colocam reserva por incerteza face à probabilidade de recuperação das quantias pagas por força de liquidações adicionais de IRC de 2008, 2009, 2010 e 2011 e eventuais consequências relativamente aos exercícios, ainda sujeitos a inspeção, e dão ênfase aos efeitos no Ativo, na rubrica Diferimentos, relativos a benefícios pós-emprego, e na rubrica Outras contas a receber, relativos à recuperação dos custos classificados como não controláveis.

Também a Certificação Legal das Contas apresenta uma reserva por incerteza sobre a recuperação das quantias das liquidações de IRC e sobre os eventuais efeitos relativamente aos exercícios ainda sujeitos a inspeção e dá ênfase aos efeitos com benefícios pós-emprego no Ativo e aos custos não controláveis a recuperar.

O CF considera que os documentos apresentados pelo Conselho de Administração satisfazem os requisitos formais do relato financeiro definidos para as sociedades em geral e evidenciam a informação especialmente requerida pelo artigo 23º dos Estatutos quanto à discriminação das participações no capital de empresas e à separação entre ativos patrimoniais e dominiais. Por outro lado, a informação considerada nas ênfases da CLC, relativamente a custos não controláveis a recuperar dos utilizadores, nos termos do Regulamento (UE) nº 1191/2010, da Comissão, de 16 de dezembro, cumpre com o requerido pela Autoridade Supervisora Nacional.

Sem prejuízo, pela análise efetuada o CF suscita atenção para os seguintes aspetos:

- Monitorização permanente dos investimentos de modo a reduzir desvios entre a realização e a programação, desconhecimento atempado de quantias de que não se possam esperar benefícios económicos futuros e reclassificação para rubricas de ativos depreciables/amortizáveis das quantias dos investimentos que estejam em condições de utilização;
- Acompanhamento e avaliação do grau de reversibilidade das liquidações de IRC relacionadas com os voos isentos e com as contribuições para os fundos de pensões.

6. Apreciação da proposta de aplicação dos resultados

A proposta de aplicação dos resultados do exercício incluída no ponto 11 do Relatório de Gestão cumpre com o disposto no artigo 22º dos Estatutos, sendo 10% para reserva geral, 1% para fundo para fins sociais, 50% para remuneração dos capitais investidos e o remanescente para reserva para investimentos.

7. Aspetos sobre o desempenho

Face à inexistência de contratos de gestão para 2013, o CF considera não existirem condições para avaliação criteriosa dos gestores relativamente a esse exercício, não obstante no ponto 3.1 do Relatório de Gestão se apresentarem os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento da NAV Portugal relativamente ao exercício de 2013, tudo em conformidade com a proposta de contrato de gestão apresentada à Tutela para o Mandato 2012-2014.

O CF entende a análise do referido ponto 3.1. do Relatório de Gestão sobre o alcance de objetivos, como indicador geral de desempenho ao nível empresarial.

No âmbito do plano de redução de custos, cabe à NAV Portugal, enquanto empresa com EBITDA positivo, assegurar a redução do peso do conjunto dos gastos com consumos, fornecimentos e serviços externos e pessoal no volume de negócios. Da análise efetuada conclui-se que o peso de tal agregado de gastos reduziu de 87,82% em 2011 para 86,70% em 2012 e para 81,44% em 2013, comportamento essencialmente influenciado pelos gastos com o pessoal e, muito particularmente, pelo comportamento dos benefícios pós emprego e pelas alterações legislativas ocorridas.

Os gastos totais com o pessoal mostram-se inferiores aos registados em 2012 em 9,4%, essencialmente por via da redução nos gastos com benefícios pós-emprego (menos 55,9%) a qual é atenuada pelo efeito da reposição de remunerações legalmente estabelecida, e dos correspondentes encargos, que aumentam 13,9% e 12,5%, respetivamente, face a 2012. De notar que os exercícios de 2013, 2012 e 2011 foram significativamente afetados por via dos benefícios pós emprego. Em 2011, essencialmente por via da adoção da tábua de mortalidade TV88/90, os ganhos e perdas atuariais conjugados com a desvalorização dos ativos do fundo conduziu a um aumento de gastos no montante de cerca de 33M€. Em 2012, o efeito dos ganhos e perdas atuariais, essencialmente, decorrente da redução da taxa de desconto de 5,5% para 4%, conjugado com a valorização dos ativos dos fundos foi da ordem dos 20M€. Em 2013, e não obstante a taxa de desconto ter reduzido para 3,75% e os encargos referentes às pensões da Segurança Social dos Controladores de Tráfego Aéreo (CTA) terem aumentado 14,7M€ por via da alteração da idade de reforma por velhice, os benefícios pós-emprego reduzem 25M€ face a 2012 por força da valorização dos ativos dos fundos.

Salienta-se que as variações de custos decorrentes de alterações legislativas assim como as associadas a benefícios pós emprego são classificadas como custos não controláveis e, como tal, recuperáveis dos utilizadores dos serviços de navegação aérea.

Os fornecimentos e serviços externos registam, relativamente a 2012, uma redução de 2,3% enquanto nos consumos, que têm reduzida expressão, se verifica um aumento de 3,6%.

Acresce referir, que os gastos imputáveis a voos isentos continuam a ser suportados pela NAV Portugal, o que representa cerca de 2,3M€ de gastos em 2013.

Salienta-se igualmente o facto de nos exercícios de 2013 e 2012 terem sido reconhecidas perdas de imparidade significativas, estando as de 2013 relacionadas com os serviços prestados no âmbito do contrato de prestação de serviços de “Controlo de Tráfego Aéreo no aeródromo municipal de Cascais” (2,9M€) e as de 2012 relacionadas com a participada Edisoft (igualmente 2,9M€).

8. Cumprimento das orientações legais e tutelares

Objetivos de gestão

Não foram fixados objetivos para 2013, tendo sido tomado como referência os indicadores apresentados à Tutela no âmbito da proposta de contrato de gestão, situação que conduz a um grau de cumprimento de 144,4% (cf. ponto 3.1. do Relatório de Gestão).

Gestão do risco financeiro

O recurso a instrumentos de gestão de risco não é relevante tendo em conta a natureza regulada das atividades e os montantes e condições dos financiamentos contratados com o BEI; (cf. ponto 3.2. do Relatório de Gestão).

Endividamento

A dívida de financiamento bancário reduziu ao longo do ano de 2013 (cf. ponto 3.2 do Relatório de Gestão).

Prazo médio de pagamentos

O prazo médio de pagamentos no 4.º trimestre de 2013 foi de 50 dias, traduzindo um aumento de cerca de 13,6% (6 dias) face a igual período de 2012. Excluindo os fornecedores de ativo fixo tangível o prazo médio é de 44 dias; (cf. ponto 3.3. do Relatório de Gestão).

Divulgação dos atrasos nos pagamentos

Os pagamentos em atraso estão divulgados no ponto 3.4. do Relatório de Gestão.

Recomendações da Tutela na aprovação das contas de 2012

Os documentos de prestação de contas de 2012 foram apresentados formalmente em abril de 2013 não existindo ainda despacho de aprovação (cf. ponto 3.5. do Relatório de Gestão).

Redução de remunerações

Foram efetuadas as reduções de 5% fixadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, relativamente aos membros do Conselho de Administração e aos membros do Conselho Fiscal, exceto ao ROC. À sociedade de revisores oficiais de contas, membro do Conselho Fiscal, e ao Auditor externo foram efetuadas reduções de 10%. Não obstante as reduções referidas relativamente aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal (não ROC), a NAV Portugal considerou serem-lhes aplicáveis as disposições remuneratórias constantes do n.º 13 do artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Os trabalhadores em geral foram excecionados legalmente de reduções remuneratórias mas encontram-se suspensas as promoções e progressões nas diversas categorias profissionais (cf. ponto 3.6. do Relatório de Gestão).

Estatuto do Gestor Público – Aplicação do artigo 32º.

Não foram atribuídos cartões de crédito aos membros do Conselho de Administração da NAV Portugal, nem outros instrumentos de pagamento de despesas efetuadas ao serviço da Empresa, nem ainda reembolsos de despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal (cf. ponto 3.6. do Relatório de Gestão).

Contratação pública

A contratação segue as regras do Código da Contratação Pública, tendo a empresa sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes por despacho governamental (cf. pontos 3.7.1 do Relatório de Gestão).

Sistema nacional de compras públicas

O contrato de adesão ao Acordo Quadro foi assinado em 8 de fevereiro de 2013 (cf. ponto 3.7.2. do Relatório de Gestão).

Parque de Veículos

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº. 121/2005, de 23 de junho, a NAV Portugal privilegia os alugueres operacionais de viaturas. Em 31 de dezembro de 2013, o parque de viaturas era de 79, das quais apenas 10 propriedade da Empresa. Existe uma redução de 4 viaturas (cf. Ponto 3 e 3.8 do Relatório de Gestão).

Plano de redução de custos

No agregado de consumos, fornecimentos e serviços externos e pessoal, verificam-se reduções de 1,6% face a 2010, de 9,8% face a 2011 e de 8,7% relativamente a 2012, devido essencialmente ao efeito dos gastos com benefícios pós-emprego, conforme referido acima (cf. ponto 3.9. do Relatório de Gestão).

Relativamente aos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento embora se verifiquem reduções significativas face a 2010 a Empresa não atinge a redução de 50% legalmente estabelecida e comunicada pelo Ofício Circular da DGTF nº 7896, de 8 de outubro de 2012. Tal situação é igualmente verificada na rubrica de comunicações, sendo apresentadas no ponto 3.9 do Relatório de Gestão as razões que impedem o alcance de tais objetivos.

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

O número total de efetivos e de cargos dirigentes, incluindo órgãos sociais, foi de 1027 em 2013, 1020 em 2012 e de 998 em 2011 e em 2010. O número de dirigentes, sem órgãos sociais, reduziu de 11 para 10 em 2013 e de 13 para 11 em 2012. O número de efetivos (sem dirigentes e órgãos sociais) aumentou 3,3% relativamente a 2010 (32 efetivos), 3,1% relativamente a 2011 (30 efetivos) e 0,8% relativamente a 2012 (8 efetivos) (cf. ponto 3.9 do Relatório de Gestão).

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Unidade da Tesouraria do Estado

Não estavam em contas junto do IGCP pequenos saldos em contas à ordem (cf. ponto 3.10. do Relatório de Gestão).

Recomendações resultantes de auditorias do Tribunal de Contas

Segundo o ponto 3.11 do Relatório de Gestão a Empresa não foi objeto de auditoria por parte do Tribunal de Contas no exercício de 2013.

Deveres especiais de informação

Os instrumentos previsionais de gestão, bem os relatórios trimestrais de execução são enviados às entidades de tutela e inseridos no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira da DGTF. Conforme consta do ponto 3.12 do Relatório de Gestão toda a informação relevante de interesse público é divulgada no sítio da Empresa e enviada para os serviços responsáveis pela atualização do sítio do Setor Empresarial do Estado.


9. Conclusão e parecer

O CF considera que o relatório de gestão satisfaz as divulgações requeridas pelas normas legais estatutárias e pelas orientações tutelares e que as demonstrações financeiras estão preparadas de acordo como Sistema de Normalização Contabilística, sem prejuízo da reserva considerada na Certificação Legal das Contas.

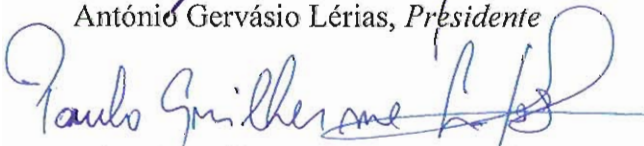
Assim, o CF dá parecer favorável (i) à aprovação dos documentos de prestação de contas relativos a 2013 e (ii) à proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 23 de abril de 2014

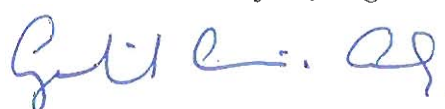
O Conselho Fiscal,



António Gervásio Lérias, *Presidente*



Paulo Guilherme Lajoso, *Vogal*



BCA – B. Costa & Associados, SROC, S.A. *Vogal e SROC*
representada por Gabriel Correia Alves (ROC)

14.CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

LISBOA

AV.ª DUQUE D'ÁVILA, 185, 5º
1050-082 LISBOA
PORTUGAL
T. (+351) 217 520 250
F. (+351) 217 520 259
E. BCA.GERAL@BCAAC.COM

PORTO

AV.ª DA BOAVISTA, 1203, 6º, SALA 606
4100-130 PORTO
PORTUGAL
T. (+351) 217 520 250
F. (+351) 217 520 259
E. BCA.GERAL@BCAAC.COM

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E., as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 276.013.152 EUR e um total de capital próprio de 87.752.698 EUR, incluindo um resultado líquido de 7.206.683 EUR), a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações no capital próprio e a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Conforme divulgado na Nota 16 do Anexo às demonstrações financeiras, na sequência das inspeções tributárias levadas a efeito nos anos de 2008 a 2011 relativamente aos exercícios de 2005 a 2009, a Empresa foi notificada de liquidações adicionais de IRC, essencialmente relacionadas com os designados voos isentos e com a criação líquida de emprego (cerca de 6.160 milhares de EUR, incluindo juros e outros encargos), as quais, embora pagas, foram objeto de reclamação por discordância dos fundamentos utilizados pelas autoridades fiscais nas referidas correções, e, por tal facto, não reconhecidas na Demonstração dos resultados. No exercício de 2012, mereceram decisão favorável à Empresa as reclamações referentes aos anos de 2005 a 2007 relativamente a voos isentos, com a consequente devolução das quantias pagas, no montante de 3.434 milhares de EUR, a que acresce a restituição, em 2013, de 86 mil EUR referente aos voos isentos de 2008 e 2009 na parte correspondente a controlo de terminal. Permanecem em fase de impugnação judicial as liquidações relacionadas com os voos isentos de 2008 e 2009, na parte referente a rota, (2.009 milhares de EUR, incluindo juros e encargos), as referentes à criação líquida de emprego dos anos de 2005 e de 2006 (621 mil EUR, incluindo juros e encargos) e outras liquidações (10 mil EUR). Das inspeções tributárias posteriores, referentes aos exercícios de 2010 e 2011, foi a Empresa notificada em 2013 de novas liquidações adicionais de IRC, sendo 3.076 milhares de EUR decorrentes de diferente interpretação quanto à determinação do limite de dedução fiscal relativo às contribuições para os fundos de pensões (ano de 2010: 1.459 milhares; ano de 2011: 1.617 milhares), 908 mil EUR resultantes de voos isentos (ano de 2011), e 5 mil EUR respeitantes a outras liquidações e encargos (ano de 2011), tendo a Empresa apresentado reclamações graciosas. Não existindo, nesta data, decisões quanto às impugnações judiciais nem quanto às reclamações graciosas apresentadas, e tendo em conta a causa e a evolução das referidas liquidações, não nos é possível concluir acerca da realização do montante de 6.629 milhares de EUR registado em "Outras contas a receber" nem quanto aos impactos de inspeções tributárias que possam ser efetuadas aos exercícios de 2012 e 2013 relativamente às matérias que têm suscitado correção.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E. em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 8 acima, chamamos a atenção para os seguintes aspetos:

10.1 De acordo com a legislação aplicável (Lei nº 5/2009, de 29 de janeiro e Portaria nº 496/2008, de 23 de junho), e conforme mencionado nas Notas 17 e 24 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa está obrigada a suportar 60% dos encargos

correspondentes ao período de antecipação da reforma dos controladores de tráfego aéreo (dos 57 anos até à idade normal de acesso à reforma por velhice) abrangidos pelo sistema público da Segurança Social, assumindo esta os restantes 40%. Das responsabilidades reconhecidas pela Empresa decorrentes de tal antecipação, no total de 66.559 milhares de EUR (53.792 milhares de EUR em 31/12/2012) encontra-se registado em Ativos não correntes - Diferimentos - "Ativos regulatórios" o montante de 28.280 milhares de EUR (30.633 milhares de EUR em 31/12/2012) referente ao reconhecimento inicial, em 2004, das referidas responsabilidades, cuja realização se encontra a ser efetuada, de forma sistemática, durante a vida ativa remanescente dos trabalhadores abrangidos, por inclusão de tais encargos na base de cálculo das respetivas taxas. Encontram-se ainda considerados na mesma rubrica do ativo 2.392 milhares de EUR correspondentes a parte das perdas atuariais com origem em 2006 (3.661 milhares de EUR em 31/12/2012), cuja recuperação está a ser efetuada até 2015, igualmente por via da sua integração na base de cálculo das taxas de serviço.

10.2 Conforme divulgado na Nota 16 do Anexo, a rubrica "Outras contas a receber" inclui o montante de 36.895 milhares de EUR (valor descontado) relativo ao mecanismo corretor de rota sendo 11.348 milhares referentes ao exercício de 2013 e 25.547 milhares relativos ao exercício de 2012, com o detalhe seguinte:

- a) A quantia referente a 2013 integra 4.676 milhares de EUR decorrentes de diferenças de tráfego e de inflação, a recuperar dos utilizadores em 2015, e 6.672 milhares de EUR resultantes de desvios em gastos considerados não controláveis por via da aplicação do Regulamento (UE) nº 1191/2010, da Comissão, de 16 de dezembro, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, a recuperar dos utilizadores no período de 2016 a 2019, sendo 5.329 milhares referentes à zona de tarifação de Lisboa (valor descontado de 5.951 milhares de EUR, após exclusão dos gastos imputáveis a voos isentos no montante de 62 mil EUR) e 1.343 milhares de EUR relativos à zona de tarifação de Santa Maria (valor descontado de 1.500 milhares de EUR, após exclusão dos gastos imputáveis a voos isentos no montante de 32 mil EUR). Os referidos gastos não controláveis, incluindo os imputáveis a voos isentos, são referentes a: i) reposição salarial decorrente de alterações legislativas (2.972 milhares de EUR na zona de tarifação de Lisboa e 980 mil na zona de tarifação de Santa Maria); ii) alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (gastos reais superiores aos fixados em 3.693 milhares de EUR, sendo 3.121 milhares da zona de tarifação de Lisboa e 572 mil da zona de Santa Maria); iii) gastos debitados pelo Eurocontrol (gastos reais inferiores aos fixados em cerca de 101 mil EUR sendo 81 mil referentes à zona de tarifação de Lisboa e 20 mil à zona de Santa Maria).
- b) O mecanismo corretor referente a 2012 integra a quantia de 7.685 milhares de EUR decorrente de diferenças de tráfego e de inflação, a recuperar dos utilizadores em 2014, e a quantia de 17.862 milhares de EUR resultante de desvios em gastos considerados não controláveis, a recuperar dos utilizadores no período de 2016 a 2019, sendo 15.316 milhares referentes à zona de tarifação de Lisboa (valor descontado de 17.104 milhares de EUR após exclusão dos gastos imputáveis a voos isentos) e 2.546 milhares de EUR relativos à zona de tarifação de Santa Maria (valor descontado de 2.844 milhares de EUR após exclusão dos gastos imputáveis a voos isentos). Os referidos gastos não controláveis são referentes a: i) alterações legislativas referentes a subsídio de Natal (gastos reais inferiores aos fixados em 3.789 milhares de EUR na zona de tarifação de Lisboa e em 1.329 milhares na zona de tarifação de Santa Maria); ii) alteração das

responsabilidades com benefícios pós-emprego (gastos reais superiores aos fixados em 25.103 milhares de EUR, sendo 20.922 milhares de EUR da zona de tarifação de Lisboa e 4.180 mil da zona de Santa Maria); iii) gastos debitados pelo Eurocontrol (gastos reais inferiores aos fixados em cerca de 36 mil EUR sendo 29 mil referentes à zona de tarifação de Lisboa e 7 à zona de Santa Maria).

Lisboa, 21 de abril de 2014



BCA - B. Costa & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

15·RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 276.013.152 Euros e um capital próprio de 87.752.698 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.206.683 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

II

Reserva

4. Conforme mencionado na Nota 16 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa foi notificada pelas autoridades fiscais, no exercício de 2013 e em exercícios anteriores, em sede de IRC relativamente aos exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, nos montantes de 1.711.684 Euros, 1.330.911 Euros, 1.017.414 Euros, 1.082.717 Euros, 1.011.961 Euros, 1.472.439 Euros e 2.522.575 Euros (incluindo juros compensatórios e coimas), respectivamente. Estas notificações decorreram, essencialmente, do facto de: (i) as autoridades fiscais considerarem que a Empresa deveria ter registado contabilisticamente, e logo, sujeito a tributação, o rédito com os chamados voos isentos, sobre os exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2011; (ii) com o cálculo do benefício fiscal relativo à criação líquida de emprego, sobre os exercícios de 2005 e 2006; e (iii) de as autoridades fiscais discordarem do cálculo efectuado pela Empresa na determinação do limite fiscal relativo a realizações de utilidade social, sobre os exercícios de 2010 e 2011. A Empresa procedeu ao pagamento, no exercício de 2013 e em exercícios anteriores, daquelas notificações fiscais e à reclamação graciosa das mesmas por discordar dos fundamentos utilizados por aquelas entidades para as correcções efectuadas, pelo que registou, no activo na rubrica de "Outras contas a receber" esses valores pagos. Durante o exercício de 2012 foram deferidas as reclamações apresentadas dos anos de 2005, 2006 e 2007, no tocante ao rédito dos voos isentos, tendo a Empresa recebido o montante de 3.434.170 Euros, anteriormente pago, ao qual acresce a restituição do montante de 86.089 Euros, no decurso do exercício de 2013, referente aos voos isentos de 2008 e 2009, na parte correspondente a controlo de terminal. Assim, em 31 de Dezembro de 2013, o saldo desta conta a receber no montante de 6.629.442 Euros detalha-se como segue: (i) 621.104 Euros são relativos à criação líquida de emprego dos anos de 2005 e 2006 e para os quais a Empresa apresentou impugnação judicial; (ii) 2.008.589 Euros são relativos ao rédito dos voos isentos do ano de 2008 e 2009, na parte referente a rota, e para os quais a Empresa apresentou impugnação judicial; (iii) 907.896 Euros são relativos ao rédito dos voos isentos dos anos de 2011 e para o qual a Empresa apresentou reclamação graciosa; (iv) 3.076.229 Euros são relativos à determinação do limite fiscal relativo a realizações de utilidade social dos anos de 2010 e 2011 e para os quais a Empresa apresentou reclamação graciosa; e (v) 15.624 Euros são relativos a outras liquidações e encargos. Não existindo, até à presente data, uma decisão das autoridades fiscais relativamente às reclamações graciosas apresentadas pela Empresa para os exercícios de 2010 e 2011, para as impugnações judiciais apresentadas para os exercícios de 2005, 2006, 2008 e 2009, não podemos concluir acerca do valor de realização dos montantes registados na rubrica de "Outras contas a receber", nem quanto aos impactos de inspecções tributárias que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais aos exercícios de 2012 e 2013, relacionados com os assuntos corrigidos por aquela, nos exercícios precedentes.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

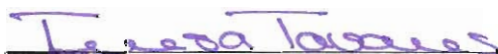
6. Conforme referido na Nota 17 do Anexo às Demonstrações Financeiras, em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Activos Regulatórios” inclui o montante de 30.672.133 Euros (34.293.135 Euros em 31 de Dezembro de 2012) relativo a determinadas responsabilidades com pensões, que se encontram a ser imputadas às taxas unitárias de rota, que se detalha como segue: i) 28.279.654 Euros (30.632.592 Euros em 31 de Dezembro de 2012) relativo a responsabilidades assumidas em 2004 pela Empresa na proporção de 60% dos benefícios atribuídos aos controladores de tráfego aéreo abrangidos pelo sistema público de Segurança Social por antecipação da pensão por velhice, cujo reconhecimento na demonstração dos resultados considerando o número de anos de vida activa remanescente dos trabalhadores abrangidos, apenas se iniciou em 2008; e ii) 2.392.479 Euros (3.660.543 Euros em 31 de Dezembro de 2012) relativo a perdas actuariais, decorrentes da alteração, ocorrida em 2006, na taxa de IRS aplicável aos rendimentos da categoria H, as quais se encontram a ser reconhecidas na demonstração dos resultados durante um período de dez anos. A imputação destes montantes às taxas unitárias de rota, é feita anualmente e corresponde à amortização anual destes gastos diferidos, tendo os períodos de amortização daqueles encargos sido definidos em função do período em que se estima vir a recuperar por via da taxa de rota, aqueles encargos.
7. O balanço em 31 de Dezembro de 2013, inclui na rubrica de “Outras contas a receber”, valores relativos ao mecanismo corrector de rota de 2013 e 2012, no montante total de 11.347.739 Euros e 25.547.586 Euros, respectivamente.

O mecanismo corrector de rota de 2013 divide-se nos montantes de: (i) 4.675.786 Euros, que será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea no exercício económico de 2015, e que resulta de diferenças da taxa de inflação e tráfego; e (ii) 6.671.953 Euros, que será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea nos exercícios económicos de 2016 a 2019, resultante do desvio de gastos considerados pela Empresa como não controláveis, o qual foi determinado mediante a aplicação do novo regime de tarifação dos serviços de navegação aérea que entrou em vigor em 2012, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, dos quais 5.329.000 Euros (valor descontado de 5.951.275 Euros, e líquido do valor de voos isentos no montante de 61.474 Euros) são relativos à zona de tarifação de Lisboa e 1.342.953 Euros (valor descontado de 1.499.771 Euros, e líquido do valor de voos isentos no montante de 32.072 Euros) são relativos à zona de tarifação de Santa Maria. A natureza de tais gastos considerados em 2013 como não controláveis respeita a: (i) alterações legislativas referentes à reposição do valor dos salários para os auferidos em 2010 (sendo o impacto de, aproximadamente, 2.972.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e, aproximadamente, 980.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); (ii) da alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (sendo os gastos reais superiores aos gastos fixados em, aproximadamente, 3.121.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e em, aproximadamente, 572.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); e (iii) diferenças nos gastos debitados pelo Eurocontrol (sendo os gastos reais inferiores aos valores fixados em, aproximadamente, 81.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e, aproximadamente, 20.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria).

11

Quanto ao mecanismo corrector de 2012 divide-se nos montantes de: (i) 7.685.240 Euros, que será recuperado junto dos utilizadores dos serviços de navegação aérea no exercício económico de 2014, e que resulta de diferenças na taxa de inflação e tráfego; e (ii) 17.862.346 Euros, que será recuperado junto dos utilizados dos serviços de navegação aérea nos exercícios económicos de 2016 a 2019, resultante do desvio de gastos considerados pela Empresa como não controláveis, o qual foi determinado mediante a aplicação do novo regime comum de tarifação dos serviços de navegação aérea que entrou em vigor em 2012, e em conformidade com o entendimento da Autoridade Supervisora Nacional, dos quais 15.315.875 Euros (valor descontado de 17.104.332 Euros) são relativos à zona de tarifação de Lisboa e 2.546.471 Euros (valor descontado de 2.843.826 Euros) são relativos à zona de tarifação de Santa Maria. A natureza de tais gastos considerados como não controláveis respeita: (i) a alterações legislativas referentes ao subsídio de Natal (sendo os gastos reais inferiores aos gastos fixados em, aproximadamente, 3.789.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e em, aproximadamente, 1.329.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); (ii) da alteração das responsabilidades com benefícios pós-emprego (sendo os gastos reais superiores aos gastos fixados em, aproximadamente, 20.922.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e em, aproximadamente, 4.180.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria); e (iii) diferenças nos gastos debitados pelo Eurocontrol (sendo os gastos reais inferiores aos valores fixados em, aproximadamente, 29.000 Euros na zona de tarifação de Lisboa e, aproximadamente, 7.000 Euros na zona de tarifação de Santa Maria).

Lisboa, 21 de Abril de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Teresa Alexandra Martins Tavares